

EJICPLPÁFRICA
ENCONTRO DE JOVENS INVESTIGADORES

III Encontro de Jovens Investigadores da CPLP sobre Africa

LIVRO DE ATAS

A ciência para a realização dos objectivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030

27-28 Março 2024 | Centro de Ciência de Luanda-Angola

FICHA TÉCNICA

Título

3º Encontro de Jovens Investigadores da CPLP sobre África
A ciência para a realização dos objectivos de
desenvolvimento sustentável da Agenda 2030
(Livro de Atas - E-book)

Autor

Cristina Molares d'Abril

Co-autor

Jessica Falconi

Design gráfico

Daniele Ciri
Felcos Umbria

ISBN

978-989-54687-6-8

Instituições proponentes



Apoio institucional



Parceiros nacionais angolanos



III Encontro de Jovens Investigadores da CPLP sobre África

27-28 Março 2024
Centro de Ciência de Luanda/Angola

EJICPLPÁFRICA
ENCONTRO DE JOVENS INVESTIGADORES

Programa

1º Dia - 27 de Março

08:45 - 09:00 | Recepção dos participantes

09:00 - 10:00 | **CERIMÓNIA DE ABERTURA**

Maria do Rosário Bragança Ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação de Ang

Zacarias da Costa Secretário Executivo da CPLP

Simona Minelli Vice-Presidente FELCOS Umbria - Associação de Municípios para o Desenvolvimento Sustentável

Maria de Assunção Reitora da Universidade Católica de Angola

Pedro Magalhães Reitor da Universidade Agostinho Neto

Eduardo Sarmento Presidente do CEsa - Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento - ISEG/ULisboa

Cristina Molares d'Abril Coordenadora do Projecto EJI CPLP África / CEsa/ULisboa

Mestre de Cerimónia

Carlos Gonçalves Jornalista

10:00 - 10:45 | 1º Painel | **ECONOMIA E MULHERES**

O Papel da Mulher Zungueira na construção da ciência e tecnologia

Paulina Chiziane Escritora e Prémio Camões (MOZ)

Vieira Mário Prof. História, Geografia e Direito (MOZ)

Um olhar histórico ao processo de contribuição financeira das mulheres em África

Anésio de Castro Empreendedor social (MOZ)

A mulher (Zungueira) como o ponto de partida para a inclusão financeira no cumprimento da Agenda 2030

Moderadora

Elsa Barber Assessora da área social da Vice-Presidente da República de Angola

10:45 - 11:00 | Debate

11:00 - 11:15 | Coffee Break

11:15 - 12:00 | 2º Painel | **TURISMO**

Estratégias sustentáveis para a implementação do turismo internacional nos países africanos

Eduardo Sarmento Professor no Instituto Superior de Economia e Gestão, ISEG - ULisboa - Presidente do CEsa (PT)

Paulino Dias Consultor sénior nas áreas das políticas de desenvolvimento, turismo, sector privado, investimentos sustentáveis (CV)

Pedro Leyva Professor na UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (BR)

Moderadora

Milena Carvalho Professora Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação - ISCAP - Porto (PT)

12:00 - 12:15 | Debate

12:15 - 13:00 | 3º Painel | **EDUCAÇÃO**

O impacto da Inteligência Artificial na educação convencional em África

Arlindo Almada Cientista. Prémio Data Science and Machine Learning Program - MIT (ANG)

Euclides Mfumu Chief Data Scientist, Standard Bank Angola

Moderator

Felizardo Costa Professor Escola Superior Pedagógica do Bengo (ANG)

Os desafios das Universidades Públicas dos PALOPs no Desenvolvimento Sustentável

Teresa Cruz e Silva Professora Catedrática da Universidade Eduardo Mondlane (MZ)

Roque Rodrigues Antigo Ministro da Defesa e antigo Vice-Ministro da Educação de Timor Leste (TL)

Moderador

José Octávio Serra Van-Dúnem Professor Catedrático da Faculdade de Direito - UAN (ANG)

13:00 - 13:15 | Debate

13:15 - 14:30 | Almoço

14:30 - 17:30 | **JOVENS INVESTIGADORES E CIÊNCIA**

Apresentação de trabalhos científicos dos Jovens Investigadores selecionados e debate - 3 Salas

III Encontro de Jovens Investigadores da CPLP sobre África

27-28 Março 2024
Centro de Ciência de Luanda/Angola

EJICPLÁFRICA
ENCONTRO DE JOVENS INVESTIGADORES

Programa

2º Dia - 28 de Março

09:00 - 09:45 | 1º Painel | **SAÚDE**

O papel da Inteligência Artificial e a investigação no desenvolvimento do sistema de saúde em África e no mundo

Filomeno Fortes Director do HMST- Instituto de Higiene e Medicina Tropical de Portugal, Especialista em Saúde Pública, em Epidemiologia e Controlo da Malária (ANG)

Lina Antunes Faculdade de Medicina - UAN (ANG)

Jailson Brito Querido Cientista Faculdade de Medicina da Universidade de Michigan (USA)

Moderador

Paulo Ney Medico, Mestre em Epidemiologia, Bioestatística e Investigação em Saúde. Especialista em Epidemiologia Universidade de Lisboa (ANG)

09:45 - 10:00 | Debate

10:00 - 10:45 | 2º Painel | **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AGENDA 2030**

A implementação dos ODS da Agenda 2030 em África

Cristina Duarte Conselheira Especial para África nas Nações Unidas

Elísio Macamo Professor Catedrático de sociologia e estudos africanos na Universidade de Basileia, Suíça (MOZ)

Emanuel Nkruma Paim Development Coordination Officer, Partnerships And Development Finance, Nações Unidas Angola

Ikena Carreira Head of Unit, Governance Cluster, UNDP Angola

Moderador

Massimo Porzi Director Felcos Umbria - Associação de Municípios para o Desenvolvimento Sustentável (IT)

10:45 - 11:00 | Debate

11:00 - 11:15 | Coffee Break

11:15 - 12:15 | **MESA REDONDA**

O contributo dos jovens académicos para a construção de uma sociedade mais inclusiva, próspera e sustentável

Cristovão Cacombe Angola Education Awards - Prémio Melhor cientista do Ano de 2023 (ANG)

Leonardo Alfonsi Diretor da Associação de comunicação científica PSI Quadro (IT)

Paulina Chiziane Escritora e Prémio Camões (MOZ)

Elizabeth Vera Cruz Professora de Socióloga Universidade Agostino Neto (ANG)

Miguel Barros Diretor executivo da ONG ambientalista Tinguena. Cofundador do Centro de Estudos Sociais Amílcar Cabral (CESAC). (GB)

Cristina Molares d'Abril Coordenadora Projecto EJICPLP África /CEsA (PT)

Moderador

Noelma Viegas de Abreu Presidente do Conselho de Administração Academia BAI (ANG)

12:15 - 12:45 | Debate

12:45 - 13:30 | 3º Painel | **ENERGIA**
Mudanças Climáticas e Transição Energética

Thiago Mota Professor de História da África e Coordenador do Curso de História, Universidade Federal de Viçosa (BR)

Catarina Selada Directora de Política e Estratégia do CEiiA - Centro de Engenharia e Desenvolvimento de Produto (PT)


Alessandro Santiago Professor e Coordenador Pós-graduação em Computação aplicada do IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (BR)

Moderador

Miguel Barros Diretor executivo da ONG ambientalista Tinguena. Cofundador do Centro de Estudos Sociais Amílcar Cabral (CESAC). (GB)

13:30 - 13:45 | Debate

13:45 - 15:00 | Almoço



III Encontro de Jovens Investigadores da CPLP sobre Africa

27-28 Março 2024
Centro de Ciência de Luanda/Angola

EJICPLPÁFRICA
ENCONTRO DE JOVENS INVESTIGADORES

Programa

2º Dia – 28 de Março

15:00 - 15:15 | **Financiamento da Ciência, oportunidades e desafios**

Mário Fresta Director Geral FUNDECIT - Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (ANG)

15:15 - 16:15 | 4º Paineil | **HISTÓRIA**

A Rainha N'Zinga e o desenvolvimento socio-económico de Angola na sua época

Linda Heywood Historiadora e escritora, Professora de Estudos e História afro-americana na Universidade de Boston (USA)

Virgílio Coelho Professor da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto (ANG)

Rosa Cruz e Silva Professora de História Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto (ANG)

O Império de Mwene Muji

John Thornton Historiador e escritor especializado em História de África (USA)

Moderador

Elizabeth Vera Cruz Professora de Socióloga Universidade Agostino Neto (ANG)

16:15- 16:30 | Debate

16:30 - 18:00 | **JOVENS INVESTIGADORES E CIÊNCIA**

Apresentação de trabalhos científicos dos Jovens Investigadores selecionados e debate- 3 Salas

18:00 | ENCERRAMENTO

Maria do Rosário Bragança Ministra Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação. Governo de Angola

Jessica Falconi Vice Presidente do CESA - ISEG

Cristina Molares d'Abril Coordenadora do Projecto EJI CPLP África /CESA-ULisboa

18:30 | **Evento Cultural**

Composição dos Membros das Comissões

Comissão de Honra

Presidente da Comissão de Honra

Maria Rosário Bragança | Ministra Ensino Superior Ciência Tecnologia e Inovação

João Duque-Reitor do Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Lisboa

Filomeno Fortes | Diretor do Hospital de Saúde e Medicina Tropical

Roque Rodrigues | Antigo Ministro e Embaixador Timor Leste

Comissão Executiva

Cristina d'Abril | Coordenadora e Investigadora CESA

Jessica Falconi | Vice-Presidente do CESA

Massimo Porzi | Director Felcos Umbria

Alzira Carvalho | Doutoranda ISCTE

Milena Carvalho | Diretora ISCAP

Claúdia Mendonça | Event expert

Ministério do Ensino Superior Ciência Tecnologia e Inovação (MESCTI)

António Alcochete | Director Nacional - DNCTI

Elisamã Cardoso | Diretora de Gabinete - GMESCTI

Maria Neto | Diretora de Gabinete - GSECTI

Djamila Lima | Diretora do Gabinete GTICI

Ndilu Mankenda | Secretário Geral - MESCTI



Comissão Científica

Angola

Helder Bahu | U. Católica de Angola

Manuel Dala | U. Católica de Angola

Tommaso de Pippo | U. Católica de Angola

Osvaldo Ndonga | UCAN

Zaidila Kisungu Manuel | UCAN

Luís Victorino Silveira | UCAN

José Octávio Van-Dúnem | U Agostinho Neto

Cesário Barbante | Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo

Brasil

Helena Moreno | USP

Rutte Andrade | UNILAB

Luís Miguel Dias | UNILAB

Cabo Verde

Odair Barros Varela | UNI-CV

José Luís Mascarenhas Monteiro | Universidade de Santiago

Santos Fernandes | ISCTE

Guiné Bissau

Lili Pontita Cá | Universidade Amílcar Cabral

Antonieta Rosa Gomes | ISCTE

Moçambique

Albino Alves Simione | Instituto Superior Politécnico de Gaza, ISPG

Luís Alfredo Chambal | Universidade Save, UNISAVE

Sara Laísse | Universidade Politécnica de Maputo

Portugal

Ana Mafalda Leite | CEsa/Faculdade de Letras da U. Lisboa

Jessica Falconi | CEsa

Pedro Verga Matos | ISEG

Milena Carvalho | Politécnico do Porto

Maria Beatriz Marques | FLUC

Sónia Frias | ISCSP/CEsa

Miguel Ângelo Mota | Escola Superior de Turismo e Hotelaria – Politécnico de Viseu

Adriano Costa | Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto-Politécnico do Porto

Susana Martins | Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

Ana Branco | Escola Superior de Tecnologia de Lamego.



ÍNDICE

- 11** PREFÁCIO
- 12** AGRADECIMENTOS
- 13** CERIMONIA DE ABERTURA
Alice de Ceita e Almeida
Zacarias da Costa
Simona Minelli
Cristina Molares d'Abril
- 23** ECONOMIA E MULHERES
Paulina Chiziane
Vieira Mário Mauelele
Anésio de Castro
- 28** TURISMO
Eduardo Sarmento
Paulino Dias
Pedro Leyva
- 32** EDUCAÇÃO
Arlindo Almada
Euclides Mfumu
Teresa Cruz e Silva
- 39** SAÚDE
Filomeno Fortes
Lina Antunes
- 43** DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
E AGENDA 2030
Cristina Duarte
Elísio Macamo
Emanuel Nkruma Paim
Ikena Carreira
Leonardo Alfonsi



ÍNDICE

48 MESA REDONDA

Paulina Chiziane
Elizabeth Vera Cruz
Miguel Barros
Cristina Molares d'Abril

61 ENERGIA

Thiago Mota
Alessandro Santiago

65 HISTÓRIA

Rosa Cruz e Silva

68 FINANCIAMENTO DA CIÊNCIA

Mário Fresta

70 DADOS ESTATÍSTICOS

73 JOVENS INVESTIGADORES E CIÊNCIA - ARTIGOS CIENTÍFICOS

Ácia Sambo
Alair Ferreira de Freitas
Alice Santos
André Maputa
Anna Panara
Armindo Armando
Aymê Okasaki
Betuel Virgílio Mvumbi
Carla Tais dos Santos
Caterina Confalonieri
Cecília Preciosa Cabsela
Cicero Araujo Lisboa
Eliane Arez
Engrácia Vic
Erica Paula Vasconcelos
Fábio Roberto João Henriques
Filipe Tchinese Calueio
Gerdina Verónica da Silva Handa Serafim
Giovanna Sales Carvalho
Gustavo Menon
Inês Alves
Janaina do Rozário Diniz
José Malaire Jeque
Katia Sara Xavier Zeca
Laíza Alves Fonseca Barbosa
Lucas Oliveira Ribeiro
Manuel Machado Quilende
Milena Carvalho
Nagayamma Aragão et al.
Neida Ramos
Olga Santos et al
Paulo Alexandre Vasconcelos
Sílvia Amaral
Taíssa Francini Ohse Lima Salaberry
Taynara Martins Batista
Tomás de Azevedo Júlio
Pascalina Maria de Nazaré





É com grande satisfação que apresentamos, os resultados do 3º Encontro de Jovens Investigadores da CPLP sobre África realizado, em Luanda, nos dias 27 e 28 de março de 2024. Este evento, que já se consolidou como uma plataforma essencial para a ciência e o desenvolvimento no espaço da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), reuniu mais de 700 participantes em torno do tema “A ciência para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030” gerando um ambiente fértil de troca de ideias, reflexões e colaborações.

Com cerca de 30 oradores, investigadores seniores, expertises e altos representantes institucionais nacionais e internacionais de várias áreas de estudo discutiu-se 8 painéis temáticos, para aprofundar o conhecimento de África e do seu desenvolvimento sustentável nas áreas do Turismo, Energia, Educação, Economia, e da Mulher Africana. Abordou questões cruciais para a erradicação da pobreza, a proteção do meio ambiente e a prosperidade social. Esta edição destacou o papel da ciência na transformação das realidades africanas, refletindo sobre a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no contexto do Sul Global.

A importância deste Encontro vai além dos números expressivos de participantes ou das discussões acaloradas que marcaram os dois dias de atividades. O Encontro é um fórum científico único para jovens de toda a CPLP e reúne uma rede vibrante de investigadores em um formato itinerante e inovador. Ele representa o esforço coletivo de jovens investigadores em dar voz a questões que afetam diretamente o desenvolvimento e o futuro dos seus países, fortalecendo o protagonismo científico da juventude da CPLP.

Nesta edição foram apresentadas 35 comunicações científicas de jovens investigadores, entre os 65 trabalhos científicos recebidos, através da Call for Papers, selecionados pelo Conselho Científico, composto por 30 professores das diversas Universidades dos países da CPLP.

Este livro é mais do que uma simples coletânea de artigos; ele representa a dedicação dos jovens investigadores que trabalham para redefinir o papel da ciência nas suas sociedades. Através das discussões e análises aqui presentes, espera-se inspirar não só novos debates, mas também ações concretas em prol de um desenvolvimento inclusivo e sustentável nos países da CPLP.

Com o apoio fundamental do Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento (CEsA) e de organizações parceiras como o Ministério de Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação de Angola e a Felcos Umbria, esta edição também demonstra o valor da colaboração e das parcerias internacionais fundamentais para o sucesso deste projeto.

Desejamos que estas páginas ofereçam uma perspectiva enriquecedora sobre as contribuições científicas da juventude em língua portuguesa, mas também ações concretas em prol de um desenvolvimento inclusivo e sustentável, nomeadamente, nos PALOP.

Acreditamos que este livro seja um marco no caminho para uma ciência mais aberta, colaborativa e transformadora.

Em nome de toda equipa que organizou e tornou possível a realização da 3.^a edição do Encontro de Jovens Investigadores de Língua Portuguesa num estrondoso sucesso, a EJCPLP África quer agradecer a cada pessoa e instituição que se envolveu e contribuiu para o feito.

O sonho não teria sido possível sem o apoio constante e o empenho de pessoas e instituições com as quais partilhámos a mesma visão, inspiração, experiências e energia positiva, a par de algumas inquietudes, também.

Assim sendo, dirigimos um especial agradecimento às instituições proponentes e coorganizadoras, que formaram uma tríade de sinergias essenciais à realização deste encontro, nomeadamente: no plano científico, ao Centro de Estudos sobre África do ISEG - Universidade de Lisboa (CESA); no âmbito governamental e local, ao Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI) de Angola; e, no plano internacional, à FELCOS- Associação de Municípios Umbria sobre Desenvolvimento Sustentável de Itália.

Um especial agradecimento à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), instituição que apadrinhou e encorajou este encontro, bem como ao Centro Ciência de Luanda que nos acolheu num espaço único e inovador.

De igual modo, um caloroso agradecimento às entidades académicas angolanas, envolvidas na consecução deste projeto e entre as quais destacamos a Universidade Católica de Angola e a Universidade Agostinho Neto, as quais, através dos respetivos docentes, nos apoiaram de diferentes formas, fossem selecionando os trabalhos submetidos pelos jovens académicos, fossem divulgando e participando no próprio evento.

No âmbito da preparação e avaliação dos trabalhos científicos, dirigimos um especial e afetuoso agradecimento aos trinta docentes universitários de áreas distintas do conhecimento, oriundos de oito países da CPLP, que constituíram o Conselho Científico do EJCPLP África e analisaram e selecionaram os melhores trabalhos, considerando a pertinência e o mérito dos mesmos, numa perspetiva construtiva e de crescimento científico dos jovens que demonstraram a relevância do seu papel neste projeto académico e científico.

Aos Oradores, uma palavra de reconhecimento pelo seu profissionalismo, compromisso e dedicação durante todo o processo, desde as inevitáveis deslocações à Angola até às respetivas apresentações. As suas apresentações de elevada qualidade foram evidentes na participação exaustiva dos debates, proporcionando uma experiência de inesquecível.

Outro agradecimento, sem fronteiras e sem limites, é endereçado aos Jovens Académicos e Investigadores que são os verdadeiros protagonistas deste encontro, que com a submissão de 60 trabalhos científicos contribuíram para o reforço da ciência e do desenvolvimento do continente africano, enquanto agentes de mudança de uma comunidade viva e em permanente transformação.

Terminamos com um agradecimento nominal a todos os doadores que ajudaram a construir e a realizar este encontro, nomeadamente ao Hotel Continental, à Delta Cafés, à Fátima Freitas Advogados, ao NICESA-Núcleo de investigação científica dos Estudantes de Saúde de Angola, ADVANCE – Centro de investigação do ISEG, ao Instituto de Higiene e Medicina Tropical, à CEA, à Puff Águas, Chamber, à Câmara de Comércio de Angola – Brasil, à PlatinaLine - Grupo de Comunicação.

Cada voluntário, patrocínio e gesto de apoio foi fundamental para o sucesso desta 3.^a edição. Estamos profundamente gratos por vos termos como parte e parceiros desta jornada e esperamos continuar a trabalhar juntos em projetos futuros.

Sem o vosso apoio, a concretização e continuidade do projeto são postas em causa.

Cristina Molares d’Abril



CERIMÓNIA DE ABERTURA

27 de março de 2024

Alice de Ceita e Almeida

Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação de Angola

Excelência Secretário de Estado de Ensino Superior, Dr. Eugénio Silva;
Exmos Representantes do Corpo Diplomático acreditado em Angola;
Exmos Representantes de Organizações Internacionais em Angola
Distintas personalidades da Comissão de Honra: Secretário Executivo da CPLP,
Presidente da FELCOS Umbria e Presidente da CesA; Exmos Membros da
Comissão Organizadora do Encontro; Magníficos Reitores; Dignos Membros da
comunidade académica e científica; Caros Palestrantes e Moderadores.

Saudação especial a quem nos visita pela 1ª vez, ou mais uma vez, com votos de Boa Estadia e à direcção do CCL que nos recebe, Minhas senhoras e meus senhores,

Gostaria de, em primeiro lugar, e em nome de SE MESCTI, agradecer o honroso convite que lhe foi endereçado para proferir o discurso de abertura do III Encontro dos Jovens Investigadores da CPLP sobre África 2024.

Este evento, sob o lema “a ciência para a realização dos objectivos de desenvolvimento sustentável da agenda 2030”, é uma iniciativa do Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento do Instituto Superior de Educação e Gestão da Universidade de Lisboa, à qual se juntou o Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação e a Associação de Municípios para o Desenvolvimento Sustentável da Itália FELCOS Umbria e tem como objectivos principais “promover a participação e o protagonismo dos jovens investigadores como agentes de mudança e dar voz aos seus trabalhos científicos, criando, assim, um espaço de encontro, reflexão e partilha que permita agregar sinergias e colaboração entre os investigadores, numa rede de parcerias e produção de conhecimento científico, em língua portuguesa”.

Minhas senhoras e meus senhores,

No estabelecimento de prioridades e aspirações do Desenvolvimento Sustentável Global, os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 representam um apelo global à acção com vista à erradicação da pobreza, redução de todas as formas de desigualdade, à preservação do ambiente e do clima, bem como a garantia de que as pessoas, em todos os lugares, possam usufruir de melhores condições de vida, sendo que a juventude joga um papel importante na busca de soluções para os problemas actuais, quer no contexto global, regional ou local.

A UNESCO tem produzido relatórios sobre a ciência e o último que foi publicado em 2021, intitulado “ A luta contra o tempo para um desenvolvimento mais inteligente” conclui que a população global de investigadores científicos continua a crescer, mas existe ainda um forte desequilíbrio em todo o mundo. Por exemplo, em 2018, a África Subsariana albergava 14% da população mundial, mas apenas 0,7% dos investigadores mundiais.

A população africana tem em média 19 anos de idade e, na maioria dos países africanos, 70% dos habitantes têm menos de 30 anos. África será a grande responsável pelo crescimento da população mundial, perspetivando-se um crescimento populacional, com a saída dos actuais 1,2 bilhões de habitantes, para 2,5 bilhões em 2050 e 3,1 bilhões até 2100, dos quais 1,4 bilhões terão idade activa. Este potencial demográfico deverá reflectir-se nas oportunidades de transformação do continente num lugar melhor para se viver, por via da prossecução das aspirações estabelecidas na Agenda 2063 da União Africana.

No contexto angolano, a política governativa estabelece, entre outros eixos prioritários, a “promoção do desenvolvimento do capital humano, ampliando o acesso aos serviços de saúde, ao conhecimento e habilidades técnicas e científicas, a promoção da cultura e do desporto e o estímulo ao empreendedorismo e à inovação, para a qual a política de educação, juventude, emprego e inovação visa a melhoria do acesso dos angolanos ao ensino e à formação profissional de qualidade para aumentar a sua empregabilidade e promover o crescimento e desenvolvimento económico, apoiado num ecossistema empresarial empenhado na inovação e orientado para a diversificação económica”.

Minhas senhoras e meus senhores,

Actualmente, o nosso país apresenta níveis reduzidos de educação académica, com baixas taxas de conclusão dos estudos, em todos os níveis de ensino, estando Angola posicionada no quarto quartil da educação, num ranking global de países, e o desafio é passar para o terceiro quartil em 2050. No que diz respeito à componente educação no Índice de Capital Humano serão implementadas medidas para subir a nossa pontuação, de 326 para 337, em 2027. A prática de investigação científica com vista ao desenvolvimento de aplicações e produtos para o mercado será dinamizada para alcançarmos o top 120 no Índice Global de Inovação. É imperiosa a criação de muitos mais postos de emprego, através de uma abordagem holística, que promova o crescimento dos diferentes sectores que compõem a nossa economia com políticas pró-emprego e pró-empendedorismo para acelerar a criação natural de emprego.

No que toca ao ensino superior e à ciência, tecnologia e inovação, o Executivo Angolano está a implementar os programas de “melhoria da qualidade do ensino superior e desenvolvimento da investigação científica e tecnológica” e da “promoção da inovação e transferência de tecnologia”. O MESCTI tem como objectivo, neste mandato, fortalecer as IES por meio da expansão e diversificação da oferta formativa e da garantia da qualidade do ES; reforçar e acelerar a capacitação dos investigadores e dos futuros profissionais, por meio da potenciação de programas de bolsas de estudo e do reforço do capital humano dos subsistema de Ensino Superior e do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; dotar as Instituições de Ensino Superior públicas de infraestruturas adequadas ao cumprimento da sua missão, por meio da reabilitação das infraestruturas; implementar uma estratégia integrada que promova a inovação empresarial, por meio da potenciação do sistema de ciência, tecnologia e inovação; e reforçar o sistema científico e tecnológico, por meio do reforço da qualidade do SNCTI.

O sucesso dessas acções prioritários depende, de forma particular, da participação activa dos jovens estudantes e profissionais, sobretudo investigadores científicos, com espírito inovador e energia vibrante.

A pandemia de Covid-19 sublinhou, ainda mais, a necessidade crítica de um acesso rápido e universal à ciência. Também mostrou o incrível potencial da colaboração científica. Foi graças à colaboração científica internacional que o coronavírus pôde ser sequenciado em tempo recorde. Assim, sendo a colaboração científica essencial para o progresso científico, encorajamos os jovens investigadores científicos da CPLP a criarem uma verdadeira rede de cooperação científica empenhada em tratar de temas prioritários dos estados-membros e assim darem o verdadeiro sentido à ciência para o desenvolvimento.

Minhas senhoras e meus senhores,

Ao alojarmos este evento no nosso país, quisemos trazer a experiência vivida pelos jovens investigadores científicos da CPLP nos eventos anteriores e dar uma oportunidade para que os jovens angolanos possam interagir e criar laços de amizade e de trabalho com os restantes jovens da CPLP.

Gostaria, em nome de SE MESCTI, e em meu nome, felicitar a organização do evento, que conseguiu ultrapassar dificuldades logísticas, tornando possível estarmos todos neste belíssimo Centro de Ciência de Luanda, que também deverá constituir um motivo de visita regular dos jovens, e acompanharmos os dois dias de trabalho intenso.

Auguramos sucesso e declaramos aberto o III Encontro dos Jovens Investigadores da CPLP para África.



Zacarias da Costa

Secretário Executivo da CPLP

Excelência Sra. Ministra do Ensino Superior Ciência, Tecnologia e Inovação da República de Angola, Maria do Rosário Bragança,

Magníficos Reitores,

Caros docentes, investigadores,

Distintos Convidados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

É com imenso prazer que, na qualidade de Secretário Executivo da CPLP, faço uso da palavra neste “III Encontro de Jovens Investigadores da CPLP sobre África”, que decorre em formato híbrido a partir Centro de Ciência de Luanda, Angola. Gostaria de começar por felicitar e reconhecer esta iniciativa conjunta do Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento, do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação de Angola e demais parceiros, a qual é particularmente oportuna por ocorrer num momento em que se assiste a uma crescente dinamização do espaço do ensino superior na CPLP, bem como ao estabelecimento e reforço de redes de cooperação em ciência e tecnologia que se desenvolvem no contexto da nossa agenda multilateral. Além do mais, esta iniciativa não podia ser mais oportuna, pois surge no momento em que a nossa agenda macropolítica gravita em torno do lema central “Juventude e sustentabilidade”, escolhido pela Presidência Santomense em exercício da CPLP, a fim de inspirar a ação da Organização no biénio 2023 – 2025.

Com o mote “Juventude e sustentabilidade” a CPLP reconhece a existência de uma correlação direta entre a força da juventude e a promoção da sustentabilidade em todos os seus sentidos de abordagem, ambiental, económica e cultural. Ou seja, reconhece que não é possível prosseguir na senda do Desenvolvimento Sustentável, como preconiza a Agenda 2030 da ONU, sem o incremento da implicação dos jovens nos processos sociais produtivos, destacando, assim, a importância estratégica da inovação, das tecnologias, da investigação científica e do capital humano.

Para atingir este objetivo, é absolutamente essencial tornar o espaço da CPLP, em particular África, mais atraente para os jovens cientistas, gerar um novo entusiasmo nos jovens pela ciência, fomentar a participação das meninas e mulheres na ciência, promover as carreiras académicas e científicas, assim como a mobilidade dos cientistas e dos investigadores.

Por dar luz e voz a jovens com trabalhos de investigação científica, que tenham como objeto o continente africano, em diferentes áreas do saber, esta terceira edição do encontro afigura-se num excelente contributo para o debate sobre a relevância da ciência para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Minhas Senhoras e Meus Senhores, É preciso reconhecer que enfrentamos momentos extremamente desafiadores, em que o mundo vive mergulhado numa onda de várias crises emergenciais, (todas urgentes), e cujos impactos negativos constroem o alcance das metas definidas pela Agenda do Desenvolvimento Sustentável. Tais constrangimentos perpassam por todos os domínios da vida em sociedade, nomeadamente em áreas como o ambiente, o emprego, o turismo, a educação, a saúde e a economia.

Neste combate, a importância da ciência para a promoção do Desenvolvimento Sustentável, e aposta na industrialização baseada numa estratégia de inovação voltada para a diversificação da economia em contextos nacionais, é inequivocamente essencial. A sua relevância para a vida e o progresso humanos e para a promoção da equidade e a sustentabilidade, é certamente incontestável. Neste sentido, os desafios da agenda política setorial neste domínio passam por fixar e ampliar uma estratégia de investigação capaz de potenciar o desenvolvimento de novos produtos de maior valor acrescentado nos países da CPLP, estimulando a criatividade científica em articulação com as respetivas capacidades nacionais tecnológicas. Nesta senda, a CPLP afirma-se, cada vez mais, como um verdadeiro polo dinamizador permanente para a atualização das tendências contemporâneas da Ciência e Tecnologia, promovendo espaços de partilhas de boas práticas, e de capacitação técnica e institucional.

É disto exemplo a Conferência sobre Mulheres e Meninas na Ciência, realizada em fevereiro do ano passado, em formato híbrido a partir da Sede da CPLP, que visou associar-se às celebrações do Dia Internacional de Mulheres e Meninas na Ciência, declarado, em 2015, pela Assembleia Geral das Nações Unidas e, desde então, comemorado anualmente, para dar visibilidade à importância do acesso pleno e igualitário e à participação na ciência, tecnologia e inovação das mulheres e meninas de todas as idades. Destaco também os progressos alcançados, até aqui, com a implementação do projeto de criação do Repositório Científico de Acesso Aberto da CPLP. O Portal de Acesso Aberto da CPLP (já em fase experimental): <https://rc.cplp.org/> disponibiliza um ponto único de pesquisa, localização e acesso de documentos de carácter científico e académico. Agrega, atualmente, mais de dois milhões de artigos científicos provenientes de repositórios e revistas científicas do Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e Timor-Leste.

No âmbito da implementação deste emblemático projeto, realizou-se de 24 a 27 de outubro de 2023, o Curso Online para Gestores de Repositórios. A formação contou com uma participação de 29 profissionais provenientes de instituições de ensino superior e/ou de investigação e desenvolvimento dos Estados membros da CPLP e, permitiu capacitar os participantes a planear, acompanhar e gerir um Repositório Digital de Acesso Aberto, considerando o papel dos Repositórios Digitais no contexto do desenvolvimento dos movimentos de Acesso Aberto e Ciência Aberta, bem como a sua relação com a comunicação científica, de forma geral. Neste contexto, saúdo o Ministério do Ensino Superior Ciência, Tecnologia e Inovação de Angola, pela disponibilidade manifestada para acolher um dos workshops presenciais previstos no quadro da implementação do deste projeto, nos dias 12, 13 e 14 de junho do corrente ano, ocasião em que se prevê também o lançamento oficial do Repositório Nacional de Angola. E visando dar cumprimento à Resolução sobre Garantia da Qualidade, Avaliação e Acreditação de Cursos de Educação Superior nos Países da CPLP, aprovada pela Décima Segunda Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em julho de 2018, em Santa Maria (Cabo Verde), à semelhança de anos anteriores, as Agências Reguladoras do Ensino Superior dos Estados-Membros da CPLP encontram-se a ultimar os preparativos para a realização do V Encontro deste fórum, a fim de materializar ações de cooperação multilateral que fomentem o fortalecimento dos sistemas nacionais de garantia e avaliação da qualidade, e acreditação da educação superior.

Minhas Senhoras e Meus Senhores, Ao reconhecer o carácter multilateral deste III Encontro, marcado pela participação de investigadores de diferentes geografias do universo da CPLP, faço votos de que as conclusões e recomendações resultantes do debate académico e das reflexões científicas contribuam para a consolidação do conhecimento sistematizado sobre os temas propostos e que iluminem o caminho para uma África mais inclusiva, científica e intelectualmente autónoma, mais industrializada, mais economicamente diversificada, e mais decidida a apostar em energias renováveis e na economia verde, com mais agricultura e pescas, mais turismo sustentável, e mais indústrias culturais e criativas.

Para terminar, desejo a todos um ótimo encontro.

Muito Obrigado



Simona Minelli

Vice-Presidente FELCOS Umbria - Associação de Municípios para o Desenvolvimento Sustentável

FELCOS Umbria tem a honra de participar do “III Encontro de Jovens Investigadores da CPLP sobre África” e, em nome da nossa Associação, saúdo calorosamente todas as autoridades, os participantes e os investigadores que participarão nos trabalhos dos próximos dois dias.

Acreditamos firmemente na cooperação internacional. Estamos plenamente convencidos de que um mundo melhor se constrói juntos. Através da troca de conhecimentos, recursos e experiências, a cooperação internacional não só nos enriquece culturalmente, mas também nos permite enfrentar desafios globais como as mudanças climáticas, a pobreza e as desigualdades de maneira mais eficaz e solidária.

Estamos convencidos de que o desenvolvimento deve ser justo, inclusivo e respeitador do meio ambiente. O desenvolvimento sustentável, hoje, não é apenas uma necessidade, mas o único caminho para um futuro próspero e harmonioso, tanto para nós quanto, sobretudo, para as gerações futuras.

Nesse contexto, acreditamos que a combinação entre desenvolvimento sustentável e pesquisa científica torna-se crucial. A ciência e a inovação são ferramentas fundamentais para enfrentar os desafios do nosso tempo e alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030.

Na FELCOS Umbria, acreditamos fortemente que a pesquisa científica deve ser acessível a todos, especialmente aos jovens, que são indiscutivelmente o motor da mudança e o futuro da nossa sociedade. Sempre apoiamos projetos que envolvam jovens investigadores e, obviamente, aceitamos com grande entusiasmo a oportunidade de participar nestes dias e neste projeto, porque estamos conscientes da importância de garantir, sobretudo aos jovens, apoio no seu percurso de pesquisa científica.

Nos nossos municípios e na nossa região, a Úmbria: investimos muito nas novas gerações, porque acreditamos que elas são o verdadeiro motor da mudança e da inovação. Abraçamos desde o início o projeto em Angola porque acreditamos que, neste momento, a África representa um continente prioritário para projetos de desenvolvimento sustentável e cooperação. E isso não apenas por uma questão de solidariedade, mas, em algumas áreas, também por proximidade cultural – penso, por exemplo, nas regiões do norte da África que têm muito em comum com o nosso norte da Úmbria.

Além disso, acreditamos fortemente no potencial de crescimento e desenvolvimento que o continente africano representa neste momento. Promovemos, também, a transversalidade das ações, incluindo, por exemplo, no âmbito do turismo, porque acreditamos que apenas uma abordagem holística e integrada pode alcançar resultados duradouros e significativos.

Assim, encerro dizendo que continuaremos a trabalhar para apresentar projetos conjunto com entidades internacionais, instituições africanas em prol do desenvolvimento sustentável e da cooperação internacional. Agradeço muito por esta oportunidade, por este intercâmbio e, sobretudo, pela atenção e pela possibilidade de compartilhar a nossa experiência e visão.

Estou convencida de que, juntos, podemos construir um futuro melhor para todos, baseado na solidariedade, sustentabilidade e inovação.

Desejo a todos um bom trabalho e muito obrigada.



Cristina Molares d’Abril

Coordenadora do Projecto EJI CPLP África / CEsa/ULisboa

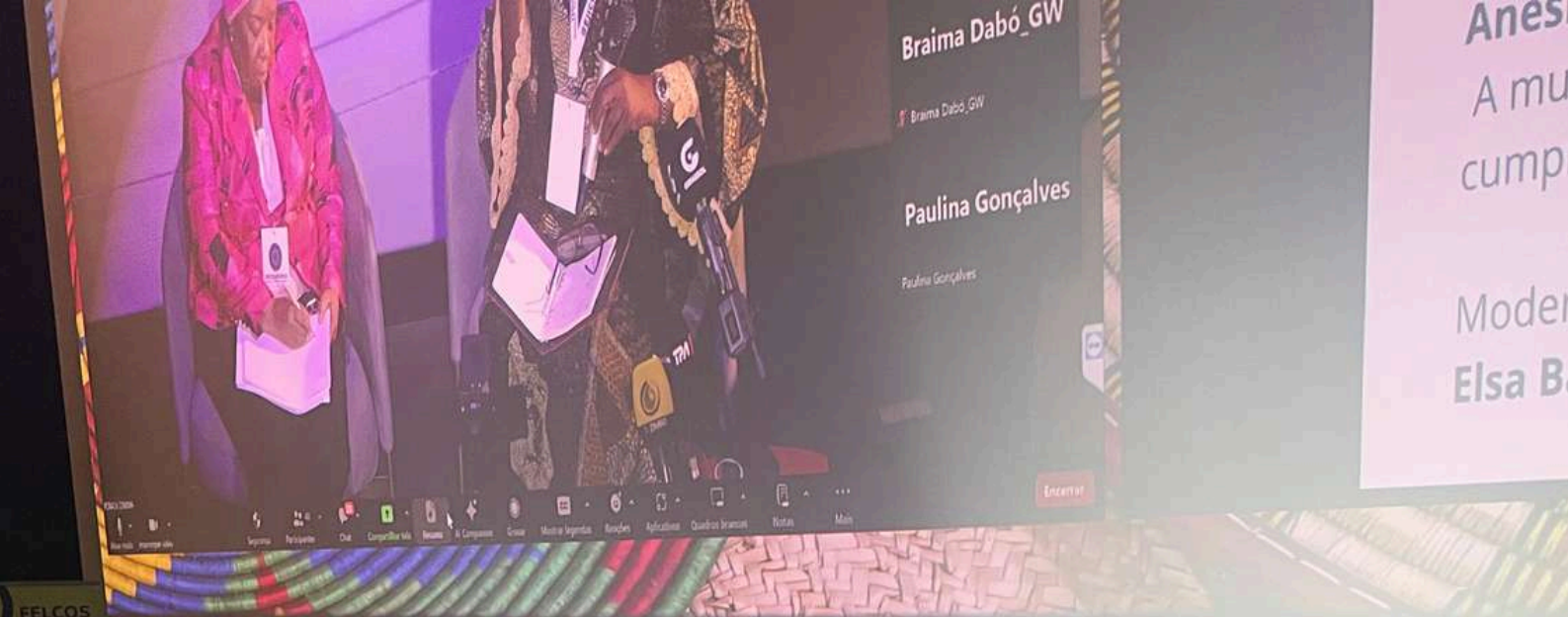
Bom dia a todas e todos, começo por cumprimentar a Comissão de Honra do 3º Encontro de Jovens Investigadores da CPLP sobre África, a Senhora Secretária de Estado Alice Ceita, o Senhor Secretário de Estado Eugénio da Silva, o Diretor Geral do Centro de Ciência de Luanda, Domingos da Silva Neto, o Senhor Secretário Executivo da CPLP Zacarias da Costa, o Presidente do CEsa Prof. Eduardo Sarmiento e o Diretor da Felcos Umbria, Dr. Massimo Porzi, a comissão executiva do MESCTI e as minhas companheiras que compõem a comissão organizadora e, não menos importante, cumprimentar a minha família e os irmãos que se encontram aqui presentes nesta sala.

Após cumprimentar todos nesta sala, venho dizer-vos que não se deve desistir, não desistir é uma forma de resistência, a minha, a nossa resistência é opor-se ao *status quo* ao *modus operandi*, é trazer a linha da frente a ciência como arma para o desenvolvimento sustentável. Hoje resolvi falar da ciência através dos provérbios africanos, e um deles diz, se pensas que és pequeno para fazeres a diferença, então, tenta dormir num quarto fechado com um mosquito. A minha mensagem aos homens e mulheres que querem fazer e investir na ciência, apesar de tantos obstáculos no continente africano, é que não desistam, pensem na força do mosquito. Quando falo do mosquito, estou a pensar na perceção que nós temos do pequeno, os jovens africanos são chamados a serem protagonistas da comunidade científica internacional, mas isso só é possível com a ajuda de todos, dos governos, das instituições públicas, privadas e da sociedade civil.

É importante mudar o paradigma de pensar, as sociedades africanas devem abandonar o pensamento individualista e egocêntrico.

As sociedades atuais deixaram de pensar numa perspetiva coletiva e associativista e fazendo-se ilhas de pensamentos. A ideia é, só juntos podemos mudar as sociedades, nada se consegue sem o outro. Não há ninguém que não tem nada para dar, nem ninguém que não tem nada para receber. Termino com outro provérbio africano, não se pode esconder a fumaça se acender o fogo, ou seja, as nossas ações têm consequências! Nós já atendemos o fogo. Muito obrigada a todos e vamos iniciar com a queridíssima Mamã Paulina Chiziane. Muito obrigada, por estarem aqui, uma boa conversa, mas vamos falar de ciência, hoje e amanhã.





FELCOS
SINBRIA



ECONOMIA E MULHERES

27 de março de 2024

O PAPEL DA MULHER ZUNQUEIRA NA CONSTRUÇÃO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Paulina Chiziane

Escritora e Prémio Camões

Há aqui duas grandes palavras que me chamam atenção, uma chama-se ÁFRICA, quando se fala de África, de que África se fala? Então eu estou a começar a nossa conversa a partir dos preconceitos do mundo. África que eles querem criar, como se eles fossem criadores de África ou é África aquele continente por Deus criado também, porque quem criou a mim foi Deus aquele que criou os europeus e todos. Que história é essa do mundo inteiro querer criar-me a mim, a língua que tenho que falar é deles, a ciência que tenho que usar é deles, tudo o que eu sou tem que vir do outro e as nossas liberdades?

A dias eu reclamava porque essas grandes instituições importantes como as Nações Unidas criaram a Convenção Internacional dos Direitos Humanos como se essa instituição fosse a primeira a falar dos direitos humanos, é preciso reconhecer que o continente africano foi o primeiro na história da humanidade a lutar pelos direitos humanos, o direito a terra, ao nome, o direito a existência, mas quando se fazem as convenções daqueles importantes que sabem tudo, África fica excluída. África levanta-te, e chega! Sou gente filho de Deus, porque nós não constamos nas convenções deles.

Não me venham ensinar nada, se me vieram invadir é que eu tenho o que eles precisam.

A outra questão de que eu gosto de falar chama-se mulher, no mundo inteiro, nós que lidamos com literatura diz-se a pobre mulher africana, porque vamos incluir a pobre mulher africana? Chega dessa linguagem, olhe para a rica a história de África, nós temos uma figura de uma dimensão universal e intemporal chama-se Cleópatra foi a grande governadora no tempo das luzes, é africana. Gosto muito de uma outra senhora chamada Sabá a rainha de Sabá uma mulher negra de dimensão universal e intemporal, até consta na bíblia sagrada é minha, pretinha assim como eu, ela foi uma mulher de grande poder, quando venho para Angola encontro uma Njinga, em Moçambique existem outras e outras histórias, e lá nos vem o mundo com o 08 de Março viva o 08 de Março, mas e a história da mulher africana? Jovens acordarem essa história que África só tem história porque aconteceu algo com uma mulher Americana quando afinal nós temos nossas próprias celebrações.

Vieira Mário Mauelele

Professor de História, Geografia e Direito

É muito importante que os estados africanos hoje considerem usar as nossas línguas nas plataformas digitais, repare se eu coloco uma mulher que teve formação superior junto de uma Zungueira, Mukherista ou Dumbanengue lá em Moçambique, aquém o sistema financeiro vai confiar o crédito?

Vai confiar aquela que tem o ensino superior porque ela saber ler, escrever e contar na língua do outro. Vezes à em que a Zungueira, mukherista mulher do dumbanengue no meu contexto, já não saber ler, escrever e contar na língua do outro, mas sabe ler, escrever e contar em Changana, Umbundu é preciso que esta agenda seja abraçada pelos países africanos.

Se nós admitimos uma CPLP, porque não podemos admitir uma Comunidade dos Países falantes do Kimbundo, Changana, ou Suaíli, porque não admitimos? Se nossas línguas também são códigos quanto a língua portuguesa, inglesa, francesa. Portanto na agenda 2030-63 que é proposta a UA – União Africana não consigo ver as línguas africanas reflectidas.

Vamos empoderar aquém? Em que condições?

São 4 pilares elencados na agenda, mas não consigo ver nos ODS (Objectivos de desenvolvimento sustentável) capaz de atingir os objectivos, vão falhar e espero estar enganado. Porque é preciso usar as nossas línguas nas plataformas digitais que facilitem a comunicação. Precisamos também sublinhar que a cultura africana é de equidade e interdependência, não vamos hoje afirmar que a um critério de paridade, mas é preciso assumir que as mulheres nas culturas africanas têm o poder, por isso que eu volto a pergunta inicial aquém nós queremos empoderar? Pois as mulheres em África sempre tiveram o poder.

Mucama, mulher de cor, ama-de-leite. O senhor dono dos escravos não se satisfazia com a sua mulher branca, e por mais primárias e animais que fossem as relações com as escravas destoavam a relação social. O que acontecia é que aquela mulher negra de cor a mucama tem já o seu amante, tem o seu marido que é também escravo, então o homem negro e branco tem que disputar a mesma mucama e depois as mulheres brancas também tinham que disputar o homem branco delas, isto gerava confusão social. Nisto, o sistema escravocrata das mulheres desenvolveu a economia em África e nos locais de destino...

Anésio de Castro

Empreendedor Social

O mercado informal constitui uma parte significativa da economia moçambicana, sendo as mulheres as principais protagonistas dessa dinâmica. Contudo, a informalidade acarreta desafios profundos, como a falta de proteção social, exclusão financeira e dificuldades no acesso a capital. Este artigo explora a interseção entre os desafios enfrentados pelas mulheres moçambicanas no mercado informal, o papel das políticas de inclusão financeira e a digitalização como estratégia de formalização, considerando a Recomendação 204 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a estrutura teórica de Stephen G. Cecchetti em **Money, Banking, and Financial Markets**.

1. A Recomendação 204 da OIT e o Contexto Moçambicano

A Recomendação 204 da OIT reconhece a importância da transição da informalidade para a formalidade como um meio de garantir trabalho decente e proteção social. No entanto, em Moçambique, a antropologia do uso do dinheiro físico e a prevalência de práticas culturais, como a economia de subsistência e mecanismos de solidariedade mútua, representam barreiras significativas para a formalização. As mulheres, em particular, enfrentam dificuldades adicionais devido à desigualdade de gênero, baixa literacia financeira e responsabilidades domésticas, que limitam o tempo e os recursos disponíveis para navegar pela burocracia dos processos de formalização.

2. O Sistema Financeiro e as Mulheres na Economia Informal

Stephen G. Cecchetti descreve o sistema financeiro como um ecossistema formado por cinco partes principais:

- Dinheiro: Um meio de troca essencial, cujo uso em Moçambique ainda é predominantemente físico, reforçando a resistência à digitalização.
- Instrumentos financeiros: As mulheres no mercado informal muitas vezes desconhecem ou não têm acesso a produtos financeiros formais, recorrendo a agiotas ou esquemas de poupança informal que podem comprometer sua estabilidade económica.
- Mercados financeiros: A ausência de mercados financeiros acessíveis e inclusivos para pequenos negócios limita a capacidade dessas mulheres de crescer economicamente.
- Instituições financeiras: A burocracia e os custos associados aos bancos comerciais desencorajam o uso de serviços bancários pelas mulheres no mercado informal.
- Banco central: Apesar de suas iniciativas para promover a inclusão financeira, os benefícios ainda não chegam à maioria das mulheres no setor informal.

Além disso, Cecchetti destaca os cinco princípios fundamentais do dinheiro e dos mercados financeiros: tempo, risco, informação, mercados e estabilidade. A aplicação destes princípios ao contexto moçambicano revela a necessidade de políticas inovadoras que reconheçam as especificidades culturais e sociais do país.

3. Resistência Cultural e Antropologia do Uso do Dinheiro

Entre os povos Bantu, incluindo as mulheres moçambicanas, o uso do dinheiro físico e as práticas de solidariedade, como xitiques (poupanças rotativas), são predominantes. Essas práticas refletem uma desconfiança histórica em relação aos sistemas financeiros formais, exacerbada pela burocracia bancária e pela falta de literacia digital. A preferência pelo dinheiro físico, em vez de contas bancárias ou carteiras digitais, reforça o ciclo de informalidade e exclusão.

4. A Digitalização Financeira como Estratégia de Formalização

A digitalização financeira apresenta uma oportunidade transformadora para a inclusão e formalização das mulheres no mercado informal. A introdução de ferramentas como carteiras móveis, sistemas de pagamento digital e plataformas de microcrédito pode ajudar a superar barreiras culturais e burocráticas. Exemplos como M-Pesa e E-Mola já demonstraram impacto positivo em ampliar o acesso financeiro, especialmente em áreas rurais.

A digitalização não apenas simplifica as transações, mas também:

- Reduz custos: As carteiras digitais eliminam a necessidade de deslocamentos frequentes aos bancos e minimizam custos com intermediários.
- Melhora a segurança: Reduz o risco associado ao transporte e armazenamento de dinheiro físico.
- Facilita o crédito formal: Registros digitais das transações podem servir como histórico financeiro, aumentando a elegibilidade para empréstimos.
- Promove a educação financeira: Plataformas digitais frequentemente incluem módulos educativos, ajudando as mulheres a desenvolver habilidades financeiras.

5. Políticas de Inclusão Financeira e o Papel das Instituições

Para transformar essas oportunidades em realidade, é crucial que o governo moçambicano, em parceria com organizações internacionais e instituições financeiras, desenvolva políticas inclusivas que abordem as necessidades específicas das mulheres. Algumas recomendações incluem:

- Redução da burocracia: Simplificar processos de registro para negócios informais e criar canais digitais acessíveis.
- Educação e literacia financeira: Implementar programas comunitários que combinem educação financeira com treinamento em ferramentas digitais.
- Parcerias público-privadas: Envolver operadores de telecomunicações e fintechs para expandir o alcance das soluções digitais.
- Promoção da confiança: Campanhas para aumentar a confiança no sistema financeiro formal, destacando benefícios tangíveis da formalização.

6. Conclusão

A transição da informalidade para a formalidade é essencial para garantir trabalho digno e fortalecer a segurança económica das mulheres moçambicanas no mercado informal. No entanto, essa transição só será possível se houver um entendimento profundo das barreiras culturais e estruturais enfrentadas por essas mulheres. A digitalização financeira emerge como uma solução viável, mas seu sucesso depende da implementação de políticas inclusivas, acessíveis e culturalmente sensíveis. Ao alinhar a Recomendação 204 da OIT com inovações financeiras e uma abordagem antropológica, Moçambique pode pavimentar o caminho para a emancipação económica das mulheres e a sustentabilidade do mercado informal.



TURISMO

27 de março de 2024

ESTRATÉGIAS SUSTENTÁVEIS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO TURISMO INTERNACIONAL NOS PAÍSES AFRICANOS

Eduardo Sarmiento

Professor no Instituto Superior de Economia e Gestão e Presidente do CEsa- Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento

Realizadores do cinema fazem filmes sobre cidades, por exemplo, o *Midnight em Paris* não é em Paris, reforça a cidade como potencial de turismo. A África tem todo um potencial para, de facto, chamarmos cineastas e criar filmes que depois criam memórias, turismo de saúde e higiene. A inteligência artificial não há como não aceitá-la e adaptarmo-nos. Nós já temos os robôs, temos as plataformas digitais, temos a internet das coisas ou a internet of things.

A Tecnologia e o conhecimento facilitam imenso nas deslocações das pessoas, os check-ins in, os check out e permite também a pesquisa, isto é fundamental porque hoje em dia as pessoas pesquisam antes de viajar sobre os locais onde irão viver a experiência. Temos também a parte dos pagamentos contactless e isto é uma evolução significativa.

A primeira vez que eu fui a Cabo Verde, não havia máquinas de multibanco, não havia crivos, mas neste momento já não há nenhum país que não os tenha, mas isto são histórias que mostram a evolução das coisas.

A realidade virtual é fundamental, deve-se aproveitar também e dinamizar. A realidade aumentada para complementar a experiência que as pessoas têm no local e poder ir recuperar informação. Uma frase que gostaria de partilha do turismo é a do Secretário Geral da UMWTO Zurab Pololikashvili, que diz o seguinte, e isto é que é importante. "O potencial turístico de África é inegável, tal como o potencial do turismo para impulsionar o desenvolvimento inclusivo em todo o continente".

E isto tem que ser o marco, desenvolvimento inclusivo. De facto, as mulheres têm que ter iguais oportunidades. O turismo pode contribuir para isso, mas nós queremos as mulheres em cargos de poder, não é as mulheres a fazerem as camas e a fazer as limpezas nos hotéis. Somente isso, não pode ser.

O abrandamento constante das restrições às viagens, primeiro dentro das nações e depois através das fronteiras internacionais, permitirá o regresso de muitos benefícios sociais e económicos do turismo

Se o recomeço do turismo for gerido de forma responsável e coordenada, aproveitando o poder da inovação e do empreendedorismo, pode transformar milhões de vidas e ajudar a proteger e preservar o rico património cultural e natural de África. Eu acho que esta frase, de facto, resume tudo. Aliás, a minha apresentação podia ser só a leitura desta frase, porque sintetiza todas as estratégias que estão inerentes a isto. Muito obrigado.

Paulino Dias

Consultor, sócio fundador e presidente do conselho de administração de uma empresa de estudos e consultoria sediada em Cabo Verde. Membro do conselho consultivo do instituto Pedro Pires. Membro da rede de embaixadores para ação climática em África

Neste discurso, eu partilho a minha experiência no desenvolvimento de políticas públicas em diversos países africanos, incluindo um atual projeto com o Banco Mundial. Realço a importância de fundamentar essas políticas em conhecimento científico e inovação, colaborando com universidades e centros de pesquisa. Embora tenha sido convidado para abordar a sustentabilidade no turismo, o tempo é curto, então vou lançar algumas ideias para reflexão.

Primeiro, o turismo tem um papel crucial no combate ao desemprego em África, podendo ser uma solução para a falta de empregos, especialmente em Angola, onde o potencial turístico está subaproveitado em comparação com países como a África do Sul. Se Angola igualar o rácio de turistas por habitante da África do Sul, isso poderia gerar cerca de 500 mil novos empregos, ajudando a combater o desemprego no país.

A segunda ideia é que o turista não deve ser visto como um fim, mas como um meio para melhorar a vida da população local. Critico a prática de definir metas de visitantes como objetivos finais. O impacto líquido positivo para a comunidade deve ser a verdadeira medida de sucesso, levando em conta tanto os benefícios quanto os custos, como a pegada de carbono.

Terceiro, destaco a importância de pesquisas sobre turismo com uma visão africana. Há uma carência de estudos sobre o setor na África e sobre temas intersectoriais como a relação entre turismo, mudanças climáticas e cultura. A cultura deve ser valorizada além do seu potencial turístico, respeitando a sua profundidade e a sua conexão com a identidade e pertença de um povo, ao invés de a reduzir a um produto comercializado para turistas.

Por último, apelo para uma agenda de investigação africana independente, especialmente nas ciências sociais. A partir de uma base económica, sugiro que o conceito de crescimento económico precisa ser reavaliado para incorporar realidades locais diversas. Propomos mobilizar recursos internos para apoiar esta agenda, visando a autonomia na definição de prioridades de pesquisa, sem deixar de colaborar globalmente.

Este discurso é uma chamada à ação para que África defina a sua própria agenda de investigação no turismo e sustentabilidade, construindo um modelo que atenda às suas necessidades e valores próprios.

Pedro Levy

Professor de história da África na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira - UNILAB

Neste discurso, compartilho minha perspectiva como pesquisador em segurança alimentar na África, especialmente em Cabo Verde, e a importância da alimentação em qualquer experiência humana, incluindo o turismo. Vou dividir minha fala em dois momentos: a universidade e a independência, explorando o que chamo de "turismo científico".

Sabemos que o turismo clássico, centrado em sol, praia e infraestrutura, nem sempre atende às expectativas da população da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), onde mais de 60% dos trabalhadores estão na informalidade, principalmente mulheres. Por isso, o turismo não deveria ser apenas para os ricos. Cresci em uma família grande e humilde, e valorizo o turismo científico porque ele é inclusivo: envolve tanto operários e trabalhadores informais quanto doutores de universidades.

A universidade tem um papel fundamental nesse turismo científico. Vale lembrar que a primeira universidade do mundo foi fundada por uma mulher africana, Fátima, uma figura inspiradora. Mesmo sendo muçulmana, sua universidade foi inclusiva, abrigo inclusive um papa cristão como estudante. Cito Desmond Tutu e Paulina Chiziane para reforçar a ideia de que a universidade e o conhecimento não devem ter barreiras religiosas ou raciais.

O segundo ponto essencial do turismo científico é a descolonização mental, que é fundamental para uma verdadeira independência. Na UNILAB, onde leciono, tenho estudantes de Angola, Guiné-Bissau e outros países africanos, mais até do que brasileiros. Isso permite uma troca cultural e de conhecimento, através da qual fazemos turismo com os filhos de trabalhadores e informais da CPLP, valorizando suas raízes.

Praticamos esse turismo visitando terreiros de candomblé, onde aprendemos com sacerdotisas que nos ensinam sobre a cultura e a alimentação afro-brasileira, enquanto absorvemos um conhecimento religioso e científico que transforma essas experiências em futuros artigos e livros. Em um desses encontros, um estudante angolano traduziu para mim uma língua banta que o sacerdote usava, mostrando a força das raízes africanas mesmo após séculos de diáspora.

Minha proposta para o turismo científico inclui a ideia de um barco-escola, inspirado em uma iniciativa de Portugal. Este barco poderia ser um espaço de aprendizado e circulação, onde universitários e cientistas africanos possam viajar gratuitamente, criando um intercâmbio cultural e educacional. Seria também uma plataforma para promover produtos turísticos africanos e ampliar o conhecimento sobre nossa própria história.



Assista ao vídeo



EDUCAÇÃO

27 de março de 2024

O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO CONVENCIONAL

Arlindo Almada

Licenciado em engenharia informática pela Universidade Católica de Angola. Mestre em Advanced computing e computing Science. Doutor em Proactive, chatbot, primework

Eu trabalho na área da educação, focando na aplicação da inteligência artificial (IA) para melhorar o aprendizado dos estudantes. Muitas pessoas associam a IA a robôs ou máquinas, mas na verdade, ela já faz parte do nosso cotidiano, como usamos o Google, as redes sociais, ou ferramentas como o ChatGPT. A IA tem se mostrado útil em diversas áreas, inclusive na educação, e é sobre isso que venho falar.

Gostaria de destacar a importância da imaginação humana, que é o que nos diferencia das máquinas. Enquanto as máquinas podem fazer previsões, elas não têm a capacidade de explicar como chegaram a suas conclusões ou de criar soluções de forma consciente. Mesmo que a IA seja eficaz em resolver certos problemas, ela ainda está distante da inteligência humana, que envolve criatividade e reflexão.

Dentro da educação, eu concentro-me em entender o que afeta o desempenho dos estudantes, especialmente em Angola, onde o rendimento escolar tem sido baixo em comparação com outras regiões. Muitos fatores externos, como políticas governamentais, infraestrutura escolar e o orçamento, impactam o desempenho, mas também existem fatores internos. Alguns estudantes, mesmo enfrentando as mesmas dificuldades, se destacam. Isso me levou a investigar questões internas, como fatores psicológicos (ansiedade, estresse) e sociais (ambiente de estudo, gestão do tempo e distrações).

Na minha pesquisa, descobri que muitos estudantes gastam de 5 a 8 horas por dia em distrações, como redes sociais e entretenimento, o que afeta seu rendimento. Com base nisso, desenvolvi um modelo de IA que prevê o desempenho acadêmico dos estudantes, levando em consideração esses fatores psicológicos, sociais e de gestão pessoal.

Atualmente, estou implementando essa plataforma na Universidade Católica de Angola. A plataforma auxilia os estudantes a lidar com questões como estresse e organização do tempo, ajudando a melhorar seu desempenho acadêmico. A inteligência artificial, assim, se torna uma ferramenta útil para apoiar o ensino, prevenindo dificuldades e otimizando os resultados dos estudantes.

Euclides Mfumu

Licenciado em Engenharia Informática pela Universidade Católica de Angola. Mestre em Big data Technologies. Doutorando e especialista em big data, machine learning, pauld computing

O meu trabalho de investigação foca na análise dos movimentos oculares para auxiliar estudantes a interpretar códigos de programação. A programação é essencial para quem quer aprender ou aplicar inteligência artificial (IA), pois envolve áreas como análise de dados, estatística e álgebra. O objetivo do meu estudo é entender como especialistas leem códigos de programação, para, então, desenvolver um sistema de IA que ajude estudantes a aprenderem a programar de forma mais rápida e eficaz.

Ao preparar essa conversa, surgiu uma reflexão sobre o que consideramos inteligência. Será que a IA é realmente inteligente? Na minha opinião, ainda não. A IA, atualmente, depende muito de dados de qualidade e aprende com base em padrões, o que limita sua "inteligência" ao conteúdo que lhe foi ensinado. Por exemplo, o ChatGPT, que muitos conhecem, foi treinado com bilhões de parâmetros, o que lhe permite responder sobre diversos tópicos. Contudo, se pedirmos que resolva um problema específico de um setor particular, ele pode falhar, pois carece de contexto detalhado.

Minha pesquisa pode ter aplicação no contexto angolano. Ao observar como os estudantes leem códigos, analisando os padrões de leitura entre iniciantes e especialistas, identificamos que os especialistas focam em estruturas importantes e ignoram comentários irrelevantes. Isso nos permite criar ferramentas que auxiliem os alunos a desenvolver habilidades de leitura e interpretação de códigos de programação, sugerindo foco em termos ou estruturas mais complexas. Dessa forma, acredito que podemos melhorar significativamente a forma como a programação é ensinada e aprendida.



Assista ao vídeo



ENSINO

27 de março de 2024

Maria do Rosário Bragança Sambo

Ministra do Ensino Superior Ciência, Tecnologia e Inovação de Angola

Quero agradecer a organização do evento, e quando me refiro à organização do evento, estou a falar sobretudo da coordenadora do projeto, dos encontros, chamo já encontros, porque estamos no terceiro, de jovens investigadores da CPLP, a Dra. Cristina Abril, por permitir que o Ministério do Ensino Superior se associasse à organização deste evento aqui em Angola. Aproveito para agradecer à direção do Centro Ciência de Luanda o facto de ter permitido a realização deste evento aqui e que traz toda a substância, porque este é um centro cuja missão principal é a popularização da ciência, e eu vou pegar nas palavras da Professora Teresa Cruz e Silva sobre o papel das instituições de Ensino Superior, tendo em conta que elas estão numa cadeia e não estão suspensas, portanto, se não tivermos um trabalho de base sobre a população, aquilo que se pode fazer a nível de uma instituição de ensino superior tem limitações diversas.

O esforço de fazer com que, desde as idades mais tenras, as crianças tenham acesso à ciência de uma forma interativa, divertida, é um esforço necessário, porque aí começa-se a despertar o senso crítico. Portanto, não se constrói a casa a partir do telhado, são necessários alicerces e os alicerces começam mesmo nas idades mais tenras, na progressão, depois com o ensino formal da ciência chamada educação científica e, obviamente, depois com toda a estruturação da atividade científica nas instituições de ensino superior, que têm uma responsabilidade sem dúvida determinante. Está provado em estudos que estas instituições são as que, de um modo geral, mais contribuem para a produtividade científica, e é nestas instituições onde nós vamos conseguir ver refletidos os planos para a ciência, tecnologia e inovação dos países.

Eu agora vou me reportar à questão da agenda científica para os nossos países. A União Africana aprovou uma estratégia para a Ciência, Tecnologia e Inovação no período de 2014 a 2024. Essa estratégia tem definidas as áreas prioritárias, tendo em conta a agenda 2030 e a agenda 2063, e depois todo um conjunto de orientações de natureza metodológica para que os países, nas suas agendas de política nacional, Ciência e Tecnologia, na agenda de investigação, sigam. Portanto, chegamos a 2024 e também, se forem consultar, a UNESCO, no ano passado, lançou uma call para que houvesse submissão de manifestações de interesse para que a implementação desta estratégia até 2024 the Science technology Innovation in África fosse sujeita a um processo de avaliação, portanto, pelo documento que está online, esta submissão devia ser feita até abril, se não me engano, de 2023. É interessante que as instituições de investigação e desenvolvimento e as instituições de ensino superior, entre outras, são chamadas a submeter propostas para participarem nesse processo de avaliação e de revisão até desta estratégia para a ciência e tecnologia e inovação em África. Como é que Angola se alinha a isto? Angola tem uma política nacional de ciência e tecnologia aprovada desde 2011.

As dificuldades que existem no país não são muito diferentes das que existem nos outros, que têm a ver com o problema dos recursos humanos, que tem muito. Muita desta situação difícil começa na base e vai até ao topo de dificuldades de infraestruturas de problemas de gestão, da própria investigação científica, de problemas de financiamento. Portanto, Angola está num período de revisão da

política nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, desde 2021, numa solicitação que fizemos com o apoio do programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, com o apoio da conferência das Nações Unidas para o comércio e desenvolvimento, e estamos precisamente neste caminho de com a comunidade, como todos os stakeholders que interferem no processo de produção científica, seja ela pela via da divulgação, seja ela pela via da investigação formal contribuir, fizemos já ações de formação precisamente para a revisão desta política e vamos continuar a trabalhar nesse sentido. Devo dizer que fomos beneficiários de um investimento do suporte da União Europeia, com organização dos estados de África, Caraíbas e Pacífico, para continuarmos a ter financiamento para essas ações de formação que conduzirão a uma revisão da política, mas verdadeiramente assente na colaboração dos diversos stakeholders.

Para dar uma nota final e para mostrar que, de facto, demos um passo importante, até 2021, Angola não tinha uma agência de financiamento da ciência. Moçambique, nosso país irmão, tem o Fundo Nacional de Investigação, já há um bom tempo e tem sido uma congénere importante para a nossa jovem fundação para o desenvolvimento científico e tecnológico ganhar experiência e ter parceria, juntamente com outras congéneres do espaço da CPLP, como é a Fundação para a Ciência e Tecnologia e como é o Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil, o CNPQ. Como é que tudo isto vai repercutir-se, depois, na melhoria da atividade científica, é um trabalho que temos de fazer regularmente, monitorizando, avaliando os resultados e procurando sempre formas de progredir. Para terminar, eu queria também pegar nas palavras da senhora professora Teresa Cruz e Silva, relativamente à formação dos professores, pois de facto, é crucial. O país também está num processo de melhoria do processo de formação dos professores. Existe mesmo um programa nacional de formação e gestão de pessoal docente, existe num regime jurídico próprio para a formação de educadores de infância, de professores de ensino primário, de professores do ensino secundário,

Existem requisitos próprios e, portanto, é para dar uma panorâmica muito resumida, mas global, de todo o esforço que nós temos de fazer como país e cada um dos nossos países, na nossa comunidade da CPLP, integrados, quer na região africana, quer noutros contextos, para que, de facto, passemos a figurar melhor em termos de produtividade científica no mundo. Mas não nos vamos enganar a pensar que se transforma essa realidade assim, num clique, e que o compromisso é do governo que está agora. Portanto, isto é um compromisso da nação, o que temos de ser capazes é demonstrar que estamos a dar passos no sentido da melhoria. Estamos abertos para incorporar os stakeholders e, sobretudo, abertos ao processo crítico, obviamente construtivo, mesmo para esta melhoria. Portanto, esta iniciativa realizada aqui em Angola é louvável.

Eu vou deixar aqui um conselho, uma sugestão, sobre como, no espaço da CPLP, as instituições de ensino superior têm um papel fundamental crucial na investigação científica: que tal trazer para a organização deste evento a Associação das Universidades de Língua Portuguesa, que de facto, é o fórum da CPLP para o ensino superior. Muito obrigada pela vossa atenção.

OS DESAFIOS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DOS PALOP NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Teresa Cruz e Silva

Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane

É uma honra estar aqui hoje e compartilhar algumas reflexões sobre a importância de discutir os desafios da África dentro do nosso próprio continente, com foco especial nos jovens pesquisadores da CPLP, que serão responsáveis pelo futuro que queremos para a África.

Os debates sobre desenvolvimento sustentável e a Agenda 2030 mostram a urgência de uma cooperação que se baseie na nossa realidade. Precisamos questionar se estamos realmente preparados para atingir essas metas, integrando as dimensões econômicas, sociais e ambientais, e repensando o papel da ciência para criar condições que concretizem os compromissos assumidos. A Agenda 2030 retoma questões de décadas atrás, como a erradicação da pobreza e o acesso à educação, reforçando o papel das universidades e da ciência na promoção de uma sociedade inclusiva e sustentável.

No contexto africano, as universidades enfrentam o desafio de equilibrar expansão e qualidade, em um ambiente onde o ensino superior passou por uma mercantilização que aumenta as desigualdades. Esse sistema de ensino superior, marcado pela exclusão social e desafios de financiamento, exige mudanças profundas para assegurar uma educação de qualidade e inclusiva. Além disso, a dependência do português como língua oficial nos coloca o desafio de incluir alunos de áreas rurais, onde a língua materna não é o português, o que aumenta as desigualdades de acesso ao conhecimento.

Se queremos que as universidades desempenhem seu papel de motor do desenvolvimento e da inovação, é necessário um esforço político e financeiro para investir na formação de professores e nas infraestruturas educacionais, não apenas no ensino superior, mas em todos os níveis de educação. A ciência e o ensino superior devem estar ao serviço da mudança social, promovendo soluções para problemas locais e capacitando nossos jovens para um futuro mais justo e inclusivo.

Finalizo com as palavras das professoras Amina Mama e Teresa Barnes: a África precisa desesperadamente de suas universidades. É fundamental que nossos sistemas de ensino atuem em sintonia, desde o básico até o superior, para formar as futuras gerações e garantir que os benefícios do conhecimento sejam acessíveis a todos.





Assista ao vídeo



SAÚDE

28 de março de 2024

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A INVESTIGAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE EM ÁFRICA E NO MUNDO

Filomeno Fortes

Diretor do Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) da Universidade NOVA de Lisboa e Presidente da Associação para o desenvolvimento de medicina tropical

Hoje, vou abordar o tema da inteligência artificial em saúde, um assunto complexo e que tem gerado muita especulação. Com a popularidade do tema, surgem também “eruditos” que dizem dominar tudo sobre IA, mas é preciso cautela, pois não sou um especialista. Quero apenas compartilhar minha visão sobre o assunto e depois teremos a oportunidade de discutir juntos. O tema gera grandes expectativas e controvérsias. Vou organizar minha fala em três pontos: contextualizar, conceituar e problematizar. Para ilustrar, vou usar exemplos da neurologia. Ao atender um paciente, eu observo vários aspectos: estado mental, nervos cranianos, reflexos, coordenação, entre outros. Com essas observações, busco identificar condições como tumores, doenças autoimunes ou lesões cerebrais. Depois, aplico neurotecnologia para ajudar no diagnóstico.

A IA entra na saúde como um poderoso suporte, permitindo que algoritmos analisem dados e proponham diagnósticos. Por exemplo, posso inserir dados neurológicos de um paciente num sistema que, com IA, sugere o diagnóstico. Esse processo combina inteligência humana, investigação e tecnologia. A IA também possibilita avanços no tratamento e no prognóstico, como prever a longevidade de pacientes com doenças neurológicas. Recentemente, foi implantado um chip cerebral que permite comunicação telepática com dispositivos como celulares e computadores, beneficiando pessoas com tetraplegia. Este é um exemplo direto da interface cérebro-máquina, viabilizada pela IA.

Os avanços são notáveis: a IA permite diagnósticos mais rápidos e precisos, o monitoramento remoto de pacientes, o desenvolvimento de políticas de saúde e de tratamentos personalizados. A genética, a prótese, o diagnóstico pré-natal e as técnicas de imagem médica são outras áreas em que a IA transformou a prática médica. No caso da cirurgia robótica, ela agora permite operações menos invasivas e mais seguras, como na remoção da próstata preservando o sistema nervoso responsável pela ereção.

Entretanto, os riscos também são reais. O uso inadequado, erros, preconceitos nos algoritmos e questões de privacidade e segurança são preocupações sérias. Recentemente, foram criadas diretrizes pela OMS para assegurar a inclusão e equidade no uso de IA em saúde. Deixo algumas recomendações: é importante que a IA em saúde considere a diversidade dos contextos socioeconômicos, que ela possibilite o acesso em países de recursos limitados e que seja aplicada para o controle de doenças tropicais negligenciadas, especialmente na África.

Finalizo com uma reflexão: a IA pode guiar, sugerir e reduzir erros, mas, no fim, somos nós, os humanos, que decidimos. Como o diretor-geral da OMS disse, a IA tem potencial para melhorar a saúde global, mas também para causar danos se usada de forma incorreta.

Lina Antunes

Professora associada da Universidade Agostinho Neto e Diretora-Geral do Hospital-Geral de Lubango

É uma honra estar aqui presente, venho do sul do país. Na verdade, nenhum de nós é um expert em inteligência artificial. Eu trago algumas questões que são práticas. Nós, médicos, no dia a dia, realmente estamos já preocupados com isso, com estas aplicações, vamos para a questão da população mundial, por exemplo, vamos buscar países onde a longevidade é muito alta, um exemplo é o Japão, onde a população idosa é realmente muito grande.

Em 2020, quase 29% da população do Japão tinha menos de 65 anos de idade, é uma população realmente idosa, a esperança de vida para os homens é 82 anos, e para as mulheres, 89. Já em 2010, o Japão estava preocupado com a questão de como tratar a população idosa, ou seja, terem cuidadores para a população idosa, para além disso, eles têm uma política de imigração muito restrita. No entanto, anteciparam-se sobre esta questão, a solução foi realmente procurar na Inteligência Artificial ainda na sua primeira fase, robôs cuidadores. Imaginem o que é ter em casa duas pessoas idosas que não conseguem ter a sua vida autossuficiente e ter um robô “humanizado” que seja capaz de cuidar. Esta foi a visão do Japão.

Neste sentido, a Empresa Shibata Intellingent System criou o robô Paro, um animal de estudo robótico que faz companhia aos idosos que não podem cuidar já de animais vivos. Todas essas questões levantam a questão se será que a inteligência artificial poderá ocupar outro espaço também, o espaço da comunicação, o espaço da humanização, o espaço do diálogo, o espaço da companhia. É uma questão que eu ponho, para pensar, para discutir-se, quando é que a gente chegará a esse ponto, contudo, a verdade é que isso não deixa de ser uma grande visão de um país. Atrás do Japão está a China, que produz uma data de robôs, neste momento, os preços são competitivos, pode-se comprar um robô para ter em casa, para ser um cuidador, mas existem sempre grandes limitações em relação à parte humana, dos seres vivos.

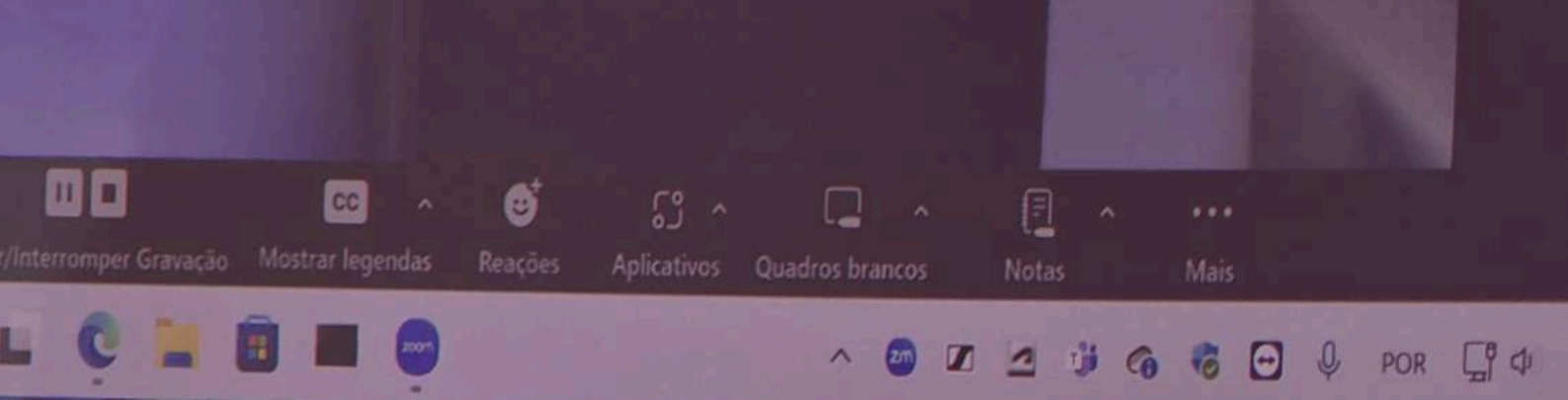
Em África existe também uma rede robótica, que é a Afron, que já avançou para pequenos robôs capazes de substituir determinadas tarefas humanas, é bastante importante.

O professor Filomeno Forte já falou naquela componente dos membros robóticos que ajudam as pessoas a poderem mobilizar-se melhor, as pessoas com deficiências motoras, com debilidades musculares, isso é extremamente importante. Já temos, por exemplo, pessoas amputadas a poder competir, com membros robóticos, para não falar no Da Vinci e outros equipamentos artificiais que estão dentro dos blocos operatórios e que hoje milhões de pessoas são operadas por estes equipamentos robóticos com bastante êxito, muito melhor, às vezes, do que uma mão humana. Estamos, realmente, na era do desafio. E a última questão que se põe, que é muito prática, mas que traz outro problema de confronto, é a questão da sequenciação do genoma.

O professor Filomeno Fortes deu o exemplo em termos de medicamentos dirigidos para os marcadores moleculares, tais como alguns tipos de cancro de mama, isso também já se põe em relação às leucemias, as outras doenças linfoblásticas e doenças ligadas ao sistema nervoso central. Contudo, o grande problema não é a sequenciar o genoma e encontrar as alterações do ADN genético, que provocam a mutação e, portanto, o início do câncer. O grande problema, neste momento está na parte farmacológica, onde estão os tratamentos que possam estar dirigidos para estes marcadores moleculares, nós já conseguimos encontrar e identificar em centenas ou milhares. Mas, temos poucos avanços na área dos medicamentos, na área dos fármacos, há um desequilíbrio entre os grandes achados, portanto, das aplicações da inteligência artificial e a resposta da área farmacológica, a resposta da área do tratamento.

Estamos nesse impasse, sentimos, muitas vezes incapazes. Um dos exemplos é, tenho um familiar próximo que tem um diagnóstico de cancro do pulmão, tem identificado a mutação genética principal que motivou esse cancro do pulmão, mas a medicação disponível não está a ser eficaz, porque não é exatamente para aquele marcador molecular que se identificou. Então, esta é a questão, por exemplo, os antibióticos que são resistentes, penso que a maior parte de vós conhecem, o que é designado por biópsia líquida, que se podermos aplicar nos nossos hospitais diariamente, será uma bomba, será uma coisa muito boa, através de exame de sangue pode se identificar quais as mutações genéticas, quais as mutações do genoma, do ADN ou do RNA, que provocam a doença. Por exemplo, nos Estados Unidos já está a ser feito. Há uma empresa que até é privada, mas está associada a fundos governamentais, é realmente um boom para a ciência, dentro da medicina, porque é aquilo que o médico sempre sonhou, ter um diagnóstico profundo que pode curar um doente. E o que nós queremos é curar, se não conseguimos tratar, pelo menos equilibrá-lo, curar seria a coisa melhor para nós médicos. Portanto, deixo estas considerações.

Resumo com os seguintes pontos: a questão da humanização dos robôs, a questão da aceitação dos robôs pela população, o equilíbrio da inteligência artificial no diagnóstico dos doentes face à parte medicamentosa ou farmacêutica, a redução dos custos, os preços são muito elevados, por forma a podermos avançar com esses meios tecnológicos no nosso dia a dia da saúde.



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AGENDA 2030

28 de março de 2024

A IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS DA AGENDA 2030 EM ÁFRICA

Cristina Duarte

Conselheira do Secretário-Geral das Nações Unidas para a África

No meu discurso, vou abordar os desafios enfrentados por África em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e explicar por que não será possível atingi-los até 2030. Este tema é urgente e desafiador, com questões interligadas que afetam o desenvolvimento, a estabilidade e a paz no continente. Trago três pontos principais:

Primeiro, vou fornecer uma visão geral dos ODS em África, destacando o quão distante estamos dos objetivos inicialmente definidos. Atualmente, conseguimos implementar apenas 12% das metas, e estamos atrasados em 88% delas. Questões como os impactos da pandemia de COVID-19 e o conflito na Ucrânia atrasaram ainda mais o progresso, com cerca de 30% das metas sem nenhum avanço.

Em segundo lugar, analisarei a crescente instabilidade em África, que é simultaneamente causa e consequência dos desafios de desenvolvimento. A região sofre com conflitos armados em diversas áreas, com países africanos representando um terço das mortes globais por terrorismo e um grande número de deslocados internos. A insegurança cresce em parte devido ao desequilíbrio econômico e ao déficit de desenvolvimento, que afetam diretamente os direitos humanos e a segurança das populações.

O terceiro ponto do meu discurso será o exame das causas profundas desses problemas. Vou explorar três "paradoxos" que bloqueiam o desenvolvimento em África: o financeiro, o energético e o da segurança alimentar. O paradoxo financeiro reflete uma contradição entre a riqueza de recursos naturais do continente e a dependência em relação à ajuda externa. África é rica em recursos energéticos, mas ainda há 600 milhões de pessoas sem eletricidade. Finalmente, com vastas terras aráveis e força de trabalho jovem, o continente vive numa insegurança alimentar crônica.

Para quebrar esses paradoxos, defendo que é essencial mudar o paradigma de financiamento, priorizando a mobilização de recursos internos e reduzindo a dependência de ajudas externas. A mobilização doméstica de recursos é uma via para maior autonomia, controle econômico e desenvolvimento sustentável, promovendo uma paz duradoura.

Elísio Macamo

Professor catedrático de sociologia e estudos africanos na Universidade de Basileia e Membro do Comité Científico do CODESRIA

Entendo que para mim os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam uma visão humanitária e solidária que, embora bem-intencionada, muitas vezes carece de uma perspectiva mais profunda sobre o desenvolvimento real, especialmente quando se trata de África.

Eu iniciei esta reflexão com uma fábula conhecida em Moçambique, sobre um macaco que, tentando ajudar um peixe, o retira da água, causando, sem querer, a sua morte. Vejo nesta história um paralelo com muitas das políticas de desenvolvimento aplicadas ao continente africano, onde há uma boa intenção, mas a compreensão das reais necessidades locais é falha. Esse desejo de ajudar, muitas vezes baseado em boas intenções, não necessariamente resulta em soluções eficazes para os problemas locais.

Ao refletir sobre o desenvolvimento e os ODS, sinto-me incomodado por três aspectos principais:

1. A abordagem técnica do desenvolvimento: A forma como os ODS abordam o desenvolvimento é majoritariamente tecnocrática, reduzindo problemas complexos como a pobreza, o acesso à água e à educação a questões que parecem exigir soluções técnicas. Porém, para nós, cientistas sociais, o problema não é só a falta de recursos, mas as estruturas políticas e económicas que perpetuam esses problemas. Enfrentar a pobreza, por exemplo, envolve reavaliar a distribuição de riqueza global e os arranjos económicos internacionais, que limitam as nações africanas a certo status de subdesenvolvimento. Em vez de resolver as causas profundas, os ODS tratam apenas os sintomas, o que considero uma solução superficial.

2. Redução das opções de desenvolvimento: O desenvolvimento frequentemente é concebido pelos países mais desenvolvidos de acordo com suas próprias necessidades. Recentemente, por exemplo, uma política italiana de imigração foi justificada com base nos interesses italianos, ignorando as complexas razões que levam os africanos a migrar. A solução proposta, que prioriza o bloqueio à imigração, pouco contribui para resolver os problemas fundamentais que levam essas pessoas a deixar suas terras.

3. Promoção de uma burocracia internacional: Outro ponto é a criação de uma burocracia internacional que toma decisões em nome dos países africanos, mas sem qualquer responsabilização ou compromisso com as realidades locais. Organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial muitas vezes impõem políticas que enfraquecem a autonomia dos governos africanos. Essas instituições, sem serem responsabilizadas localmente, tomam decisões que influenciam diretamente as populações.

Acredito, portanto, que o verdadeiro desafio do desenvolvimento africano está na política: fortalecer as instituições locais e melhorar a governança. Os ODS, por sua vez, reforçam um tipo de dependência que ressoa com a antiga "tirania das boas intenções" do período colonial, onde as nações colonizadoras diziam agir em benefício dos colonizados. Por fim, concluo que os ODS, da forma como são aplicados, representam mais um problema do que uma solução para o desenvolvimento de países como Moçambique.

Emmanuel Nkrumah Paim

Professor universitário e membro da coordenação do sistema das Nações Unidas em Angola

É uma honra estar aqui discutindo a importância da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na agenda 2030, com um foco especial em África. Neste contexto, gostaria de enfatizar o papel das parcerias estratégicas e da cooperação, que são cruciais para alcançarmos esses objetivos, especialmente em Angola.

Recentemente, foi lançado um quadro de cooperação entre as Nações Unidas e o governo angolano, que representa um momento decisivo para a aceleração dos ODS. Este quadro apoia-se em quatro pilares: Pessoas, Paz, Prosperidade e Planeta. Cada pilar foca-se em áreas essenciais como saúde, educação, igualdade de gênero e resiliência climática, com especial atenção às populações mais vulneráveis, incluindo mulheres e jovens.

Para garantir o sucesso, destaco as parcerias como facilitadoras estratégicas. A cooperação entre governos, o setor privado, a sociedade civil e a academia é fundamental para enfrentar os desafios de desenvolvimento sustentável. Exemplo disso é o projeto de reflorestamento do Maiombe, que combate a desertificação e cria empregos sustentáveis, alinhando-se aos ODS.

Ainda assim, África enfrenta enormes desafios, com uma grande parte das metas de ODS distantes de serem alcançadas. Acredito que estudantes e pesquisadores têm um papel crucial em trazer novas soluções para o desenvolvimento sustentável, explorando tecnologias como inteligência artificial e energia renovável. Suas pesquisas e inovações podem abrir caminhos para um progresso mais rápido.

Encorajo todos a engajarem-se nesse compromisso coletivo, pois a implementação dos ODS em África depende de ações concretas e de um trabalho colaborativo.

Ikena Carreira

Chefe de unidade do programa do Programa da Nação Unida para o Desenvolvimento de Angola

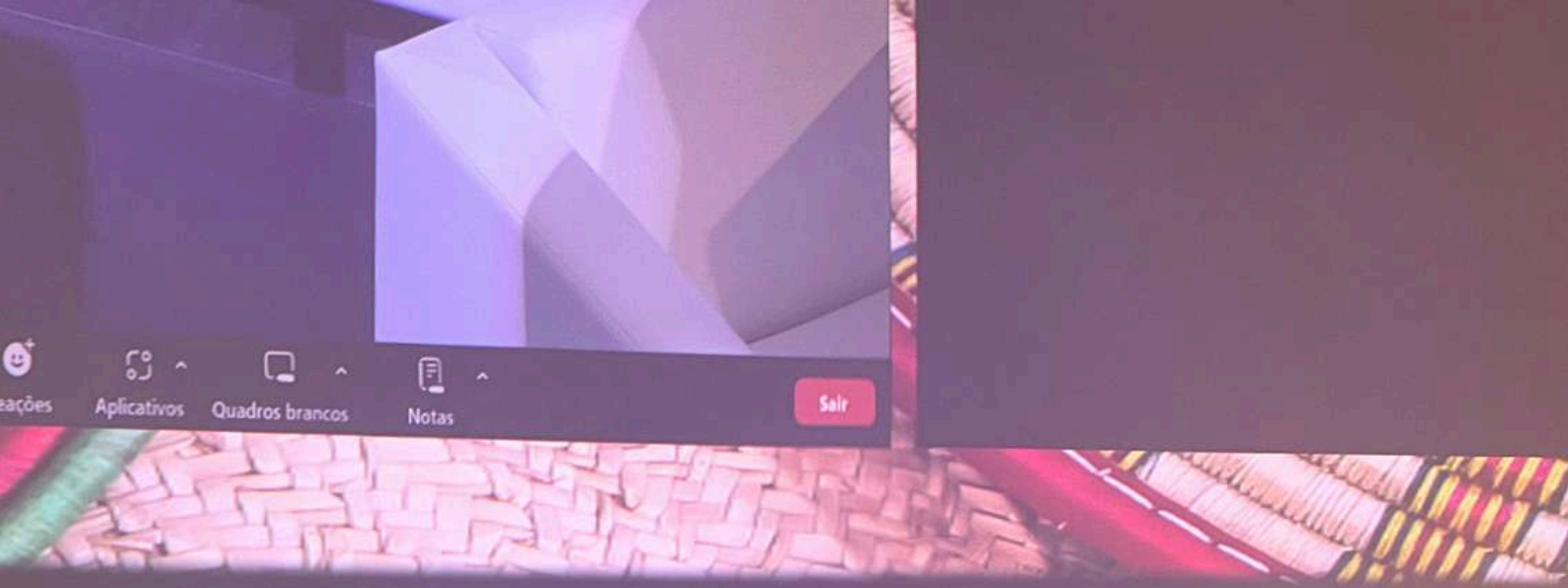
Gostaria de destacar a última mensagem da apresentação da Dra. Cristina Duarte: "Institutions Matter". Nosso trabalho no PNUD está fortemente focado no fortalecimento das instituições para melhorar a governação local em Angola, apoiando o governo no caminho da descentralização e digitalização. Este é um marco histórico para a boa governação, e encorajo os jovens investigadores da CPLP a verem esses avanços como exemplos a seguir e a apoiar.

Um dos resultados mais importantes foi o lançamento do orçamento participativo em 2021, permitindo que os cidadãos participem ativamente na definição de prioridades locais, com um orçamento anual de 25 milhões de kwanzas. Este mecanismo fortalece a participação pública e impulsiona a boa governação, um fator crucial para atrair investimentos e financiar os ODS. Atualmente, 20 organizações da sociedade civil e centenas de atores locais estão engajados em ouvir as prioridades dos cidadãos e integrá-las no orçamento geral do estado.

Além disso, o PNUD tem apoiado a criação de comitês locais de direitos humanos em todas as províncias e municípios, promovendo a cidadania e a gestão cívica dos direitos humanos. Esses comitês relatam ao Conselho de Segurança Nacional e à comissão interministerial de combate ao tráfico de pessoas. É um trabalho estruturado em nível local, envolvendo sociedade civil e governo, que fortalece a implementação da estratégia nacional de direitos humanos.

Outro avanço significativo é a digitalização dos serviços do sistema judiciário em Angola e a criação de um observatório de género para fornecer dados sobre igualdade de género. Em paralelo, o PNUD lançou a iniciativa Tax for SDGs, uma plataforma de tributação que busca mobilizar recursos internos para os ODS, apoiando áreas como redução de pobreza, combate a mudanças climáticas e igualdade de género. Com a ajuda dos Tax Inspectors Without Borders, Angola está a capacitar seus inspetores fiscais para reduzir a evasão fiscal e melhorar a arrecadação, alinhando a política fiscal com os ODS.

Em resumo, com o apoio do PNUD e de outros parceiros, o governo de Angola tem avançado significativamente em direção a uma governação local mais inclusiva e digitalizada, criando um ambiente propício para a boa governação e o desenvolvimento sustentável.



MESA REDONDA

28 de março de 2024

O CONTRIBUTO DOS JOVENS ACADÉMICOS PARA UMA SOCIEDADE INCLUSIVA E SUSTENTÁVEL

Paulina Chiziane

Escritora moçambicana, Prémio Camões

Ouvi várias preocupações e várias recomendações de diferentes panelistas, e eu quero me fixar numa das questões que se chama instituições. A África tem instituições débeis, isso está claro, agora deixem-me confessar a minha tristeza, ao mesmo tempo, eu pergunto-me sempre, será que o projeto colonial foi um sucesso? Repito a pergunta, será que o projeto colonial foi bem-sucedido? Porque faço esta pergunta? Nós éramos o que éramos, antes, vieram eles, invadiram-nos e a primeira grande estratégia foi a destruição da instituição africana, a destruição total, mesmo, e então qual é essa instituição africana que foi destruída?

A primeira instituição é a língua, tiraram a nossa e puseram a deles, os governos tiraram o nosso e puseram o deles, as religiões, as filosofias, todo o sistema político, tudo o que era nosso foi destruído e recolocado no seu lugar uma outra coisa, que não é nossa, e agora estamos a adotar, daí a minha pergunta, primeiro o que é a instituição africana?

Segundo, por que é que as instituições africanas falham? Uma instituição que não me representa, eu digo, bem, é deles, estamos aqui a falar dos ODS, na linguagem de quem? Será que o meu povo entende o que é isso de ODS? Então, há aqui várias questões e vários desafios que os jovens têm que enfrentar, quando falamos de boa governação, o que é uma boa governação para a África? Não entendo. Se o meu foi tirado e obrigam-me a substituir por outro e querem que eu seja bom? Não sei, não entendo. Há aqui qualquer coisa para a qual os jovens investigadores têm que trabalhar duramente nas suas pesquisas, nos seus estudos. Ora, isto me leva a pensar o seguinte, os dias não são iguais, o ontem já foi, estamos a viver o agora e o amanhã virá, quem somos nós hoje? O que é que nós queremos transmitir amanhã? O que é que nós queremos ser? Aquilo que fomos, jamais seremos, o que somos, não somos o que somos? E então o que será da próxima geração? A linguagem, a tecnologia, os sistemas, tudo o que nós usamos hoje como modernização nos afasta cada vez mais da nossa essência como africanos e é preciso ter muita coragem para trabalhar neste aspeto. Nós queremos a libertação das nossas línguas, liberdade de nossa terra. A luta pela liberdade da terra, outros jovens de outras gerações, já fizeram, e agora faltam outras liberdades.

A liberdade da língua é muito importante, eu quero vir falar aqui no mundo e quero fazer parte da comunidade dos falantes das línguas Bantu, sou nascida em língua portuguesa, ainda bem, mas isso não me basta, para ser eu mesma, eu sou uma pessoa e preciso de crescer em direção a algum lugar e esta questão filosófica, religiosa é muito importante. Estamos todos os dias a sermos bombardeados com crenças de deuses que são deles, tiraram os nossos e puseram os deles, eu costumo dizer sempre, eu sou filha de Deus como qualquer pessoa, eu, Paulina Chiziane, sou a mais perfeita representação de Deus, tenham

a santa paciência, diz-se que Deus criou o ser humano à sua imagem e semelhança, então criou a mim mulher e negra, Deus é mulher e é negra, ponto final.

Nós temos que enfrentar a realidade desta maneira, portanto como é que nós queremos falar do Desenvolvimento se não temos raiz, é possível? Tudo bem os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) acreditem, se quiserem, mas nós não vamos a lugar nenhum, nós não temos raiz, uma planta sem raiz nunca vai desenvolver, estão a entender o que estou a dizer? Vamos fazer conferências, fazer dívidas, gastar dinheiro, Desenvolvimento não haverá. Isso não é novo, tenham a santa paciência, mas, a verdade é esta para eu me desenvolver preciso de raiz e a minha raiz qual é?

É aí onde a pesquisa e a investigação é convidada, é para aí onde as academias e as instituições são convidadas. Falou-se aqui das comunas, não entendi muito bem, esses grupos comunais que fazem qualquer coisa de desenvolvimento, sabem o que eu senti? Eu senti a falta da minha presença, isto é, eu, africana, tenho uma maneira bantu de organizar a minha comunidade, mas, para alcançar esse desenvolvimento, porque temos que fazer um esforço, claro que temos que fazer, mas com que base? Com que raiz? Onde é que tu pensas que vais? Tu não vais a lugar nenhum.

Eu acho que, isto é, uma síndrome de idade, eu não tenho medo de falar a verdade, eu só digo que continuaremos escravos, enquanto não tivermos coragem de buscar a nossa existência. Não é para ser aquilo que éramos, porque ontem já foi, mas, o presente está aqui. Este é o maior desafio.

Elisabete Vera Cruz

Doutorada em sociologia, mestre em Antropologia e licenciada em Filosofia, professora e investigadora em universidades em Angola e Portugal

Este tema, o contributo dos jovens académicos para uma sociedade mais inclusiva e sustentável, é de extrema importância. Para mim, tem um significado especial, pois esta pode ser a primeira vez que falo em público sobre a juventude angolana, um tema que me é caro e sobre o qual realizei um dos poucos estudos existentes no país.

É necessário, antes de tudo, deixar claro que em Angola falta investigação científica. No contexto dos jovens, esta é uma categoria que não é tratada com a seriedade que merece. Em vez de ser um foco de estudo e reflexão, a juventude em Angola acaba sendo uma metáfora política.

Por isso, questiono: será que realmente temos jovens académicos no país? Existe uma comunidade académica ativa? Conheço poucos que se dedicam à pesquisa com regularidade e, por isso, questiono se podemos falar, de fato, de uma academia angolana.

A nossa realidade mostra que não temos produção de conhecimento de forma regular, nem centros de pesquisa que funcionem efetivamente. Infelizmente, temos um sistema de ensino que, longe de ser superior, pode ser descrito como inferior. Assumo minha parte nessa crítica, mas faço questão de destacar que sou uma voz dissonante, uma defensora de uma educação de qualidade.

Para compreendermos as deficiências do ensino superior, precisamos olhar para o ensino básico. A qualidade do ensino de base é fraca, com poucos professores qualificados, o que impacta negativamente o ensino superior. Temos centros de investigação que existem apenas no papel, sem funcionalidade real.

Aqueles que se destacam na academia angolana geralmente estão fora do país, buscando oportunidades em lugares onde a investigação é valorizada. É importante que reflitamos sobre o que significa ser um jovem académico em Angola e, acima de tudo, sobre a construção de uma verdadeira comunidade científica, que não dependa de associações abusivas com a intelectualidade apenas por estarmos numa universidade.

Leonardo Alfonsi

Diretor da Associação de Comunicação Científica Psiquadro IT

Sou diretor científico da Psiquadro, uma empresa social que nasceu em 2002 em Perugia, no coração da Itália. Desde então, temos trabalhado para aproximar a ciência e a tecnologia de pessoas de todas as idades e contextos, especialmente das gerações mais jovens, pesquisadores e cidadãos interessadas em explorar essas áreas.

Nossa missão inicial baseou-se em três pilares: inovar o ensino das ciências experimentais, engajar o público de forma ativa e aprimorar a comunicação científica dos jovens pesquisadores. Através de atividades inovadoras e formatos dinâmicos, incentivamos os estudantes a resolver problemas reais utilizando objetos e tecnologias avançadas, aproximando-os do cotidiano dos cientistas.

Ao longo de 22 anos, criamos iniciativas que conectam pesquisadores e estudantes, como o torneio Sumit Science, onde alunos entrevistam e premiam cientistas. Também promovemos eventos científicos em comunidades periféricas, como o festival da ciência nas praças de Roma, atraindo mais de 20 mil pessoas em regiões onde o acesso a atividades culturais é limitado.

Um dos nossos maiores sucessos é o projeto Sharper, que transforma as cidades italianas em laboratórios abertos para experimentos e conversas com cientistas, e o festival Ilha de Einstein, onde 12 mil visitantes de toda a Itália puderam viver a ciência em um ambiente natural, na ilha Polvese, em Umbria.

No âmbito internacional, coordenamos desde 2012 o Famelab Itália, um concurso de comunicação científica onde jovens pesquisadores têm três minutos para expor temas complexos, usando apenas sua fala e, no máximo, um objeto.

Com uma rede que se estende pela Europa e colaborações com museus e agências espaciais, a Psiquadro faz parte de redes europeias de ciência e presidiu a rede de festivais de ciência até 2016. Atualmente, fazemos parte do conselho da rede europeia de museus científicos, que celebrará seu congresso anual em breve.

A nossa jornada tem sido pautada pela conexão e diálogo, e espero que possamos, juntos, criar novas oportunidades para empresas sociais dedicadas à ciência e tecnologia, com os jovens pesquisadores assumindo o papel de protagonistas.

Miguel Barros

Co-fundador do Centro de Estudos Sociais Amílcar Cabral. Membro conselheiro do CODESRIA e do Conselho Estratégico da Rede Interpolar Nacional das Periferias

Venho de um percurso que cruza a academia, movimentos sociais e trabalho com comunidades em países africanos de língua portuguesa. Em Angola, onde trabalhei com a ADRA, conheço de perto as realidades das províncias e os desafios locais. Ao abordar temas como desenvolvimento e sustentabilidade, considero essencial fazer uma ruptura com as ideias impostas, que muitas vezes funcionam como "camisas de força" para a nossa reflexão.

O conceito de desenvolvimento, especialmente em países do Sul Global, como na África e América Latina, é frequentemente usado para categorizar e dividir sociedades em rankings, o que acabou por fragilizar o estado pós-independência. Esse modelo, que ignora saberes locais e prioriza a liberalização do mercado, enfraquece o estado e a sociedade. Pessoalmente, evito tratar "desenvolvimento" como um pilar da prosperidade, pois ele contribuiu mais para a pobreza do que para a transformação positiva.

Outro ponto importante é a sustentabilidade. Quando perguntamos "sustentabilidade em relação a quê?", percebemos que os nossos territórios e tradições têm práticas sustentáveis que foram desvalorizadas. Nas zonas sagradas para as religiões africanas, o património natural é um bem espiritual, e não mercantil. O desenvolvimento transformou esses valores em capital transacionável, desfavorecendo o bem comum e a governança comunitária.

Sobre a responsabilidade que recai nos jovens, é um erro acreditar que cabe a eles, sozinhos, a promoção de políticas públicas de investigação. Devemos perguntar: existem políticas de investigação científica em Angola ou na Guiné-Bissau? Há um plano nacional para garantir o acesso à educação e ao conhecimento? É o papel do Estado garantir condições para que a juventude tenha um futuro promissor, não colocando neles uma responsabilidade que é coletiva.

Precisamos de um investimento estratégico e de longo prazo em setores essenciais, como agricultura, saúde e educação. Sem políticas sólidas e planos concretos para desenvolver talentos e liderar essas áreas, ficamos à mercê de interesses externos, que muitas vezes direcionam a investigação para beneficiar outros países. Não é a juventude que deve assumir essa carga, mas sim aqueles que lideram as instituições académicas e de pesquisa, criando condições para que os jovens possam ser formados e acompanhados adequadamente. Dessa forma, eles poderão contribuir para a produção de um conhecimento que respeite nossa identidade e seja útil para a sociedade.

Cristina Molaes d'Abril

Coordenadora do Encontro de Jovens Investigadores da CPLP sobre África

Bom dia a todos, estou muito feliz por estar aqui, por partilhar esta mesa com estes oradores, por podermos conversar com vocês jovens, académicos ou não, isso é uma questão que a professora Elisabete Vera Cruz poderá esclarecer, mas, eu chamar-vos-ei jovens académicos. Quando eu olho para este painel, ou seja, parece que a conversa não é convosco, mas sobre outras temáticas, é sobre o desenvolvimento, mas eu gostaria muito de “puxar esta mesa” para construirmos um diálogo e este diálogo é convosco, também, para darem-nos os vossos inputs sobre como é que se vêm, vêm-se académicos, não académicos, porquê é que não se vêm académicos, no fundo, aqui é partilharmos as nossas considerações, não temos necessariamente que estar de acordo, na minha perspetiva.

Este Encontro, que se encontra na sua terceira edição, é acima de tudo a pensar nos jovens, investigadores ou não, mas que, a médio ou a longo prazo, tenhamos uma academia nos países africanos de língua portuguesa, e é por isso que nasce este projeto. O importante aqui é perceber, não o passado, o que é que fomos, o que é que não fomos, as instituições africanas são muito frágeis, neste percurso de ano e meio eu trabalhei com as instituições em Angola, as pessoas que me acompanharam, sabem o que é que eu sofri, mas o importante aqui não é agarrarmo-nos as instituições, porque, que as instituições estão a fazer o seu percurso para a maturidade. A minha ideia é chamar-vos a esta caminhada, mano- à -mano. Há muita falta de oportunidades, a maior parte dos jovens, não estou a referir-me à uma elite, que cada vez é mais pequena, o conceito de elite, se calhar tem que ser reestruturado, porque a elite da África já não tem o mesmo conceito, se podemos dizer, de raiz, mas não quero ir por aí. O que eu quero trazer à discussão é como é que com tanta falta de oportunidades dos jovens africanos, nomeadamente de língua portuguesa, como é que nós podemos construir e começar a fazer uma caminhada científica?

Essa falta de oportunidades tem provocado, acima de tudo, um individualismo social, uma falta de empatia pelo outro, em vez de nos unir e de nos reforçarmos, enquanto coletivo, tem-nos separado, é a luta pela sobrevivência, eu quero lá saber do outro, mas, na verdade este encontro, que eu chamo de Jovens Investigadores, é exatamente para trazer redes, trazer comunidades, reforçar as comunidades académicas.

Sei perfeitamente que este projeto não vai resolver o problema da pesquisa científica, isto é mais uma gota para construirmos a academia, para construirmos ciência numa perspetiva africana, que não temos. Nós importamos tudo, nomeadamente o conhecimento, quando esse próprio conhecimento, como Paulina Chiziane dizia, está quase todo aqui. A esperança de vida de um africano é baixíssima, por isso, o conhecimento pela oralidade, que também é uma das nossas formas de investigação, está a desaparecer. Este espaço aqui é para conversarmos, e vermos como é que podemos resgatar. O passado, como se diz, já passou. O que é que nós podemos resgatar do que temos? Ou seja, porque é que não exportarmos, em vez de importarmos? Importamos tudo, importamos água, quando temos bastante. Na verdade, a ideia que eu trago, também, para este painel é a resiliência.

Eu apelo muito para trazermos os próprios jovens juntos a nós, numa perspectiva inclusiva, coletiva e exigirem das instituições o seu papel, não há outro caminho.

Eu acho que é defeito da idade, eu não consigo dar uma resposta imediata, e eu gosto de olhar para trás. Há um provérbio que eu digo e repito, que diz se não sabes onde ir, se não sabes quem és, pára, olha para trás e aprende o caminho que te dirão os teus antepassados. Eu sempre ouvi isto, nunca liguei, mas hoje que sou mais adulta, eu acho que toda esta conferência tem a ver com isto. O que o passado nos tem para dar? A história da África todos nós conhecemos, mas aqueles africanos sem recursos, sem nada, fizeram as lutas de libertação, perderam muitas, venceram algumas, e sobrevivemos até hoje. O tempo passou, vieram outras lutas e a África hoje é independente. O tempo passou. Estamos agora diante de novas lutas. Agora, a grande pergunta que eu queria colocar é a seguinte, quem é que dirigiu os movimentos de libertação para lutar pela independência? alguma instituição? Não. O povo se ergueu e reclamou, reivindicou, e marcou a sua presença para reivindicar. Realmente temos supostas as instituições frágeis, claro, mas o que conta é a nossa força, os jovens têm que ganhar consciência da sua condição, levantarem-se numa voz única e reivindicarem. Ninguém resiste.

A África tem que se unir, já diziam os mais velhos, o Kwame Nkrumah é famoso nisto, ninguém faz o percurso sozinho. Então, estamos numa era em que a comunicação é mais fácil, temos barreiras de comunicação linguística com os diferentes países, mas também as tecnologias modernas ajudam, facilitam a comunicação. É tempo de África ficar de pé, não esperar por uma instituição, mas sim, fazer uma revolução, portanto, é bom não ter dúvidas, tal como no passado, haverá quedas, haverá quebras e também sofrimento. Mas é preciso crer.

Gosto muito da lei de Newton que diz, a ação é igual à reação, então, falava da lei de Newton, se a ação é igual à reação, se a colonização durou cerca de cinco séculos, a luta pela libertação também irá durar cinco séculos e cada geração dá a sua contribuição. A África inteira é herdeira da mesma dor e foi criada por Deus com o mesmo amor. Unamo-nos e vamos à batalha.

Perguntas de Jovens Investigadora/e(s)

Agnaldo Canjunga | *Formado em Biologia na Universidade Estatal de Kurski, na Rússia*

A minha questão é relativamente à independência em toda África. Temos observado que a maior parte dos conhecimentos obtidos por africanos não têm origem africana, ou seja, as nossas referências bibliográficas, desde o início, vêm de conhecimentos de outros. Gostaria de saber, na vossa opinião, quando é que nós, jovens africanos, traremos o conhecimento de África para a África se as instituições não criam condições de desenvolvimento interno, ou seja, o que é que falta para um africano pensar como africano e desenvolver a África?

Mário Fula | *Assistente de pesquisa*

A minha questão é até que ponto o excesso de política nas nossas academias atrasa o nosso desenvolvimento na ciência? Vou dar um exemplo: durante a minha pesquisa, enviei milhares de cartas para instituições angolanas pedindo apoio. Não recebi feedback de nenhuma. Depois trabalhei em Moçambique, e submeti um trabalho de pesquisa que ganhou o primeiro lugar no concurso do quarto Seminário de Investigação Científica, promovido pelo Fundo Nacional de Investigação Científica de Moçambique. Foram submetidos 360 trabalhos. Mas, daqui, de Angola não recebi nenhum feedback.

João Jorge | *Licenciado em Direito e Pedagogo*

Academicamente falando, a prof^a Elizabeth disse que não existe academia, eu penso que não se faz academia de barriga vazia. Os governos africanos não apostam na educação, então, nós temos que aproveitar as oportunidades, os jovens têm que ir atrás dos seus sonhos, porque aqui ninguém te ajuda. Se esperar o governo, vais morrer pobre. Eu acho que os mais velhos devem aconselhar os jovens. Devem dar a mão aos jovens. Devem nos ajudar a caminhar. Devem nos ajudar a deixar todos falarem.

Wilma Marisa | *Estudante de Engenharia Civil da Universidade Metodista de Angola*

Eu gostaria de dizer que no ano passado, o Ministério do Ensino Superior realizou a 8ª Conferência Nacional sobre Ciência e Tecnologia, onde todos os participantes eram angolanos. Éramos todos jovens angolanos, inclusive, eu também participei. Ouvi com muita atenção à Dr^a Elizabeth, que apontou que em Angola não há jovens acadêmicos. Gostaria de saber quais são as soluções que a doutora tem para nós, qual é a solução para mitigar isso?

Perguntas de Jovens Investigadora/e(s)

Elizabeth Vera Cruz

Reconheço que não tenho respostas para todas as questões colocadas, mas estou disposta a refletir e buscar caminhos para me aproximar dessas respostas. Quero começar esclarecendo que não neguei a existência de jovens acadêmicos em Angola, mas sustento que não há uma academia consolidada no país. Existem jovens e adultos produzindo conhecimento, mas, infelizmente, essa produção é pontual e não é amplamente divulgada. Apesar de desejarmos afirmar o contrário, essa é a realidade que observo.

Sim, há países africanos, como a África do Sul, com uma academia ativa e produção científica regular, mas em Angola a situação é diferente. Minha fala centrou-se no caso angolano, considerando minha experiência e a realidade que partilhamos como angolanos. Além disso, enfrentamos um desconhecimento generalizado sobre a produção científica local e continental, mesmo em contextos onde ela existe e prospera.

Alguém mencionou que é difícil fazer academia com a barriga vazia. De fato, as condições sociais e econômicas influenciam profundamente essa questão. Há mais de 15 anos, realizei uma pesquisa com jovens universitários angolanos e os resultados mostraram que eles não eram tão materialistas quanto se pensava. Eles desejavam ter um bom emprego, construir uma família e serem felizes, contrariando os estereótipos de que só buscavam diversão ou dinheiro. Contudo, acredito que, se essa pesquisa fosse feita hoje, os resultados poderiam ser diferentes.

O desemprego é uma das maiores preocupações dos jovens em Angola. Entre a luta pela sobrevivência e a busca por educação, a prioridade muitas vezes é comer e trabalhar. Ainda que entendamos a importância da educação para a liberdade e o progresso, a realidade econômica empurra a juventude para focar em garantir sua subsistência.

Encerro destacando que precisamos conversar mais sobre esses desafios e buscar soluções que integrem educação e trabalho para melhorar a realidade dos jovens em Angola.

Perguntas de Jovens Investigadora/e(s)

Miguel Barros

Não sei se sou plenamente habilitado para abordar tudo isso, mas quero partilhar algumas reflexões. O progresso em países como Senegal e Gana no ensino superior foi impulsionado por movimentos sociais dentro das universidades. O associativismo académico permitiu que os estudantes trouxessem suas pautas para o debate, influenciando políticas que melhoraram habitação, bolsas de estudo, currículos mais adaptados à realidade local e fomentaram a pesquisa. Essa luta é dos estudantes. É dentro das universidades, por meio de organizações estudantis, que vocês podem construir mudanças concretas.

No Senegal, por exemplo, o movimento estudantil foi crucial para mobilizar a sociedade, evitando que os últimos três presidentes conseguissem um terceiro mandato. Isso demonstra que a organização e a reivindicação dos estudantes têm um impacto significativo, tanto no ambiente académico quanto no democrático. Vocês não podem ser apolíticos na luta por melhores condições de estudo e pelos vossos direitos.

Quanto à investigação científica, ela não acontece fora das universidades. Para que haja progresso real, precisamos de universidades com corpo docente qualificado e permanente, centros de investigação especializados e condições adequadas para que jovens investigadores se integrem a grupos de trabalho e aprendam.

Por outro lado, enquanto lutam por melhores condições, é essencial cultivar uma postura de humildade para aprender. Conhecer os processos e protocolos da pesquisa é fundamental para ganhar maturidade e contribuir para a produção de conhecimento. Isso exige um compromisso do Estado em financiar a investigação científica de forma consistente, e não depender de doações pontuais ou caridade. Os académicos têm o papel de construir pautas que melhorem o investimento público em pesquisa, mas nem todos que estão na universidade são, de fato, académicos. É preciso responsabilidade para garantir que o financiamento e os recursos sejam direcionados corretamente.

Assim, existem duas frentes para vocês, jovens: uma mobilização coletiva pela luta e reivindicação das condições imediatas de estudo, e o desenvolvimento individual e coletivo da humildade e capacidade para aprender os processos que sustentam a produção científica. Só assim podemos construir universidades que produzam conhecimento com independência, coerência e impacto real. Obrigado!

Perguntas de Jovens Investigadora/e(s)

Paulina Chiziane

Isso é muito bom de ouvir, mas quero vos garantir ninguém dá força a ninguém. Ninguém. O mais velho, se tem alguma responsabilidade é de despertar e fazer crescer a força interior de cada um, não me venham pedir forças porque eu não tenho nada para dar, mas posso dizer uma palavra que pode acender a tua força interior. Isso eu sempre poderei dizer, o conflito de gerações não é novo, sempre existiu, Sempre! E temos que ter sabedoria suficiente e capacidade de podermos dialogar. O meu pai sempre me disse para fazer umas coisas da cabeça dele, eu disse que não. Eu segui meu próprio caminho, depois nos entendemos. Então, uma coisa que eu poderia dizer é uma provocação mesmo, mas vão me perdoar. Parece-me por vezes que a academia é o centro da colonização, vamos ser francos. Fazemos pesquisa na perspectiva de quem? Na metodologia de quem?

E os resultados que nós trazemos como produtos de pesquisa é para agradar a quem? Fugimos da nossa própria realidade. Portanto, é preciso reconhecer que nós como acadêmicos, como cidadãos como qualquer pessoa deste continente precisamos de continuar a descolonizarmos. A academia ou os lugares que formam os doutores parecem ser os lugares privilegiados para dizer o que é permitido ou o que é proibido. Ah, não, não, não faça pesquisa sobre isso porque a nossa academia não permite. Ah, não, não, não, se escrever sobre isto mais tarde vai ter dificuldade de ter emprego. Vou ser concreta, é assim. Nas nossas tradições africanas nós temos aquelas pessoas que amarram a chuva. Que desamarram a chuva e que travam a chuva. Temos ou não temos? Responda. Temos ou não temos?

E o que é que nós dizemos em relação a essas pessoas? O que é que uma academia dirá se aparecer um estudante que quer fazer uma pesquisa sobre as práticas africanas de chamarem chuva? Dirão logo isso não, isso é bruxaria. Isso é feitiçaria. Não queremos. Mas, quando vem um chinês, uma pessoa de Dubai com aquelas máquinas complicadas e faz chover, é ciência. É ou não é? Porque que somos assim? Aquilo que o africano faz na tradição africana, o conhecimento é tratado como bruxaria. Porque o pensamento ocidental e as suas academias colocaram esta marca, este é um problema real. E temos que sair disso. Mesmo falando de medicina, e eu gosto de dizer muitas vezes, em Moçambique conheci pessoas que quiseram fazer pesquisas sobre as plantas tradicionais e a medicina africana.

A primeira resposta foi ah, não, não, não, porque o governo americano pode não financiar. E colocam a nossa medicina, o nosso conhecimento no nível da superstição e bruxaria. Contudo, os mesmos moçambicanos vão a correr a busca da medicina chinesa. Portanto, medicina tradicional africana é bruxaria. Medicina tradicional chinesa é ciência. Libertem-se disso.

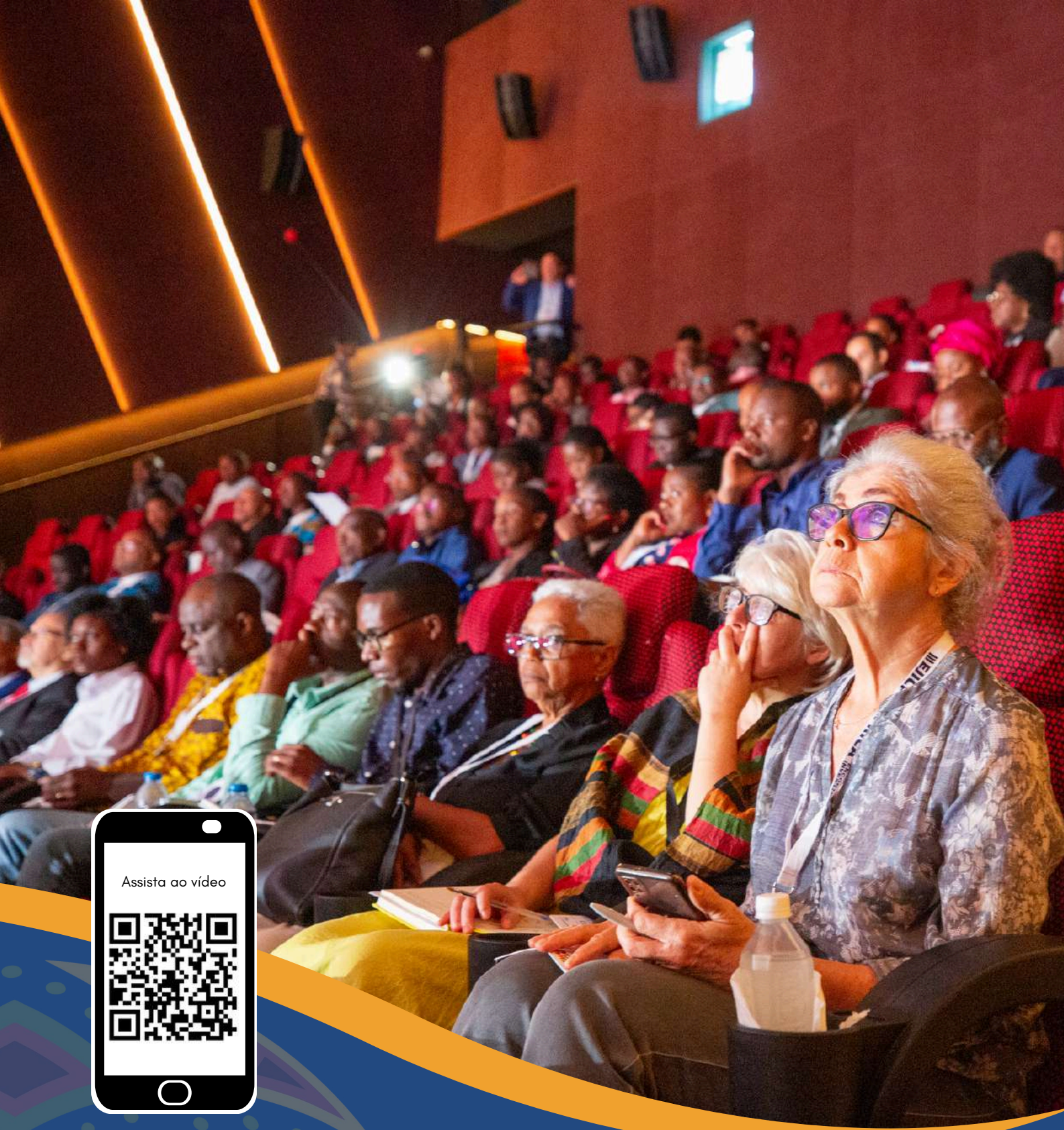
Perguntas de Jovens Investigadora/e(s)

Cristina Molaes d’Abril

A nossa história tem a ver com sociedades coletivas que têm morrido nos últimos anos ou nas últimas décadas pela própria alteração social que os países africanos têm sofrido.

O importante aqui, como a Paulina Chiziane disse, é que temos de nos erguer; quando nós dizemos: levantem-se, o que nós queremos dizer não tem necessariamente que haver violência, mas não aceitem, sejam resilientes, não aceitem o não. Quando vocês perceberem que têm razão e que esse é o caminho que têm que fazer para crescerem, desenvolverem e ajudarem uns aos outros, não desistam, resistam.

Este encontro aqui em Luanda foi de muita alegria, mas também de algumas lágrimas, mas é importante dizer que eu acreditei e quando tudo caiu nós levantámos. Está aqui este grupo maravilhoso que está comigo, de mulheres com muita força. Podia ter desistido, mas eu acredito na juventude, eu acredito em África, eu acredito em Angola.



ENERGIA

28 de março de 2024

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Miguel Barros

Co-fundador do Centro de Estudos Sociais Amílcar Cabral. Membro conselheiro do CODESRIA e do Conselho Estratégico da Rede Interpolar Nacional das Periferias

Este painel tem o desafio de pensar sobre aspectos estruturais do continente africano, sobretudo, os três grandes desafios ligados à questão da produção energética ou do acesso à energia, mas também à questão da soberania e segurança alimentar e à questão das mudanças climáticas.

E dentro disso, como é que nós perspetivamos, por exemplo, tanto a questão da transição energética, mas a garantia em termos de produção, por exemplo, daquilo que são os serviços ecossistêmicos que nos garantam alguma segurança alimentar, proteção dos saberes tradicionais, mas acima de tudo, trabalhar para a redução das questões das desigualdades que também tem enfrentado o continente, na relação comparativa com os outros, mas, também ao nível dos países que constituem este continente. Antes a prof. Cristina Duarte esteve a dar alguns dados, é verdade que há uma tônica muito forte sobre a questão da transição energética em África, e os dados, cada vez mais, têm sido sustentados, essa triangulação de que a melhoria da capacidade de resiliência climática poderá favorecer a promoção da segurança alimentar e com isso, também utilizando aquilo que são os meios tecnológicos mais favoráveis, podemos ter a capacidade de aumentar o nosso potencial em termos de produção de consumo de energia limpa.

Aqui há alguns paradoxos e esses paradoxos, por exemplo, estão muito evidentes, tanto na matéria da insegurança alimentar como na insegurança energética. Só quatro países da África que têm 100% da cobertura energética. Só quatro países. E, por outro lado, estamos a falar de 54% da população que não tem cobertura energética. Então, mediante isso, nós encontramos formas de produção e consumo de energia que se concentram mais nas energias fósseis, cuja produção africana, em termos de capacidade de consumo, é de 91% e é o dobro ao nível da Europa. A senhora Cristina Duarte falou também de que a Alemanha e a França consumiram acima daquilo que a África consumiu em 2022, mas, a verdade é que um cidadão europeu tem a capacidade de consumo de energia por mais de nove pessoas que estão no continente africano.

Portanto, a questão que se coloca em termos de transição energética é que mesmo se retirarmos a África do mapa, as mudanças climáticas vão continuar, porque a África não emite mais 4% de dióxido de carbono. Portanto, há uma questão nessa discussão sobre caminhos que devem ser feitos, que tipo de progresso é que devemos alcançar, e, ao mesmo tempo, também, qual é que deve ser essa abordagem combinada entre esses três setores, mas, ao mesmo tempo, há um apelo muito forte em termos de responsabilização do norte global, porque se o padrão de produção e consumo energético no ocidente, se não transformar, nós não podemos ter nem residência climática, nem segurança energética e, muito menos, segurança alimentar e nutricional. Então, o desafio que se coloca é como é que os investigadores, os académicos, estão a olhar para essa questão.

Thiago Mota

Professor de História da África da Universidade Federal de Viçosa

Como um dos oradores mais jovens deste evento, com 34 anos e uma visão menos entusiasta sobre tecnologia, estou aqui para discutir a importância do conhecimento histórico na resolução de problemas globais contemporâneos. Minha pesquisa cobre um período anterior ao usualmente abordado, do século XIV ao XIX, e examina a expansão islâmica na Grande Senegâmbia, abrangendo Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné e um pouco da Serra Leoa.

Começo com uma imagem que capturei no Senegal em 2019. Recentemente, o ex-presidente Macky Sallis estava na mídia, e sua campanha exaltava a autossuficiência de arroz no país. No entanto, ao estudar documentos históricos e tradições orais, percebi que a produção de arroz no Senegal é antiga e intensa. Isso levantou questões importantes para mim: como o Senegal se tornou tão dependente do arroz, e quando a produção local deixou de ser suficiente?

A resposta remete ao tema da soberania alimentar. Atualmente, há uma pressão para aumentar a produção, mas sem considerar a diversidade de alimentos locais. Isso favorece o agronegócio e mercantiliza a agricultura, com foco em commodities para exportação. Essa lógica, que veio da colonização, perpetua uma dependência alimentar externa e compromete a soberania alimentar. No Brasil, por exemplo, embora o agronegócio seja vasto, é o pequeno agricultor quem realmente alimenta a população.

Além disso, a colonização trouxe uma nova cultura alimentar baseada em racismo e etnocentrismo. Cereais locais, como fônio, sorgo e milheto, foram substituídos por arroz e outros alimentos “civilizados,” enquanto os alimentos tradicionais foram marginalizados. Essa mudança não é apenas econômica, mas também cultural, e ignora a resiliência das culturas agrícolas nativas às mudanças climáticas.

Chamo isso de “síndrome do tempo curto” – a visão limitada ao período colonial e pós-colonial, como se nada existisse antes. Essa perspectiva distorcida dificulta a valorização das práticas agrícolas autóctones e as políticas públicas refletem essa miopia. Propomos, então, uma ampliação histórica que valorize as práticas alimentares locais e a produção agrícola autóctone.

Não estamos aqui para ensinar, mas para colaborar com a sociedade. Precisamos valorizar o conhecimento que já existe fora da academia e trabalhar junto às comunidades para resgatar e manter essas práticas. Isso inclui o uso de tradições orais e a documentação histórica europeia que registra a fauna, flora e culinária locais.

A minha conclusão é que, embora a tecnologia seja útil, ela não resolve tudo. Focar no essencial e básico – como o investimento na agricultura familiar e local – é fundamental. A verdadeira soberania alimentar requer o abandono de monoculturas para exportação e o reconhecimento da importância das culturas locais.

Alessandro Santiago

Professor e coordenador de pós-graduação em Computação Aplicada no Instituto de Pesquisa e Tecnologias do Estado de São Paulo

Como especialista em computação, sinto-me frequentemente dividido quanto à tecnologia como uma solução única para problemas que, muitas vezes, poderiam ser resolvidos de forma mais eficaz com a inteligência humana. Por isso, decidi trazer à tona uma visão menos abordada sobre como a transição energética e as mudanças climáticas impactam nosso cotidiano e a importância de preparar jovens pesquisadores para esse debate sobre resiliência.

Venho do Brasil, de São Paulo, e, embora o contexto brasileiro sirva de exemplo, as questões que levanto se aplicam a qualquer lugar, especialmente no Sul Global. A urbanização crescente e a intensificação de eventos climáticos extremos são realidades que não podem ser ignoradas, e as cidades são cada vez mais vulneráveis a desastres naturais. De acordo com a ONU, 59% das cidades com mais de 500 mil habitantes enfrentam esse risco.

No Brasil, vivemos deslizamentos que ceifaram centenas de vidas. Em 2011, mais de 900 pessoas morreram devido a um deslizamento de terra na região serrana do Rio de Janeiro, e, em 2022, um desastre similar ocorreu no mesmo local. A mesma tendência de aumento de mortalidade se verifica para outros tipos de desastres, como inundações e enchentes, devido às mudanças climáticas.

Essa discussão global sobre mitigação de desastres, com foco em reduzir emissões e adaptar a infraestrutura, é válida, mas pergunto: o que estamos fazendo em nível local? As ações para preparar as cidades precisam considerar suas realidades e vulnerabilidades específicas, especialmente onde a infraestrutura, como redes elétricas expostas, já é inadequada. Em novembro de 2023, São Paulo enfrentou uma ventania recorde, que deixou milhões sem energia e causou um prejuízo significativo. Sem adaptações resilientes, a repetição desses eventos é uma certeza.

Assim, deixo uma mensagem aos jovens pesquisadores: enfrentem essas questões considerando a realidade local. Transformem ideias em soluções práticas que, combinando abordagens tecnológicas e sociais, possam tornar as cidades mais resilientes diante dos desafios climáticos. A computação, minha área, pode desempenhar um papel importante com monitoramento e previsão, mas as soluções precisam ser contextualizadas para que cada cidade e cada comunidade possa adaptar-se de maneira eficaz e minimizar os impactos.



HISTÓRIA

28 de março de 2024

Repercussões da trajectória de Njinga Mbande no Reino do Ndongo e a nível Mundial (Século XVII-XIX)

Rosa Cruz e Silva

Professora de História, Universidade Agostinho Neto

Com este tema procuraremos revisitar a bibliografia sobre a soberana Njinga Mbande, incidindo a sua abordagem para o impacto interno da sua acção, vista não apenas nas fontes portuguesas, mas também nas africanas, que por sua vez a projectam para o mundo, tal foi a excepcionalidade da sua acção política e militar. Revisitar Njinga é sempre um exercício que reaviva a nossa Memória, com o fito expresso de melhor compreendermos o seu percurso, muitas vezes mergulhado num mar de interrogações, suspeições, e até demá fé dependendo da perspectiva e ponto de vista em que se analisa esta figura.

As fontes escritas que serviram de suporte à construção dos textos conhecidos fizeram perdurar no tempo, factos e códigos da sua conduta que tornaram a soberana Njinga Mbande, a figura histórica emblemática do seu tempo, ainda que contestada, odiada, mas também idolatrada.

Estas fontes revelaram-se para nós fundamentais pois não se tratam apenas de registos escritos portugueses, ou europeus. Tratam-se no caso, de entidades africanas que no Século XVIII, não tendo convivido com ela, sentiram o impacto da sua obra política e cultural Assim, revisitaremos Njinga também na voz dos que lhe sucederam nos ideais dos Mbundu nas respectivas propostas políticas, manifestando reiteradamente o tema da defesa do território, isto em pleno Século XVIII.

Refiro-me aos documentos dos Sobas de Samba Cajú, material recolhido por Eva Sebastian, e que intitulou: “Arquivos dos Sobas Ambundu”. Diz a autora Sebastien “(...) A personalidade mais citada nos textos dos Dembos de Samba Cajú, é a Rainha Njinga junto com o Ngola Quiloanje. As fontes coloniais apresentam sempre o potentado Ginga como um perigo latente para a coroa portuguesa. Destaca-se a ameaça que os vassalos de Ginga representaram para os comerciantes que fazem a viagem a Ambaca Nos textos dos sobados a rainha Njinga aparece como fundadora da região hoje chamada Ginga e ao mesmo tempo as duas aldeias do presente Dembo, consideram-na também como antecessora da sua linhagem principal (...)” Pág. 25

Isto é, o impacto, a repercussão da sua obra projecta-se internamente, entre os seus, pois o território que esteve politicamente sob sua alçada passou a designar-se pelo seu nome, o povo que o ocupa igualmente virou Njinga.

A novidade aqui reside no facto que este apontamento está registado por escrito no Século XVIII pelos próprios africanos, que nessa região concreta lhe atribuem um tratamento amistoso, e até de veneração. A projecção no exterior está reportada inicialmente nas obras coevas de António de Oliveira Cadornega com a sua História das Guerras Angolanas, no missionário Cavazzi que tendo-se instalado na sua Corte acompanhou a soberana até aos últimos dias da sua vida, já na Matamba. Este autor para além dos seus escritos baseados no seu contacto directo com o povo mbundu e a sua cultura, ainda que tal não representasse sempre uma interpretação fiel e a altura dos factos, mas é material incontornável para se estudar a soberana.

Junta-se a ainda uma poderosa iconografia, esta mais fiável, pois pode ser comprovada nos signos culturais que perduram no tempo. Das várias pinturas de Cavazi destacamos a orquestra musical da corte da soberana.

O extenso Relatório do Governador Fernão de Sousa que foi trabalhado com muito rigor por Beatrix Hentze, são peças que terão contribuído para esse conhecimento sobre a soberana além fronteiras. Aqui fazemos um parentis para referir a correspondência da soberana Njinga Mbande com Fernão de Sousa, sendo que uma das primeiras cartas desse período transcritas por Beatrix Heintze terá passado despercebido na sua obra, pois nessa carta ficamos a saber que efectivamente a Corte de Njinga era letrada nas primeiras décadas do Século XVII.

Os temas versados na carta foram para além das questões militares e até pessoais, como sejam os pedidos ao Governador de bens materiais: (Chapeu de sol, cobertores, Toalhas bordadas, brincos, mas sobretudo 4 mãos de papel). Significa portanto que os escritos da Corte dirigidos aos governadores que se seguiram na Colónia, depois ao Papa, e ainda de acordo com Cadornega cartas trocadas com o Rei do Kongo, aquando ao assalto efectuado aos paços da soberana que se identificou a existência de um Arquivo do Estado Ndongo. Estas notícias revelam expedientes de afirmação identitária suportados pelos meios vindos do exterior, o papel, a tinta, sendo que na falta deles também foram encontradas soluções alternativas. O essencial era comunicar com o seu interlocutor português ou africano. Foi uma decisão africana o que julgamos nós, contribui igualmente para essa expansão e posterior divulgação no exterior do Reino e da sua acção política, militar e social.

Obrigado



III Encontro de Jovens Investigadores da CPLP sobre Africa
A Ciência para a realização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030

EJICPLÁFRICA
A Ciência para a realização do Sustentável da Agenda 2030

O Papel da Mulher Zangueira
Paulina Chiziane Escritora e P...
Introdução
Vieira Mário Prof. História, geog...
Um olhar histórico ao processo d...
mulheres em África
Assésio de Castro Empreendeda...
A mulher (Zangueira) como o par...
financiosa no cumprimento da Age...



FINANCIAMENTO DA CIÊNCIA

28 de março de 2024

OPORTUNIDADES E DESAFIOS

Mário Fresta

Diretor Geral da FUNDECIT - Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Saudações a todos os presentes,

É uma honra estar aqui para discutir um tema tão essencial: o financiamento da ciência. Esta é uma questão central para o desenvolvimento sustentável e para a construção de uma África que seja autora e protagonista de sua própria ciência.

Começo destacando os desafios que enfrentamos em Angola. O investimento em ciência ainda é insuficiente, representando apenas 0,07% do PIB. Temos uma escassez de investigadores e técnicos, baixa produtividade científica e índices fracos de inovação. No entanto, reconhecemos esses problemas e estamos comprometidos com mudanças significativas. A Fundecit, criada em 2021, tem sido uma ferramenta essencial nessa transformação. Nos últimos dois anos, lançamos editais que atraíram 199 projetos e promovemos capacitações em áreas como ética e qualidade científica. Nossas ações têm como base a cooperação, especialmente com Moçambique, Portugal, Brasil e África do Sul, com quem desenvolvemos projetos conjuntos e compartilhamos boas práticas.

Um ponto fundamental é a juventude. Incentivamos estudantes e jovens pesquisadores a integrarem projetos financiados e criamos editais específicos para mestres e doutorandos, reconhecendo que a inclusão é essencial para o progresso.

Não podemos esquecer o equilíbrio nas prioridades de pesquisa. Embora áreas STEM sejam cruciais, também precisamos investir em ciências sociais e humanas. A inovação não é apenas tecnológica; ideias revolucionárias podem surgir em qualquer campo.

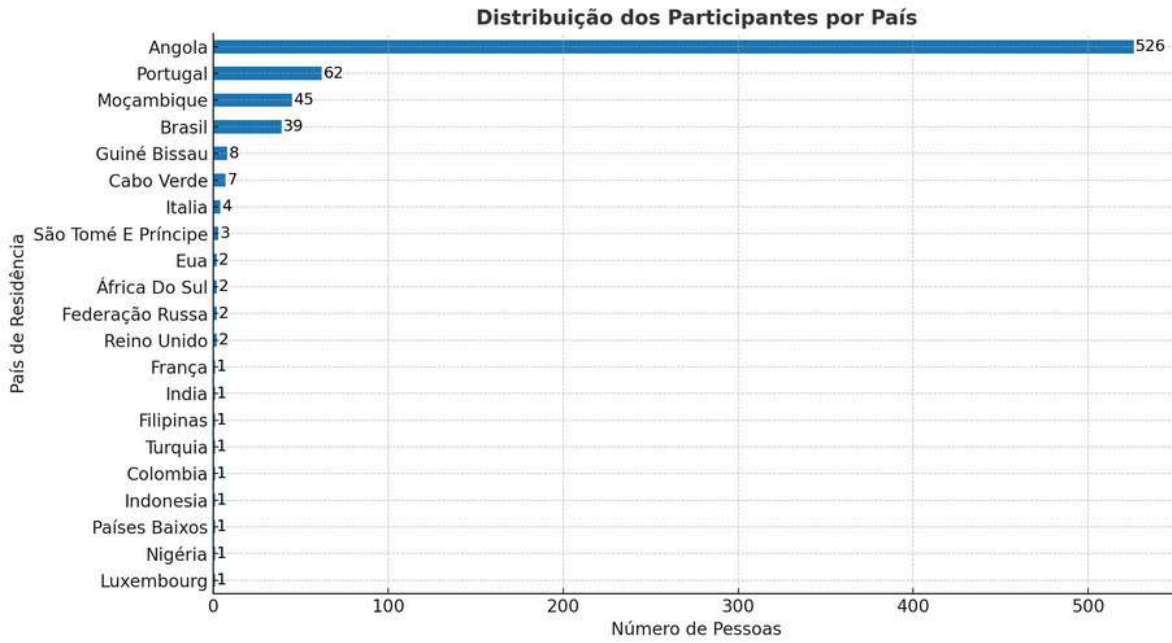
Encerro reforçando a importância da colaboração entre os países da CPLP. Juntos, podemos superar barreiras, aproveitar oportunidades e construir um futuro mais forte para a ciência em África.

Muito obrigado!

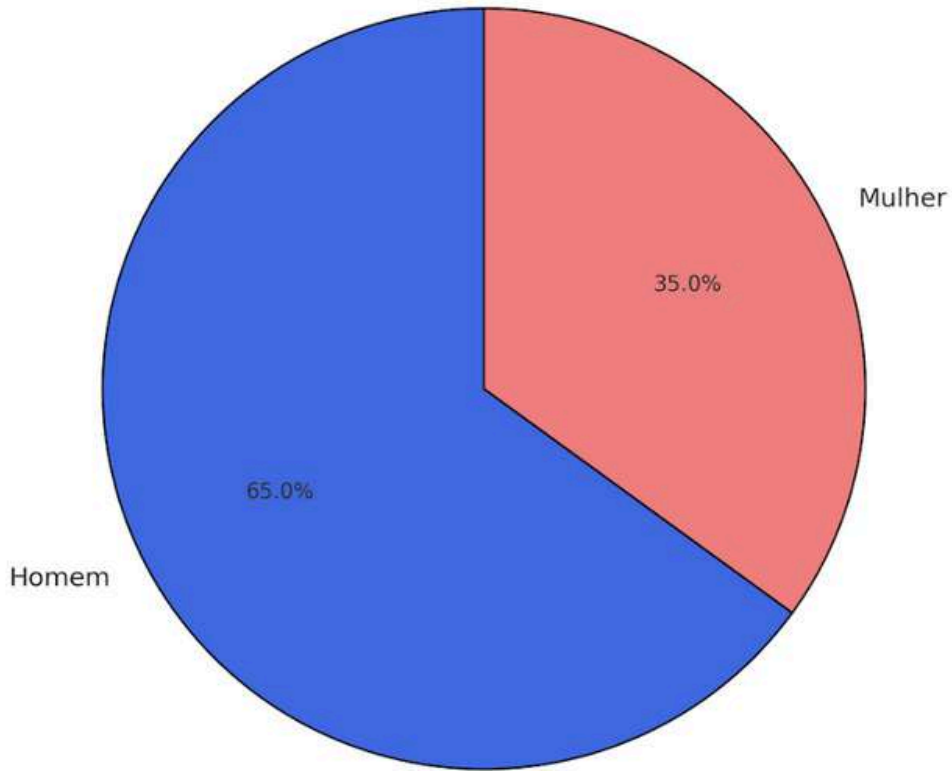


DADOS ESTADÍSTICOS

Dados estatísticos do III Encontro da EJI CPLP África



Distribuição Percentual dos Participantes por Género





JOVENS INVESTIGADORES E CIÊNCIA

ARTIGOS CIENTÍFICOS

IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS NA PEQUENA EMPRESA: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DA AGROINDÚSTRIA DE MOÇAMBIQUE

André Maputa

Doutorando em Engenharia de Produção Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Brasil

Este artigo objetiva identificar os fatores presentes na implementação de estratégias de pequenas empresas do setor agroindustrial de Moçambique, considerando as seguintes variáveis: gestão de recursos humanos, liderança e cultura organizacional.

Trata-se de uma pesquisa exploratória-qualitativa, caracterizada como um estudo multicase, realizado junto a duas pequenas empresas agroindustriais moçambicanas, cuja coleta de dados foi feita por meio de entrevista em profundidade junto a dirigentes-proprietários e funcionários. Destacam-se nos resultados o uso do planejamento estratégico e das ferramentas de apoio à implementação, à elaboração de estratégias formais e à presença de estratégias emergentes. Os dados apontam o envolvimento de funcionários na tomada de decisões e na participação em atividades de gestão, como planejamento e controle.

As empresas pesquisadas realizam as atividades de procurament e mobilização de recursos, definem metas e objetivos, planejam e usam ferramentas de apoio à implementação de estratégias, envolvem funcionários em atividades de gestão estratégica e promovem suas atividades e produtos. Esta pesquisa visa contribuir não apenas na produção de conhecimento científico sobre a gestão estratégica como também para a implementação de estratégias na pequena empresa do setor agroindustrial.

Como implicações gerenciais apresenta-se um checklist com ações relevantes à gestão e implementação de estratégias.



[Clique aqui para ver o artigo completo](#)



Agroindustrial; estratégia; implementação; pequena empresa; Moçambique

A IDENTIDADE PROFISSIONAL DOS PROFESSORES DE QUÍMICA DO ENSINO SECUNDÁRIO DO CUANZA SUL – ANGOLA

Pascalina Maria de Nazaré

Mestre em Química Analítica pela Universidade Central “Marta Abréu” de las Villas – Cuba

Marianela Parra Aguilera

Mestre em Educação pela Universidade de Las Tunas – Cuba

Oswaldo Patrocínio Manuel Papagaio

Licenciado em Engenharia Química pela Universidade Estatal Nacional de Pesquisas N.I Labashevsky de Nizhny Novgorod (NNGU)

O trabalho que se apresenta basea-se numa situação problemática que caracteriza o estado actual do ensino da Química nas escolas secundárias da província do Cuanza Sul, manifestandose da seguinte forma: a) Dos professores em exercício que leccionam esta disciplina existe baixo número de licenciados em Ensino da Química; b) Diversidade de perfis de formação dos professores que leccionam a disciplina de Química; c) Baixo domínio (por parte dos professores) dos conteúdos específicos de Química ministrados nas escolas; d) Necessidade (dos professores) de aprofundar aspectos específicos da Didáctica da Química. Esse facto leva-nos à formulação do seguinte problema científico: Qual é o estado actual do ensino da Química nas escolas do Ensino Secundário do Cuanza Sul? O objecto de estudo consiste no Processo de Ensino e Aprendizagem da Química, delimitando-se como campo de acção o ensino da Química nas escolas do II Ciclo do Ensino Secundário do Cuanza Sul. A pesquisa é de natureza aplicada, com abordagem qualitativa.

Tendo em conta os objectivos, configura-se como uma pesquisa descritiva e explicativa, cujos procedimentos técnicos se orientam para a pesquisa-acção. Para a obtenção dos dados foram empregues os métodos teóricos, empíricos e estatístico-matemáticos, cujos resultados revelam o estado actual do ensino da Química nas escolas do Ensino Secundário do Cuanza Sul e oferece a possibilidade de intervir a partir deste projecto, no qual se desenham propostas de acções pedagógicas para a melhoria do Processo de Ensino e Aprendizagem da Química.



[Clique aqui para ver o artigo completo](#)



Ensino da Química; Ensino Secundário; Identidade Profissional; Extensão Universitária.

INSERÇÃO DA ÁFRICA NA QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Cícero Araujo Lisboa

Doutorando e Mestre do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Este estudo discute o impacto da Indústria 4.0 na economia africana. Cada revolução industrial trouxe mudanças nas tecnologias, sistemas políticos e instituições sociais, alterando não apenas os meios de produção, mas também a forma como as pessoas interagem umas com as outras (SCHWAB; DAVIS, 2018).

A Quarta Revolução Industrial (4RI), também conhecida como Indústria 4.0, é caracterizada pela fusão de avanços em áreas como inteligência artificial, automação, Internet das Coisas, impressão 3D, engenharia genética e computação quântica (LUPIEN, 2002). De acordo com dados da União Africana, desde 2000, o PIB da África tem crescido em média 4,6% ao ano.

A demanda interna do continente tem sido o principal motor desse crescimento, correspondendo a 69% do aumento anual entre 2000 e 2018. Além disso, as estatísticas mostram que a demanda por produtos como veículos, metais manufaturados e maquinário industrial tem se expandido mais rapidamente do que a média global (AFRICAN UNION, 2020). Neste contexto, com políticas adequadas para o desenvolvimento de habilidades para o futuro, o continente poderia se beneficiar com a industrialização, digitalização e integração (AFRICAN UNION, 2020).

A Agenda 2063 aspira uma África próspera, inclusiva e sustentável, que depende do envolvimento das nações, regiões e setor privado africanos na nova Revolução Industrial (AFRICAN UNION, 2015). Essas mudanças poderiam gerar mais oportunidades para os jovens africanos (AFRICAN UNION, 2020).



[Clique aqui para ver o artigo completo](#)



Industrialização 4.0, desenvolvimento africano, transformação digital, políticas públicas, inovação

O VÍNCULO DA CULTURA INFORMACIONAL AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) POR MEIO DO ACESSO À INFORMAÇÃO

Ácia Sambo

Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho"

A cultura informacional envolve critérios fundamentais, valores e crenças que refletem no comportamento informacional, consistindo no modo como a informação é acessada, interpretada, disseminada e compartilhada por indivíduos e grupos dentro de diferentes contextos sociais os quais estão relacionados a diversos âmbitos como: educação, saúde, economia, desenvolvimento social, clima, etc. Nesse sentido, levantou-se a seguinte questão: É possível vincular a cultura informacional aos ODS? Objetivo: identificar o vínculo entre a cultura informacional aos ODS por meio da questão do acesso à informação aos serviços básicos. Metodologia: A natureza da pesquisa é quali-quantitativa, por meio da revisão de literatura (RL) no campo da Ciência da Informação (CI). Utilizou-se a base de dados acadêmica nacional BRAPCI para a recuperação de artigos que abordassem a temática da cultura informacional, em relação aos quais, foram verificados o vínculo dos ODS dentro das definições encontradas.

O mecanismo de busca foi por meio das palavras-chave na língua portuguesa. Com base nos 20 artigos recuperados na base de dados BRAPCI, somente 16 apresentaram definições acerca da cultura informacional. Utilizou-se o Voyant-Tools, que possibilitou a correlação de vínculos dos termos entre a cultura informacional e os objetivos dos ODS. Resultados: verificou-se que as definições de cultura informacional encontradas nos artigos recuperados na BRAPCI não apresentavam vínculos terminológicos com as descrições dos ODS. Entretanto, a não existência do vínculo terminológico não representa ausência de relação entre a cultura informacional e os ODS.

Percebeu-se que a relação está na questão do acesso, ou seja, partiu-se do pressuposto de que os ODS permitem acesso aos serviços básicos e a cultura informacional fomenta a valorização e o acesso à informação. Diante do cenário, pode-se dizer que ao facilitar o acesso à informação, favorece-se também o acesso aos serviços básicos inerentes às práticas sustentáveis. Conclusão: Concluiu-se, então, que a cultura informacional estimula os ODS ao valorizar e instigar acesso à informação, trazendo à tona reflexões sobre a necessidade de discutir a atuação da cultura informacional vinculada aos ODS dentro de todos esses contextos sociais no sentido de promover questões sustentáveis que podem ser desenvolvidas a partir da melhoria do acesso à informação e, conseqüentemente aos serviços básicos.

Nesse sentido, este trabalho apresenta um grande potencial para as discussões e reflexões sobre a erradicação da pobreza salvaguarda do meio ambiente, propiciando a inovação na esfera social, cultural, econômica e tecnológica no alcance da paz e progresso da humanidade.



Cultura Informacional; Acesso à informação; Comportamento informacional; ODS

COOPERATIVAS COMO AGENTES DA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM PAÍSES AFRICANOS

Alair Ferreira de Freitas, Graziela Reis do Carmo

Universidade Federal de Viçosa

O cenário global atual é de aumento progressivo da fome e da insegurança alimentar, impulsionado pelas mudanças climáticas, pela pandemia da Covid-19 e pelos conflitos bélicos, e que impacta, especialmente, grupos sociais mais vulneráveis. As cooperativas emergem nesse contexto como alternativa para a governança de sistemas alimentares sustentáveis (SAS) e como meio para impulsionar o protagonismo da agricultura familiar, segmento mais vulnerável no interior do sistema alimentar.

Portanto, foi objetivo desta pesquisa descrever e evidenciar o potencial e as contribuições de cooperativas agrícolas na promoção de SAS em dois países africanos lusófonos: Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe. Esta pesquisa, de abordagem qualitativa, foi conduzida em 2022. Após densa pesquisa bibliográfica e documental e contato com instituições internacionais, foram realizadas entrevistas com 4 organizações de apoio e assessoria a cooperativas em nível nacional, 2 em cada país, e dirigentes de uma cooperativa agrícola de cada país, totalizando 6 entrevistas semiestruturadas com atores-chave. Posteriormente procedeu-se com o tratamento das informações.

Para isso, utilizou-se como técnica a análise de conteúdo. Os resultados indicaram que, apesar dos desafios, as cooperativas agrícolas são fundamentais para seu quadro social e para as comunidades locais. Elas realizam apoio social e cultural, inclusive suprimindo ausências do Estado e cobrindo despesas médico-hospitalares, auxílio funeral, distribuição de alimentos e outras necessidades básicas e de urgência de seus cooperados(as) e familiares. No âmbito econômico produtivo, as cooperativas contribuem com a oferta de uma gama variada de serviços técnicos e tecnologias aos cooperados(as), incidindo na qualidade e volume da produção de alimentos.

Em termos ambientais, as cooperativas analisadas estão empreendendo ações e projetos para promover agricultura sustentável e diversificada, ampliar as fontes de energia renovável, recuperar áreas degradadas e mitigar efeitos das mudanças climáticas sobre os sistemas produtivos dos(as) cooperados(as). A conclusão é que o setor cooperativo e as cooperativas, em especial aquelas formadas e dirigidas por agricultores(as) familiares, têm assumido papel de agentes do desenvolvimento sustentável e contribuído para tornar os sistemas alimentares mais sustentáveis e resilientes e, por isso, deveriam ser consideradas na agenda política da CPLP e apoiadas por ações e investimentos da cooperação internacional nos países de língua portuguesa.



Cooperativismo, agricultura familiar, sistemas alimentares sustentáveis.

PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES: DESAFIOS E OPORTUNIDADES DE PESQUISA-AÇÃO EM ÁFRICA

Armindo Armando

Universidade de Licungo

Em Africa (continente considerado o berço da humanidade, com memórias históricas de colonialismo, guerras internas, e que actualmente é vítima de neocolonização), a paz (é ausência de todas as hostilidades sociais e não apenas de ausência de guerras) está cada vez mais comprometida dado os vários acontecimentos que fazem juiz a este bem precioso, dada pela ocorrência de fenómenos que o perturbam (Terrorismo; Golpes de Estado; Crises políticas; conflitos étnico-religioso; pobreza, corrupção e falta de inclusão social das camadas vulneráveis).

Este cenário é várias vezes considerado como consequência de ausência de justiça (social e institucional) tal como a falta de crença na eficácia das instituições (públicas e privadas, nacionais e internacionais) estatuídas pelo efeito. É neste contexto que esta comunicação (artigo) pretende discutir os desafios e oportunidades de investigação da Paz, Justiça e instituições eficazes tal como analisar contextos socio antropológicos de Africa que condicional o alcance da 16º objectivo de desenvolvimento sustentável em África. Para a elaboração deste artigo, será feita a pesquisa bibliográfica e análise documental associado a experiência dos desafios de vários estados africanos.

Do ponto de vista de estrutura, será contextualizado o 16º Objectivo de Desenvolvimento Sustentável, mapeamento e avaliação dos desafios e oportunidades de implementação deste objectivo no continente Africana e finalmente uma análise de fundamentos socioculturais e económicas e barreiras para jovens para a realização de uma pesquisa-acção em Africa sobre estas temáticas.



Paz, Justiça, instituição, Pesquisa-acção e Africa

CONTRIBUIÇÃO PARA UM ESTUDO SOBRE CRIANÇAS ACUSADAS DE BRUXARIA EM ANGOLA - ABORDAGEM EMIC VERSUS ETIC

Caterina Confalonieri

Universidade de Lisboa – ISCSP

Este trabalho explora a complexa questão das crianças acusadas de bruxaria em países da África subsaariana, com foco em Angola. O fenômeno, em ascensão nos últimos 30 anos, está profundamente enraizado em crenças culturais, especialmente dentro do grupo étnico Bakongo. As acusações frequentemente visam crianças vulneráveis, atribuindo-lhes poderes sobrenaturais, resultando em diversas formas de abuso, estigmatização e marginalização.

O artigo explora o papel de instituições, incluindo o Estado, ONGs e igrejas, na elaboração e abordagem do problema. Para isso, é oferecido um contraste entre perspectivas emic e etic, por meio da discussão de abordagens legalistas, iniciativas de direitos humanos e intervenções comunitárias. O trabalho examina dois estudos de caso em Luanda e M'banza-Kongo, destacando a importância de compreender o contexto local e crenças culturais para intervenções eficazes.

A conclusão destaca a necessidade de abordagens matizadas, considerando aspectos econômicos, de saúde e sociabilidade. O relatório também propõe uma mudança de perspectiva, reconhecendo a complexidade cultural, questionando a universalidade contínua dos direitos ao abordar esse intrincado problema e concentrando-se na agência das crianças acusadas, reposicionando-as no centro das intervenções. Além disso, a pesquisa destaca a escassez de estudos sobre as narrativas das crianças, enfatizando sua agência e a importância de compreender suas perspectivas para uma integração social eficaz. Equilibrar o suporte econômico e considerações de saúde mental é crucial, garantindo que a criança não seja ainda mais marginalizada e promovendo a construção de uma sociedade mais sustentável.

Com o uso de análise qualitativa e de dados secundários, como artigos de notícias, relatórios de organizações de defesa, arquivos da biblioteca da Universidade de Lisboa, anotações nas aulas da Professora Sonia Frias, juntamente com discussões com um colega angolano, este artigo busca fornecer uma visão do fenômeno das crianças acusadas de feitiçaria em Angola.



Crianças bruxas África. Missões. Etnopsicologia. Feitiçaria. Agencialidade

(IN) JUSTIÇA POR MÃOS PRÓPRIAS: REFLEXÕES SOBRE O LINCHAMENTO PÚBLICO EM ANGOLA

Fábio Roberto João Henriques, Gonçalves Alberto Nogueira, Horácio Chitungo Mendonça

Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais

O presente estudo analisa as reais motivações dos populares no envolvimento em atos de linchamento público como conduta violenta de formas a sugerir medidas que visam prevenir e desencorajar tais práticas no seio das comunidades em Angola. Parte-se do pressuposto de que, muitas vezes quem pratica o linchamento público aduz fazer justiça.

É importante realçar que muitos casos do linchamento estão relacionados com a anomia por parte de instituições estatais que suportam a justiça criminal, a prevenção dos crimes, a desordem pública e a redução do sentimento de insegurança. Por forma a guiar o estudo, levantou-se a questão do encadeamento das práticas de linchamento público, vulgo “justiça com as próprias mãos” como reflexo da falta de confiança nas forças de ordem pública e nos órgãos de justiça. O estudo questiona também sobre os desafios na materialização das políticas e programas de segurança pública. Metodologicamente trata de um estudo com enfoque exploratório, baseado no levantamento bibliográfico.

O esboço estabelece uma relação de causa e efeito da linchagem, reconhecendo a amplitude e complexidade das variáveis envolvidas. Trilhou-se na perspetiva sociológica para se identificar a origem da praxe e motivações a violência no espaço público. Conclui-se que existe uma relação entre a prática do linchamento e a falta de confiança nos órgãos policiais e de justiça na prossecução de interesses públicos atinentes a segurança pública, bem como a redução de todas as formas de violência em conformidade com a Agenda - 2030. O Estado deve aprimorar instrumentos e mecanismos assecuratórios da segurança pública e de impunidade.

Como solução, entende-se que é com a promoção do Estado de Direito e garantia de igualdade no acesso a justiça, assim como na edificação de instituições eficazes, responsáveis e transparentes que se alcançara as metas prioritárias do objectivo 16 do desenvolvimento sustentável. Espera-se desta forma, maior responsabilização aos que praticam atos de linchagem com um reforço na vigilância policial e uma eficaz reesposa as ocorrências criminais dentro da comunidade.



Linchamento, polícia, segurança pública, violência

DESENVOLVER PENSAMENTO CRÍTICO E CRIATIVO NO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA: UM CAMINHO PARA CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Engrácia Vic

Universidade Agostinho Neto

As competências de pensamento crítico e criativo têm sido cada vez mais estudadas nos vários contextos educacionais, o que denota um interesse crescente nesta área. Estas competências são essenciais para a consecução de uma educação de qualidade e formação do cidadão global.

No entanto, a sua promoção deliberada, explícita, sistemática e intencional requer, entre outros, o domínio de estratégias de ensino adequadas a essa finalidade. Apesar da importância atualmente dada ao desenvolvimento do pensamento crítico e criativo, existe um número relativamente limitado de estudos sobre a formação em pensamento crítico e criativo para professores e essa escassez é bastante acentuada se olharmos para o contexto angolano. É neste quadro que surge a investigação apresentada, no âmbito do doutoramento em Educação e que tem por objetivo conceber, implementar e avaliar um programa de formação focado em capacitar docentes para adoção de práticas pedagógicas que promovam de forma intencional e sistemática o pensamento crítico e o pensamento criativo.

Pretende-se contribuir para a formação de cidadãos críticos e criativos que possam enquadrar-se no mercado de emprego cada vez mais desafiador e complexo. Esta investigação enquadra-se na natureza qualitativa, ancorada ao paradigma sociocrítico, assente no plano de investigação-ação. As técnicas de recolha de dados utilizadas para a consecução da investigação são a entrevista semiestruturada, o diário de bordo e o portfólio. A análise e tratamento dos dados recorre à técnica de análise de conteúdo com auxílio da ferramenta digital webQDA e a triangulação dos dados.



Pensamento crítico; Pensamento criativo; Formação contínua de professores; Ensino Superior

DIREITO À CIDADE E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO ODS 11: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO MUSEUS, PATRIMÔNIO E DIREITO À MEMÓRIA EM BRASÍLIA-DF (BRASIL)

Gustavo Menon

Universidade Católica de Brasília e Universidade de São Paulo

O presente estudo tem como objetivo apresentar os resultados de um projeto de extensão vinculado ao direito à memória no Distrito Federal (Brasil), por meio da consulta aos acervos dos museus e espaços de memória em Brasília, DF, a capital brasileira.

Nesse contexto, em consonância com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 e sua meta de fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural mundial (11.4), a pesquisa evidenciou a necessidade de democratização dos espaços de patrimônio, visando a promoção de cidades mais inclusivas, seguras e resilientes.

Através de visitas técnicas, o projeto analisou fontes primárias relacionadas aos espaços de patrimônio do DF, os quais, em 8 de janeiro de 2023, foram alvo de ataques golpistas ligados a grupos de extrema direita. O projeto foi desenvolvido nas edificações de alguns museus e espaços de memória da capital brasileira, como o Museu do Senado, Museu Nacional da República, e visitas guiadas ao Palácio Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores do governo brasileiro.

Foi aplicado um questionário semiestruturado aos participantes do projeto com o intuito de mensurar o grau de satisfação e pertencimento dos discentes universitários nesses espaços públicos. Sinalizando para as contribuições e debates brasileiros sobre os caminhos de uma cidade sustentável, em perspectiva crítica, mapeou-se a produção recente sobre o conceito de museu aberto, ou seja, um espaço em constante cooperação com os movimentos sociais e atento às relações étnico-raciais contemporâneas.

Por fim, com base nas contribuições da nova museologia, o estudo destacou possibilidades de promover o direito à cidade para a preservação do patrimônio cultural em capitais federais.



Direito à Memória. Museus. Patrimônio. Democracia e Direitos Humanos no Brasil

RIOS URBANOS NATURALIZADOS COMO FERRAMENTAS PARA O DESENVOLVIMENTO E EQUIDADE

Nagayamma Aragão, Carlos Smaniotto Costa

Universidade Lusófona

Breno Malheiros de Melo

Universidade Federal de São Carlos

Os rios estão entre os ecossistemas mais ameaçados do mundo, embora sejam um elemento essencial para a fixação de assentamentos humanos. A urbanização e a transformação da paisagem provocam muitas vezes uma série de ameaças ambientais, económicas e sociais, e os rios sofrem degradação a um ritmo alarmante. É o caso dos rios AFONSO e rio MANUEL JORGE, no Distrito de Cantagalo (República de São Tomé e Príncipe).

A nossa investigação discute as necessidades e oportunidades emergentes para a NATURALIZAÇÃO DOS RIOS SOB PRESSÃO URBANA e a contribuição para a conceção de estratégias e políticas de desenvolvimento mais sustentáveis e com o envolvimento das comunidades locais. A pesquisa inclui a revisão da literatura, examinando o quadro legislativo/político e a história local. Ferramentas SIG, como o Google Earth Engine, e mapeamento colaborativo com alta resolução permitirão uma avaliação das mudanças locais e seu impacto na dinâmica dos rios, por intervalo de tempo, possibilitando uma visão diferenciada dos espaços urbanos e relações cidade-rio-comunidade.

Esta metodologia permite identificar em tempo real os impactos das atividades humanas nos ecossistemas fluviais e os riscos agregados. A investigação promove a experimentação e o intercâmbio de ferramentas e práticas de envolvimento inclusivo que promovam estratégias integradas para transformações sociais, ancorada à campanha mundial promovida pela UN-HABITAT/Urban Thinkers "RUN Campus on Citizens Science in practices" - discute-se estratégias e processos participativos na regeneração de rios urbanos. 3 projetos de investigação integram o campus: riverChild - que fundamentado pela ciência cidadã visa aproximar as crianças, enquanto "policy actors" e envolvê-las na avaliação e preservação do ecossistema, ECS - que visa capacitar uma comunidade científica cidadã globalmente conectada e inclusiva para a mudança social e a Rede CYTED RUN | Rios Urbanos Naturalizados (www.run.ulusofona.pt).

A presente contribuição visa abordar metodologias que permitam desenvolver know-how para a recuperação das funções ecológicas, sociais e recreativas de um bem comum, que é o rio urbano, bem como enriquecer o debate sobre a cocriação de cidades mais sustentáveis e resilientes. A comunicação pretende contribuir para a fundação de conceitos emergentes, como o desenho urbano sensível à água, as cidades baseadas na natureza, etc., no contexto das cidades africanas, assumindo que a conservação da biodiversidade gera desenvolvimento económico e bem-estar social.



**Rios Urbanos Naturalizados; Metodologias Colaborativas,
Soluções Baseadas na Natureza, SIG, Ciência Cidadã**

Albinismo na Tanzânia: Negação, Perseguição, Estereótipos

Anna Panara

Universidade de Lisboa, ISCPs

Pessoas afligidas pelo albinismo, uma condição genética rara, sempre foram submetidas na África a um processo de perseguição e discriminação por serem associadas à bruxaria e a diferentes crenças.

Este ensaio busca, em primeiro lugar, revelar o contexto em que a doença está disseminada, como é considerada e tratada em um contexto específico como a Tanzânia, fornecendo informações e estatísticas importantes para reconstruir uma visão completa. Em segundo lugar, o mesmo concentra-se nas atuais hesitações dos governantes em reconhecer e admitir a brutalidade mencionada acima.

Nesse sentido, o romance angolano *O Vendedor de Passados* de J.E. Agualusa com a sua ideia de negação do passado e suas referências ao albinismo é um dos retratos mais fiéis de um fenômeno difundido em todo o continente.

O objetivo mencionado é alcançado por meio de pesquisas qualitativas, com base em pesquisas médico-científicas gerais sobre a África lideradas por acadêmicos europeus e locais, relatórios da ONU e o recente Relatório de Direitos Humanos da Tanzânia (2022). Dar uma forma real à doença significa também relatar dados coletados o mais próximo possível da situação africana real: esses dados são principalmente difundidos por associações oficiais que conduzem campanhas de conscientização a favor do albinismo, como a organização beneficente Under The Same Sun (UTSS).

Partindo desses estímulos, abordaremos a importância de reconhecer, proteger e dar espaço às minorias, um problema comum a todas as sociedades modernas: esta é uma das principais razões do tema escolhido, levando em consideração que cada lacuna registrada na África precisa de estar conectada e explicada por meio de crenças tradicionais que ainda orientam comportamentos e conceitos sobre deficiência.



[Clique aqui para ver o artigo completo](#)



Albinismo, África, Tanzânia, Perseguição, Consciência

A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM ANGOLA: UM OLHAR “EMANCIPATÓRIO” A PARTIR DO DIREITO ACHADO NA RUA

Betuel Virgílio Mvumbi

Instituto Superior de Angola

Considerando que, componentes ideológicas, históricas, sociais e políticas, podem afectar as aproximações estratégicas em matéria de segurança (desde o momento de sua concepção, planificação e execução), o autor busca compreender em que medida, o modelo de política de segurança pública de Angola, permite a incorporação de componentes sociais e culturais, via participação popular.

Para tanto, inicialmente, conceptualiza a participação popular a partir das premissas do Direito Achado na Rua (DANR), que a entende como uma forma amplificada e difusora de uma cultura jurídica de inclusão e de respeito, não limitada à prescrição legal. Alinha-se às premissas do Direito Achado na Rua, porque apresenta-se como uma plataforma para a construção de um direito emancipatório (SANTOS, 2003) que não exita em discorrer e questionar o sistema jurídico posto, já que as relações e dificuldades travadas no campo do conflito na sociedade contemporânea, requerem a inclusão de novos sujeitos no cenário político e social como um ponto de partida (SOUSA JUNIOR, 1993). Para se compreender a participação popular em matéria de segurança em Angola, identifica-se o modelo de actuação da PNA, enquanto principal executor das políticas e programas de segurança pública.

Denota-se que o modelo adoptado é o tradicional (reactivo), apesar de haver, embrionariamente, a buscado de subsídios sociais e culturais a partir de encontros com a comunidade, nas mais variadas formas. Entende-se que estas aproximações podem permitir a cooptação multidimensional dos conflitos sociais, mas, ainda assim, neste modelo tradicional, algumas variáveis sociais e culturais dos conflitos ainda permanecem afastadas, porque prevalece o monismo estatal (artigo 6º CRA), permeado pelas percepções e opções políticas que, em certa medida, podem excluir alguns aspectos sociais e culturais relevantes, como a feitiçaria e outras praxes culturais.

Por isso, o autor conclui que, a participação popular nas pautas relacionadas à segurança pública em Angola, ainda carecem de emancipação, porque, em razão do monismo jurídico (em matéria de segurança), as reivindicações sociais e culturais de determinados grupos sociais, especialmente os vulneráveis, como as mulheres, LGBTQ e trabalhadores do campo, ainda são restritas e adversas às bases teóricas do DANR, para as quais, o carácter hegemônico do positivismo jurídico, não obsta que outras visões do Direito surjam e venham a tensionar, a partir da realidade, os dilemas e os limites do positivismo jurídico, bem como as possibilidades de construção do Direito, suas finalidades e seus pressupostos. A participação popular em matéria de segurança pública, não deve ser uma excepção.



Participação Popular; Direito Achado na Rua; Segurança Pública

MAPEAR, CONSCIENCIALIZAR E SALVAGUARDAR

Inês Alves

Universidade Jean Piaget de Cabo Verde

Em 2012, a cidade do Mindelo foi elevada a Património Nacional de Cabo Verde. Volidos 12 anos, foram muitos os elementos relevantes que se perderam, em muito devido aos movimentos económicos globais, tais como especulação imobiliária e gentrificação.

O gii_a grupo de investigação interdisciplinar em arquitetura, da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde - Polo do Mindelo, tem estado a mapear os edifícios da cidade histórica, com o objetivo de termos um levantamento gráfico dos elementos relevantes da arquitetura mindelense, que ainda resistem ao tempo, reunido numa publicação. Sabemos, porém, que são processos que levam tempo e, que por fim, a sua acessibilidade poderá circunscrever-se a um público mais especializado e/ou académico.

É neste sentido que sugerimos o lançamento de uma app, que coloca a economia digital ao serviço do património e identidade local, tantas vezes acusada de, juntamente com o turismo, descaracterizar centros históricos à escala mundial. Através da app queremos permitir o acesso mais imediato e generalizado da informação às pessoas que percorrem e habitam a cidade. Queremos que os próprios habitantes possam ver o seu património valorizado, não apenas através do valor comercial do terreno, mas criar uma consciência para que todos possamos melhor intervir e cuidar a cidade.

Através de um projeto que, em todos os seus momentos, se alinha com a Agenda 2030, damos especial atenção ao ODS11, Cidades e Comunidades Sustentáveis, procurando:

- Contribuir para a valorização do património local e, com isso, consolidar uma consciência sobre a ideia de património enquanto bem coletivo;
- Contrariar a tendência global para a descaracterização dos centros históricos, que transcorrem dos processos de gentrificação e especulação imobiliária;
- Estar acessível a todos, desde que tenham um smartphone, num país onde 71,1% da população com 10 ou mais anos possuem, pelo menos, um telemóvel e 98,1% usam o telemóvel para aceder à internet (INE, 2022);
- Democratizar a informação que, numa investigação académica, pode tornar-se apenas manuseável pelos públicos especializados;
- Ser um projeto passível de ser adaptado a diferentes lugares em Cabo Verde, independentemente da sua localização ou escala;
- Colocar a economia digital ao serviço do património e identidade local.



Mindelo, Cabo Verde, Cidade Histórica, economia digital

EXPLORAÇÃO MINEIRA E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM MOÇAMBIQUE: CASO DE “AREIAS PESADAS DE CHIBUTO”

José Malaire Jeque

Universidade de Licungo

A economia de Moçambique é – pelo menos desde a década de 1990 – marcadamente extractiva, fortemente dependente do sector mineiro-energético e, na essência, concretizada através de Investimento Directo Estrangeiro.

Tomando o caso do projeto de exploração de “Areias Pesadas de Chibuto”, no distrito do Chibuto em Gaza, o presente estudo analisa as dinâmicas em torno da coabitação de interesses entre exploração de recursos naturais (interesse multinacional) e desenvolvimento local (interesse das comunidades locais) no contexto moçambicano, proporcionando evidências empíricas sobre contornos e dilemas da exploração mineira em relação ao empoderamento real das comunidades abrangidas e, por conseguinte, contribuindo ao debate sobre o sentido da construção do Estado em contextos dominados pelo capital multinacional, tendo em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente “Erradicar a Pobreza” e “Reduzir as Desigualdades”.

O estudo é baseado em mini-etnografia realizada no distrito do Chibuto, entre os anos de 2020 e 2022, suportada em entrevistas do tipo semi-estruturadas aplicadas a atores-chave dos níveis distrital, provincial e central. Com efeito, a pesquisa demonstra que a presença do investimento multinacional (como a exploração de Areias Pesadas no Chibuto), cria uma enorme pressão às dinâmicas de governação local e, diante do modelo burocrático centralizado vigente (nos distritos), concorre para a marginalização da complexidade dos problemas locais, esvazia e limita a capacidade de resposta estatais com vista ao desenvolvimento local.

Portanto, o desenvolvimento local em contexto de exploração mineira em Moçambique é uma espécie de “gato por lebre”, pois reforça o modelo colonial que, até hoje, perpetua o país ou como caminho de passagem ou como uma fonte de extração de recursos naturais, frustrando os propósitos locais.



[Clique aqui para ver o artigo completo](#)



Estado; Exploração Mineira; Desenvolvimento; Governação Local

CONCENTRAÇÃO DO EXTRATO PIROLENHOSO VISANDO A SUSTENTABILIDADE

Laíza Alves Fonseca Barbosa, Patrícia Sueli de Rezende, Adriana Akemi Okuma, Luzia Sergina de França Neta

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

O acúmulo de gases poluentes na atmosfera responsáveis pelas alterações climáticas, a alta demanda energética e por recursos naturais, como a água, provenientes do crescimento industrial e populacional, resultam na necessidade de desenvolver estratégias junto aos processos produtivos que priorizem mudanças com foco na sustentabilidade.

Um setor relevante no Brasil, devido a sua expansão consistente, é a indústria de carvão vegetal. Durante a carbonização da madeira, há a formação de gases condensáveis que dão origem ao extrato pirolenhoso (EP). O EP é constituído por cerca de 90% de água e 10% de substâncias orgânicas como ácidos carboxílicos, compostos fenólicos e cetonas, que possuem aplicabilidade na agricultura como herbicida e bioestimulante.

O presente trabalho tem como objetivo realizar a concentração do EP por meio dos processos de separação por membranas (PSM) visando a economia circular e a sustentabilidade. O EP comercializado atualmente em sua forma bruta contribui para o aumento das emissões de gases poluentes mediante o seu transporte, além da geração de resíduos provenientes das embalagens plásticas. Em contrapartida, a comercialização do EP concentrado favorece a mitigação dos poluentes atmosféricos e dos resíduos oriundos das embalagens. Há também a possibilidade de reutilizar a água recuperada no seu processo de concentração. Esse projeto engloba as ODS's 3, 11 e 13, relacionadas à mitigação dos gases emitidos para a atmosfera pelo transporte, redução de embalagens e reuso da água, além da 9, 12, 14 e 15, relacionadas ao processo sustentável e melhorias para a proteção da vida aquática e terrestre.

As amostras de EP foram previamente tratadas com membranas de ultrafiltração (UF) e concentradas com o uso de membranas de nanofiltração (NF) visando a concentração dos compostos fenólicos e ácidos carboxílicos, responsáveis pela ação herbicida e bioestimulante. Posteriormente, realizou-se a caracterização das frações por meio da Cromatografia Gasosa acoplada à Espectrometria de Massas (GC-MS).

Os resultados indicaram que houve a retenção de compostos orgânicos no concentrado da NF. Além disso, observou-se a semelhança dos cromatogramas do EP bruto e concentrado, contendo os principais componentes responsáveis pela ação herbicida e bioestimulante. Assim, a retenção desses componentes aponta para a eficiência da técnica em atingir o objetivo desejado.



Carvão vegetal, sustentabilidade, economia circular, extrato pirolenhoso

O SETOR COOPERATIVO EM GUINÉ BISSAU E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: PANORAMA GERAL E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Alair Ferreira de Freitas, Graziela Reis do Carmo

Universidade Federal de Viçosa

O setor cooperativo é reconhecido por agências internacionais como potencial agente dos ODS. A literatura aponta as cooperativas como capazes de dinamizar economias locais e superar a pobreza. Considerando a ausência de estudos e dados sistematizados sobre o setor cooperativo nos países africanos, esta pesquisa teve como objetivo descrever o ambiente institucional e regulatório do cooperativismo e evidenciar as potencialidades e limitações do setor em Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe.

Esta pesquisa, de abordagem qualitativa, foi conduzida em 2022 por meio de amplo levantamento bibliográfico e documental e entrevistas semiestruturadas com dirigentes de organizações de apoio e assessoria a cooperativas em nível nacional totalizando 4, sendo 2 em cada país. Os resultados indicaram que ambos os países possuem um ambiente frágil e inseguro para as cooperativas, sem legislação específica e sem tratamento adequado à sua realidade. Não há leis específicas que assegurem os direitos e normatizem o cooperativismo nesses países. Em São Tomé e Príncipe, a Constituição da República define como dever do Estado apoiar e fomentar as cooperativas. Em Guiné Bissau vigora legislação infraconstitucional definida pelo OHADA (Organisation pour l'Harmonisation en Afrique du Droit des Affaires). Nos países analisados não há governança nacional do setor cooperativo, uma organização nacional de representação ou um órgão do governo específico para o tema. Em Guiné Bissau, duas organizações da sociedade civil emergiram como atuantes no setor cooperativo nacional: ANAG e RECAGRO.

Em São Tomé e Príncipe foram identificadas também duas organizações de atuação nacional, a FENAPA e ADAPPA. Apesar das ausências do Estado e de condições institucionais favoráveis, tais organizações promovem intervenções que ressoam desde comunidades rurais às instâncias políticas estratégicas do governo nacional e de mediação com organismos internacionais. Ao fomentarem a cooperação agrícola e as cooperativas, elas ressaltam sua potencialidade ao incidirem em (i) diversificação produtiva e segurança e soberania alimentar; (ii) organização da produção e acesso a mercados; (iii) promoção da sustentabilidade na agricultura; (iv) fortalecimento da agricultura familiar e redução da pobreza. Mas também apresentam desafios significativos enfrentados pelo setor cooperativo: (i) financeiros; (ii) político-institucionais; (iii) organizacionais. Conclui-se que o ambiente institucional do setor cooperativo constrange sua ampliação e a atuação das cooperativas. Mas, apesar disso, o setor é resiliente e persiste atuante na luta contra a pobreza rural. O fomento ao cooperativismo deve ser assumido pelos governos nacionais como parte de uma agenda pública de desenvolvimento sustentável e isso demanda políticas públicas e legislação adequadas.



Cooperativismo, políticas públicas, ambiente institucional

AXÓS DO CANDOMBLÉ AXÉ ILÊ OBÁ: TRAJES AFRO-BRASILEIROS QUE ALINHAVAM BRASIL E ÁFRICA COM OS ODS

Aymê Okasaki

Universidade de São Paulo

Este estudo investiga a sustentabilidade e as encruzilhadas estéticas entre África e Brasil inerentes à produção de roupas destinadas ao terreiro de candomblé Axé Ilê Obá, situado em São Paulo, Brasil, alinhando-se com as Metas de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidas pela ONU. A pesquisa, conduzida desde 2017, incorporou uma metodologia que incluiu pesquisa de campo no Axé Ilê Obá e entrevistas com pequenas confeccionistas responsáveis pela elaboração das vestimentas (Ateliê Okàn Rere; Ateliê Odó Iná e Lojas Patuá).

Todas as produtoras são mulheres, reforçando o poder matriarcal dentro do candomblé, e estimulando a geração de renda para estas mulheres. Ao abordar a dimensão da sustentabilidade, o estudo identificou que a produção em pequena escala para o terreiro desempenha um papel importante na redução do impacto ambiental. A escolha de matérias-primas naturais, como algodão e fibras vegetais se relaciona diretamente com o ODS 12 (Consumo e Produção Sustentáveis). A utilização de técnicas artesanais (como os bordados barafunda do ateliê Okàn Rere) preserva práticas culturais e promove a manutenção de habilidades valiosas dentro da comunidade.

Além disso, a prática estimula a economia local, alinhando-se diretamente com o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico). A pesquisa de campo permitiu uma imersão na dinâmica do terreiro, que é tombado como patrimônio histórico-cultural em São Paulo, oferecendo percepções significativas sobre as práticas culturais e o processo de produção das vestimentas. As entrevistas realizadas com as confeccionistas (entre 2019 e 2023), responsáveis pelas roupas do Axé Ilê Obá, revelaram não apenas os aspectos técnicos da produção, mas também as motivações culturais e a ancestralidade afro-brasileira das artesãs. Foi realizada pesquisa com material bibliográfico e fotográfico dos próprios filhos do terreiro, que trouxesse informações desde a década de 1950, quando o terreiro foi inaugurado. Ao abordar a encruzilhada cultural entre África e Brasil, o estudo destaca como as vestimentas produzidas incorporam tecidos (desde tecidos de algodão nacionais como chita e morim, até materiais importados como ankara e axó oke), padrões (estampas dos tecidos ankara) e símbolos tradicionais (como a tradição iorubá do axó ebi, vestimenta uniformizada de toda a comunidade, promovida pelo ateliê Odó Iná), atuando como meios de expressão cultural. Esse alinhamento é fundamental para a preservação das raízes afro-brasileiras, transcendendo fronteiras geográficas.

Em última análise, este estudo não apenas evidencia a importância da produção em pequena escala para a sustentabilidade, mas também ressalta seu papel na promoção de uma compreensão mais profunda entre culturas.



Candomblé, vestimentas, sustentabilidade, ancestralidade

MAPEADOR DE AUSÊNCIAS DE MIA COUTO, CLAMA POR JUSTIÇA E PAZ SOCIAL EM MEIO À TRAGÉDIA CLIMÁTICA

Carla Tais dos Santos

Universidade de São Paulo

Mapear dores presentes escrutinando lacunas do passado é a tarefa para a qual se lança o poeta Diogo Santiago, protagonista do romance *Mapeador de Ausências* (2021), de Mia Couto. O que Santiago busca é a cura para a sua insônia, um lugar de paz em que os vivos possam descansar sem perturbar os sonhos dos mortos. Para tanto, o poeta se desloca de Maputo para Beira, sua cidade natal, em busca dos rastros de desaparecidos da sua família.

Com alguma ajuda, ele encontra variadas pistas. Na medida em que vai desvelando os vestígios de um tempo colonial que ruía diante das lutas pela independência, segredos são revelados, ressignificando não apenas a própria história de Santiago e de outras personagens, como também a dos lugares por onde essas histórias e personagens transitam. Forma-se uma intrincada trama de deslocamentos. O lado mau dos mocinhos é tão evidente quanto o lado bom dos bandidos e assim a verdade vai se parecendo mais com uma areia movediça do que com uma terra firme onde se possa apoiar. Essa instabilidade do enredo se aprofunda diante de um permanente jogo de traições que suspende a realidade. Essa sensação de incerteza é amplificada com a chegada do ciclone Idai que, com ventos furiosos, tal qual a tragédia climática que sabemos ter varrido Moçambique em 2019, literalmente coloca tudo de cabeça para baixo.

Pouco a pouco, como em uma colcha de retalhos, um fato vai se costurando a outro, fazendo com que pequenos pedaços conformem ao fim parte de um mesmo todo. Contudo, não se trata de uma história única. Pelo contrário, fluída como as águas, ela corre por diferentes rios que desembocam conflitantes em um oceano. Estes e outros elementos do romance provocam profundas reflexões sobre a importância do lugar do passado para que haja “paz, justiça e instituições eficazes”, conforme prevê o 17º Objetivo pelo Desenvolvimento Sustentável, previsto na Agenda 2030, da Unesco. Ao evocar a memória sobre o passado Couto nos lembra que paz sem voz não é voz, é medo.



Ciclone Idai, memória, colonialismo, história

O RECORDS MANAGER FACE A O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A A GENDA 2030

Cecília Preciosa Cabsela

Escola Superior de Jornalismo-Maputo

O século XXI é marcado por diversos acontecimentos que afetam todo o ciclo informacional. Neste século, as profissões relacionadas com a informação são afetadas, não só pelo desenvolvimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação, mas também pelas questões climáticas. Um dos profissionais da informação afetado por esta situação é o records manager, que tem uma grande responsabilidade e altas exigências para manter informações preservadas de forma perene.

Esta situação suscita preocupações quanto ao desenvolvimento sustentável. Assim, este estudo questiona “qual é o papel do records manager no cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável?”. Pretendendo-se, desta maneira, analisar o papel e as competências do records manager no âmbito do desenvolvimento sustentável tendo em foco a agenda 2030. O estudo é uma investigação qualitativa, exploratória e descritiva. Resulta de uma revisão da literatura e de uma pesquisa documental em que os dados recolhidos foram submetidos a uma análise de conteúdo.

Considerando que as ações relacionadas às mudanças climáticas impulsionam o desenvolvimento sustentável e que o enfrentamento às mudanças climáticas e a promoção do desenvolvimento sustentável reforçam mutuamente as duas faces da mesma moeda, entendemos que o desenvolvimento sustentável é alcançado com ações em prol do clima. Assim, o estudo identifica que o records manager deve desenvolver um plano de contingência que incida tanto nas informações em suportes analógico como em suportes digitais. O records manager deve partilhar as suas atividades em conferências, em revistas, etc., para criar uma comunidade de prática. Para reduzir o risco de perda de acervos inteiros em caso de catástrofes contínuas, devem considerar a possibilidade de deslocar-lhes se o seu ambiente deixar de ser habitável. Este estudo conclui que os records manager deve falar sobre as alterações climáticas e o desenvolvimento sustentável a todos os níveis da sua instituição e acrescentar os objetivos de desenvolvimento sustentável às suas políticas.

O records manager deve também fazer com que as instituições dediquem e dêem prioridade a recursos para os espaços físicos e digitais das suas informações. Deve colaborar com arquitetos, engenheiros, profissionais de conservação, entre outros que trabalham em soluções para melhorar a sustentabilidade e a resiliência das estruturas que comportam informações.



Records manager; Informação; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Agenda 2030

“O BRASIL TEM SEU CORPO NA AMÉRICA E SUA ALMA NA ÁFRICA”: A RELAÇÃO ENTRE ATLÂNTICO E CAPITALISMO RACIAL NO DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA ENTRE ANGOLA E SALVADOR-BA

Erica Paula Vasconcelos

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

“Sem Angola não há negros, e sem negros não há Salvador”, essa frase faz analogia a fala dita pelo Padre Antônio Vieira quando chegou na Bahia em 1691, e não foi dita por acaso, pois, o padre se referia ao gigantesco comércio de negros escravizados capturados na África, com maior concentração em Angola, que eram levados para o Brasil concentrados na cidade de Salvador, capital da Bahia.

Dando esse período de turbulência histórica, no governo atual do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi realizada uma política de cooperação entre o Brasil e Angola, como uma forma de estruturar o desenvolvimento da economia em ambos os países. Dessa forma o presente artigo aborda uma contextualização do antigo empreendimento colonial agroexportador de África para o Nordeste baiano pelo Atlântico para abordar como produto reagente a novas políticas de desenvolvimento agropecuário entre Angola e Salvador-BA.

Seu objetivo é demonstrar como a escravidão negra foi elemento que formentou uma ligação comercial entre estas regiões e que na atualidade evidenciou a necessidade da cooperação política para o desenvolvimento agropecuario nas regiões. Para isso, emprega-se o sentido de raça na lógica econômica, denotando-o como elemento utilizado pelo ocidente. Nesse sentido, o argumento do artigo é de que a relação entre Atlântico e o capitalismo racial foi fundamental para formação internacional da comercialização de humanos entre Angola e Salvador.

De modo a desenvolver o seu argumento, utiliza-se a metodologia de análise de conteúdo estando organizado neste artigo em duas seções. A primeira seção aborda o debate teórico sobre a relação entre o oceano Atlântico e o capitalismo racial dentro do formato do antigo empreendimento colonial. A segunda seção irá evidenciar a relação entre Angola e Salvador na conjuntura política internacional, apontando a nova política de desenvolvimento agropecuário na política internacional. A análise presente neste trabalho contribui com os debates de que a relação entre Angola e Salvador como sendo necessário entender a política internacional contemporânea entre atores e comunidades.



[Clique aqui para ver o artigo completo](#)



Angola, Atlântico, Salvador-BA, Capitalismo racial, África, Brasil

A RELAÇÃO ENTRE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA, INOVAÇÃO DE SERVIÇOS E DESEMPENHO NA HOTELARIA EM ANGOLA

Gerdina Verónica da Silva Handa Serafim

Universidade Mandume Ya Ndemufayo e ISEG

Este artigo tem como objetivo investigar os impactos da orientação para o cliente, orientação para a concorrência, orientação para a aprendizagem, orientação tecnológica e orientação para o empreendedorismo na inovação e no desempenho hoteleiro.

Os dados recolhidos em 69 hotéis em quatro províncias angolanas, nomeadamente as províncias da Huíla, Namibe, Benguela e Luanda, foram analisados utilizando a abordagem dos mínimos quadrados parciais (PLS) e a análise multigrupo na relação entre as orientações estratégicas, a inovação e a performance. Os resultados mostram que a orientação para a aprendizagem e a orientação para o empreendedorismo têm um impacto positivo na inovação hoteleira. Como previsto, a inovação tem um impacto positivo no desempenho.

De acordo com a análise multigrupo, apenas a categoria do hotel tem efeito moderador no desempenho das unidades hoteleiras angolanas. Os resultados sugerem que os hotéis nos países em desenvolvimento, como é o caso de Angola, poderiam acrescentar valor tanto para os clientes como para os acionistas, promovendo novos serviços e explorando novas oportunidades de negócio. Pelo que se pode observar, este é um dos poucos estudos em que se investigou o impacto das orientações estratégicas na inovação hoteleira e no desempenho financeiro nos países em desenvolvimento, combinando ao mesmo tempo mais de duas orientações estratégicas, uma vez que estas podem fornecer apoio mútuo entre si.

Consequentemente, o estudo oferece perspectivas únicas que explicam as estratégias que afectam não apenas o desempenho de uma unidade hoteleira, mas também a sustentabilidade da mesma. Finalmente, discutimos as implicações teóricas e as implicações para a gestão.



[Clique aqui para ver o artigo completo](#)



Inovação em serviços; orientação para o cliente; orientação para o concorrente; orientação para a aprendizagem; orientação tecnológica; orientação para o empreendedorismo; hospitalidade

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL - DIÁLOGOS ENTRE BRASIL E ANGOLA

Giovanna Sales Carvalho

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Trata-se de uma pesquisa no âmbito do desenvolvimento sustentável, a partir da educação de qualidade e do combate à precarização do trabalho. Com enfoque no estágio supervisionado, o estudo objetivou identificar as contribuições do modelo de estágio supervisionado do curso de Serviço Social desenvolvido em Angola para a graduação em Serviço Social no Brasil.

Quanto à metodologia, trata-se de uma revisão bibliográfica, através da qual verificou-se as legislações pertinentes ao estágio supervisionado, os regulamentos internos dos cursos de graduação e seus projetos político-pedagógicos. Soma-se a isso a experiência empírica da autora enquanto estudante de graduação no Brasil através do método da escrevivência, proposto por Conceição Evaristo. O estudo justifica-se pois verifica-se que o estágio supervisionado na atual sociedade capitalista sofre com os efeitos da precarização do trabalho e esvaziamento do seu cunho educativo.

Considerando que a ideologia neoliberal prega a diminuição do estado, menor investimento nas políticas públicas e precarização do trabalho, o estagiário nesse contexto é entendido como mão de obra barata que substitui parte da equipe técnica. Assim, almejando o desenvolvimento sustentável, torna-se uma preocupação quando o estágio, desenvolvido nessas condições, não proporciona a aproximação da teoria e práxis. Assim, os resultados parciais deste estudo indicam que na contemporaneidade vivenciamos um processo de reformulação do trabalho, que implica em novas demandas à profissão e à sociedade, com a intensificação da produção e das violações de direitos.

No Brasil, Política Nacional de Estágio (PNE), compreende a realização do estágio como uma manifestação em defesa do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente ao processo de mercantilização e flexibilização da educação, em que a realização do estágio contribui na qualificação do discente para o exercício da profissão. Contudo, verifica-se que no curso de graduação de Serviço Social da Unesp Franca há um distanciamento em relação ao que os documentos e regulamentos preveem em relação ao estágio supervisionado, e a realidade concreta dos discentes ao serem inseridos no campo de estágio.

Assim, conclui-se que alterar o referencial de método de organização do estágio supervisionado, adotando o estágio supervisionado na Universidade de Luanda como referência é de fato valorizar a produção científica desse território, e sobretudo proporcionar para o curso de Serviço Social da Unesp Franca um ambiente formativo de qualidade.



Educação, plataformas proprietárias, monopólios digitais,
pedagogia

FORMAÇÃO CONTÍNUA DE PROFESSORES EM CIÊNCIA NATURAIS E BIOLOGIA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE INSERIDA NUMA PERSPETIVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Olga Santos, Betina Lopes

Universidade de Aveiro

Agostinho Sousa

Universidade de São Tomé e Príncipe

Maria José Rodrigues

Instituto Politécnico de Bragança

A senda da formação de professores ganhou uma importância impar com o avanço de todas as áreas científicas, crescendo a intensificação da diversidade de fenómenos sociais, políticos, económicos, ambientais, entre outros. Esta preocupação é transversal a todas as sociedades, sendo várias as agendas políticas internacionais que alertam para a importância da qualificação dos professores como uma necessidade para o desenvolvimento dos países. Tal preocupação está também presente em São Tomé e Príncipe (STP), onde a Estratégia Continental para a Educação em África (2016-2025) salienta a importância da capacitação dos professores de forma a assegurar a sua qualidade a vários níveis.

Neste sentido, a presente comunicação apresenta um estudo longitudinal, envolvendo 36 professores que frequentaram um programa de formação contínua na área das Ciências Naturais e da Biologia, em contexto de cooperação para o desenvolvimento, no ano letivo de 2020/2021 e 40 professores no ano letivo de 2021/2022, pretendendo dar a conhecer as suas necessidades e expectativas. As instituições envolvidas integram STP e Portugal no âmbito do Programa de Apoio Integrado ao Sistema Educativo de São Tomé e Príncipe (PAISE-STP). Para além dos 76 professores, envolveu 2 formadores (um agente de cooperação de nacionalidade portuguesa e um agente local de nacionalidade santomense), tendo ainda a assessoria de uma investigadora da área da educação em ciências de uma universidade portuguesa. A estratégia analisada incidiu na aplicação de um recurso, no início da formação, utilizado em ambos os anos letivos e tinha a finalidade de os professores refletirem sobre as suas práticas letivas de Ciências Naturais e Biologia, identificando os pontos fortes, os pontos fracos e ponderassem sobre o que mudar e de que forma. Os professores desenvolveram o trabalho em grupo, precedido de uma apresentação multimédia sobre as perspetivas atuais da educação em ciência, onde as questões relacionadas com esta temática no processo de ensino e aprendizagem, se destacavam ao longo da referida apresentação.

Os resultados preliminares evidenciam que existe a necessidade de formação contínua por parte dos professores envolvidos na formação. Tal facto vem enfatizar a importância da formação de professores, numa lógica de formação ao longo da vida, onde a cooperação internacional para o desenvolvimento desempenha um papel preponderante nesta matéria.



Formação contínua de professores, Formação ao longo da vida, São Tomé e Príncipe, Cooperação internacional para o desenvolvimento, Desenvolvimento profissional, Educação em ciência(s)

A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO COMO CATALISADORA DA IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS 2030: O CONTEXTO AFRICANO

**Liliana Rodrigues, Rita Valente, Beatriz Vieira,
Alice Santos**

ISCAP, Portugal

A Agenda 2030, estabelecida pelas Nações Unidas em 2015, delineou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) destinados a abordar desafios globais e alcançar um futuro sustentável. Este artigo explora o papel crucial da ciência e da pesquisa na realização desses ODS, com um foco especial em áreas como erradicação da pobreza e da fome, saúde e educação de qualidade, água limpa e saneamento. No contexto africano, em que muitos países enfrentam desafios urgentes, garantir o acesso à educação de qualidade, implementar serviços de saúde eficazes, estabelecer redes de água potável e adotar medidas para erradicar a pobreza e a fome torna-se imperativo. As metas dos ODS estão intrinsecamente ligadas à realidade africana. A qualidade da informação e o acesso a informações fidedignas desempenham um papel fundamental, nomeadamente para os jovens investigadores enfrentarem os desafios propostos pela ONU, com ferramentas que os ajudem a atingir os objetivos.

A pesquisa bibliográfica, utilizando palavras-chave representativas da temática em estudo, com um intervalo temporal entre 2013 e 2023, priorizou artigos científicos, que foram escolhidos com base na relevância e com recurso a pesquisa paralela. Após uma primeira leitura de títulos e respetiva seleção, foram analisados resumos, conclusões e excertos dos artigos que melhor descrevem os temas a abordar.

Sendo a credibilidade da Informação e tomada de decisões Informadas importantes para o desenvolvimento de todas as áreas do conhecimento, estas são, também no caso da implementação dos ODS em África, a base para uma tomada de decisão informada e fundamentada, pois teve na sua génese a análise crítica da informação recolhida nas fontes fidedignas evitando, assim, a propagação de informações incorretas ou enviesadas.

Conclui-se ser a ciência e a inovação fatores importantes para impulsionar a implementação dos ODS em África. A ciência permite uma base para abordagem de desafios complexos e oferece soluções fundamentadas na evidência nas questões relacionadas com os ODS. A ciência aliada à inovação permite que novas tecnologias e práticas possam ser mais eficazes na promoção do desenvolvimento sustentável. A importância da ciência e da inovação como catalisadores da implementação dos ODS em África, reflete a necessidade de se desenvolverem políticas sólidas facilitadoras para a consecução desses objetivos, nomeadamente ações reais, i.e., projetos específicos direcionados para ODS e países específicos.



[Clique aqui para ver o artigo completo](#)



Ciência da informação, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, África, CPLP

PROGRAMAS EDUCATIVOS CARTAS COM CIÊNCIA: DIÁLOGOS ENTRE CIENTISTAS E JOVENS NO ESPAÇO CPLP

Eliane Arez, Rafael Galupa

Equipa Cartas com Ciência

Mariana R.P. Alves

Universidade de Aveiro

A Cartas com Ciência é uma associação sem fins lucrativos que almeja combater desigualdades sociais através da ciência, desenvolvendo e implementando programas de troca de cartas escritas entre estudantes nos países de língua portuguesa e cientistas pelo mundo. Com a missão de que cada estudante encontre o seu valor no conhecimento, na educação e na ciência e com foco em comunidades de baixo rendimento, o planeamento e implementação dos programas da Cartas com Ciência integram conceitos baseados em evidência, no modelo do "capital da ciência", e almejam sustentar-se em práticas equitativas e de justiça social.

Desde 2020, mais de 560 estudantes em 8 países (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste), participaram nos programas, envolvendo 17 docentes, mais de 820 cientistas e cerca de 3000 cartas. Para a maioria das pessoas jovens, foi a primeira vez que "conheceram" uma pessoa cientista. Os resultados mostram que as perceções de algumas destas pessoas jovens relativamente à ciência, após a conclusão dos programas, são diferentes das reportadas antes do início da troca de cartas e a maioria revela um grande interesse em aprender mais sobre ciência.

Ao promover um maior acesso à realidade do ensino superior e das carreiras científicas junto de estudantes em contextos socioeconómicos desfavorecidos, a acção da Cartas com Ciência está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas e com as metas da Agenda 2063 da União Africana (UA), nomeadamente aqueles referentes à educação (ODS4, UA#18); à ciência, ao emprego e às competências de jovens (ODS8, UA#2); às desigualdades (ODS10) e às parcerias para o desenvolvimento (ODS17, UA#19).

Nesta apresentação, partilharemos resultados como a avaliação das perceções das turmas em relação à ciência e dados em relação à distribuição de pessoas cientistas no espaço CPLP. Espera-se que o diálogo com a comunidade estimule uma discussão construtiva que contribua para instigar a participação das pessoas jovens investigadoras da CPLP e o seu envolvimento em práticas equitativas de divulgação de ciência.



Troca de cartas, justiça social, ensino superior, ciência

OBJECTIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O ENSINO SUPERIOR EM MOÇAMBIQUE : DESAFIOS NO CONTEXTO DO ESTADO DEMOCRÁTICO- 2018-2022

Katia Sara Xavier Zeca

Universidade Joaquim Chissano

Nos últimos 20 anos, Moçambique teve um boom no que concerne a a oferta de Instituições de Ensino Superior. Em 2018 ocorreu a fusão do ISRI e ISAP, e daí surgiu a Universidade Joaquim Chissano. No mesmo ano O conselho de ministros extinguiu a Universidade Pedagógica e no seu lugar criou cinco novas universidades: Uni Rovuma que era a UP Niassa, UP Nampula e UP Montepues; A Universidade Licungo,

Uni Licungo que agrega a UP Beira e a UP Quelimane; a Universidade Pungue, Uni Pungue que integra a UP Manica e UP Tete, a Universidade Save, Uni Save que integra a UP Massinga, UP Maxixe e UP Gaza, e finalmente a Universidade Maputo, Uni MAPUTO que integra a actual sede da UP. Neste sentido os desafios do acesso a educação são uma constante, e neste contexto que surge o seguinte tema Objectivo Do Desenvolvimento Sustentável e o Ensino Superior em Moçambique : Desafios no Contexto de um Estado Democrático (2018-2022).

Tendo em conta a Agenda 2030 que aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (sócio, económico, ambiental) e que promove a paz, a justiça e instituições eficazes. O presente artigo pretende reflectir em torno do objectivo 4: Educação de qualidade, com ênfase no que se refere ao acesso para todos (homens e mulheres) à ao ensino superior de qualidade, a preços acessíveis, à Universidade. O estado e o individuo são actores centrais para o alcance destes objectivos.

Em termos teóricos centra-se-a esta discussão em torno de 2 conceitos fundamentais democratização e os ODS no seu objectivo nr 4. Onde através da análise de conteúdo pretende-se criar um modelo de análise para verificar em que medida os desafios enfrentados num estado democrático no acesso ao ensino superior (custos).

Em termos metodológicos pretende-se fazer uma abordagem qualitativa com recurso a análise de conteúdo e descritiva. Pretende-se no fim da pesquisa saber o nível de satisfação em torno da questão da acessibilidade (Custos) ao ensino superior.



**Desenvolvimento Sustentável. Estado Democrático.
Educação. Ensino Superior**

O TURISMO COMO DIMENSÃO DA MARCA- PAÍS NA ESCOLHA DA LOCALIZAÇÃO DE INVESTIMENTO: O CASO DE ANGOLA

Manuel Machado Quilende

Instituto Superior de Economia e Gestão

O presente estudo aborda a temática da marca país e a preferência dos investidores pela escolha de um determinado local, numa perspetiva da atratividade de oportunidades de investimento. O nosso estudo, desenvolvido e aplicado em Angola, pretende contribuir para a compreensão da perceção que os empresários e investidores, nacionais e estrangeiros, possuem relativamente às dimensões da marca país que mais influenciam, aquando da escolha de Angola como local de investimento.

A pertinência desta investigação reside no tipo de dados que dela emergem, e que poderão contribuir para a fundamentação de atitudes e decisões por parte dos agentes envolvidos na atração de investimento direto estrangeiro, promovendo assim, o desenvolvimento económico, social e cultural sustentável.

Foi utilizado o método quantitativo com uma abordagem exploratória e descritiva. Utilizou-se uma amostragem não probabilística por conveniência, tendo-se recolhido dados, através de um questionário disponibilizado online e distribuído em mãos, numa amostra total de 455 inquiridos.

Os resultados revelam que os investidores inquiridos têm uma imagem global positiva e outros, extremamente positiva de Angola. A análise da correlação mostra que existe uma influencia moderada, direta e positiva entre as dimensões da imagem da marca-país (Turismo, Exportações e Investimento, Valores e Práticas Culturais, Quadro Regulamentar e Apoio do Governo) e as dimensões da varável de atração de oportunidades de investimento (Características locais, Estabilidade e ações do Governo e Qualidade). Da análise de regressão linear efetuada foi possível identificar que a dimensão da imagem da marca-país que mais influencia na atração de oportunidades de IDE em Angola, é a dimensão do turismo.

Relativamente aos itens que a constituem, os nossos resultados mostraram que os itens da qualidade dos serviços oferecidos pelas agências de viagem e da disponibilidade de instalações turísticas essenciais tais como acomodações e instalações para eventos, se correlacionam de forma positiva, forte e estatisticamente significativa com a dimensão do Turismo. Este resultado evidencia a necessidade de se investir na quantidade e sobretudo na qualidade dos serviços turísticos que Angola oferece.



Marca-país; Investimento direto estrangeiro; local de investimento; Turismo; Angola

A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA BIBLIOTECONOMIA PARA ALCANÇAR OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS): O CONTRIBUTO DAS BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DO PORTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Milena Carvalho

ISCAP

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam uma visão ambiciosa e global para moldar um futuro mais justo, próspero e sustentável até 2030. Lançados pelas Nações Unidas em 2015, esses 17 objetivos interligados estabelecem uma estrutura abrangente que aborda os desafios críticos enfrentados pela humanidade.

Este artigo explora a importância dos ODS, destacando sua relevância na promoção de um desenvolvimento equitativo e na abordagem dos problemas interconectados que impactam o nosso planeta.

O estudo aqui apresentado explora o papel fundamental das bibliotecas municipais no Porto como agentes catalisadores para o desenvolvimento sustentável da comunidade. Examina como essas instituições desempenham um papel multifacetado ao promover a educação, a inclusão social, a preservação cultural e a consciência ambiental. Além disso, destaca iniciativas específicas implementadas pelas bibliotecas para fomentar práticas sustentáveis, como a promoção da leitura, programas educativos sobre meio ambiente e o incentivo à participação cívica.

Este estudo de caso discute os benefícios tangíveis e intangíveis que as Bibliotecas Municipais do Porto oferecem à comunidade, contribuindo para uma sociedade mais equitativa, informada e comprometida com a sustentabilidade. Por meio de uma análise aprofundada, destaca a importância das Bibliotecas Municipais do Porto como pilares essenciais para o desenvolvimento sustentável local.



[Clique aqui para ver o artigo completo](#)



Sustentabilidade; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
Bibliotecas Municipais do Porto; Práticas Sustentáveis

APROVEITAMENTO DOS RECURSOS FLORESTAIS NAS PROVÍNCIAS DE BENGUELA E HUAMBO (DESDE 1949)

Paulo Alexandre Vasconcelos

Universidade do Porto-CITCEM

A história do aproveitamento dos recursos florestais em Angola, especificamente nas províncias de Benguela e Huambo, revela uma transformação significativa ao longo da contemporaneidade. Até à década de 1960, Angola com as suas particularidades edafoclimáticas excecionais detinha vegetação arbórea abundante, desempenhando um papel crucial como fonte de matérias-primas e produtos primários para a economia metropolitana. Nesta investigação procuramos analisar a evolução do uso dos recursos florestais e os desafios socioambientais, numa perspetiva de história ambiental, começando com a exploração desses recursos como fonte de energia, especialmente para responder às requisições do transporte ferroviário. A criação da Companhia do Caminho de Ferro de Benguela (CCFB) nos inícios do séc. XX, desencadeou a extração da matéria-prima florestal para fornecer madeira às locomotivas a vapor, impulsionando a utilização de lenha e carvão vegetal como recurso mais acessível cuja utilização contribuiu para moldar a fisionomia do território, na longa duração. No final da década de 40, a CCFB implementou extensas plantações de eucaliptos ao longo da linha ferroviária em terrenos reservados pelo Estado colonial, para garantir ao transporte ferroviário um abastecimento eficiente e económico dos locais de consumo de lenha. A escolha do eucalipto foi baseada em estudos científicos que destacavam seu alto poder calorífico relativamente a outras espécies florestais. Essas plantações estenderam-se por 20 Perímetros Florestais, com Benguela e Huambo emergindo como os principais núcleos de arborização. Uma segunda fase dessa evolução envolveu a instalação, a partir de finais da década de 50, da Companhia de Celulose do Ultramar Português (CCUP), localizada no Alto de Catumbela, província de Benguela, impulsionada pela prolixa oferta da matéria-prima da espécie eucalipto na região, essencial e tecnicamente vantajosa na produção de pasta de papel. Os desenvolvimentos recentes revelam uma continuidade no aproveitamento florestal, com a predominância de eucaliptos na paisagem. Uma empresa social em Huambo transforma a madeira dessas árvores em mobiliário escolar há mais de duas décadas, promovendo a reflorestação do território à medida que os produtos são vendidos, alinhando-se com as necessidades do Programa Nacional de Reabilitação de Escolas, promovido pelo Governo da República de Angola. A investigação baseia-se em fontes primárias do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, incluindo documentos da CCFB e da CCUP, bem como em publicações periódicas como a Gazeta dos Caminhos de Ferro. Simultaneamente, recorreremos a bibliografia e estudos do Instituto de Investigação Agronómica de Angola para fornecer uma visão abrangente das políticas florestais e das características da região.



[Clique aqui para ver o artigo completo](#)



Recursos florestais, Caminhos-de-ferro, Estado colonial, Angola

AS IMPLICAÇÕES DOS CONFLITOS ARMADOS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL EM CABO DELGADO, MOÇAMBIQUE: O CASO DE PEMBA

Sílvia Amaral

Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento, ISEG, Universidade de Lisboa

Esta comunicação insere-se no meu projecto de doutoramento em curso, que se centra no fenómeno de urbanização induzida por conflitos armados em Pemba, cidade capital da província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique. Desde 2017, uma violenta insurgência tem-se espalhado pelo interior rural da província, deslocando milhares de civis; muitos dos quais procuraram refúgio em Pemba, resultando na duplicação da sua população urbana num período de apenas cinco anos.

O objetivo deste estudo é examinar, utilizando uma abordagem de estudo de caso, os impactos do conflito armado na cidade e as suas implicações para o desenvolvimento urbano sustentável, partindo das definições do Objetivo para o Desenvolvimento Sustentável 11 – “Cidades e Comunidades Sustentáveis”.

Espera-se, no final, poder acrescentar ao conhecimento teórico sobre a cidade de Pemba e o seu desenvolvimento sustentável, e à visibilidade das consequências deste conflito violento, mas sobretudo contribuir para políticas e projetos de desenvolvimento urbano em parceria com as autoridades municipais e outros atores locais.

Nesta comunicação apresentarei dados recolhidos em Pemba em Maio/Junho de 2023, através de fotografia e cartografia participativa, entrevistas e pesquisa de arquivo, e discutirei resultados e algumas conclusões preliminares.



Urbanização induzida, conflitos armados, Cabo Delgado,
Cidades Sustentáveis

COOPERAÇÃO EM BACIAS TRANSNACIONAIS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O RIO NILO

Taynara Martins Batista

UNESP/UNICAMP/PUC-SP

Entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) figura o ODS 06 – Água Potável e Saneamento, que trata sobre a garantia da disponibilidade de água, além do seu manejo sustentável e saneamento para todos.

Em sua meta 6.5 o ODS 06 estipula que os Estados devem implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça. Dessa forma, ressaltando a importância da cooperação internacional para se atingir o desenvolvimento sustentável em bacias compartilhadas. Por essa razão, o presente artigo visa a compreensão de quais são as restrições e os incentivos para a cooperação em bacias transfronteiriças e conforme estabelecido no ODS 6.5, com enfoque na bacia do rio Nilo.

Na África há diferentes bacias compartilhadas com diferentes graus de cooperação ou conflito, como a bacia hidrográfica Orange-Senqu, bacia do rio Okavango e bacia do rio Nilo. Por ser a bacia mais conhecida do continente e por possuir uma rica literatura sobre conflito e cooperação, optou-se por analisar a bacia do rio Nilo.

A bacia do rio Nilo figura entre as maiores do mundo com 6500 quilômetros de extensão, percorrendo 11 países, cobrindo aproximadamente 10% do continente africano. O Nilo é alimentado pelo Nilo Azul, que nasce nas montanhas da Etiópia, e o Nilo Branco que deriva das águas do Lago Vitória. É composto de um ecossistema fértil e possui uma rica história em suas margens, mas no decorrer dos anos últimos anos ganhou as manchetes devido às diferentes expressões de descontentamento com obras de infraestrutura desenvolvidas ao longo do curso do rio, como a hidroelétrica da Etiópia no Nilo Azul, ao mesmo tempo em que houve tentativas de negociação, como o Acordo-Quadro Cooperativo da Bacia do Rio Nilo (CFA) e a Iniciativa da Bacia do Nilo.

Os Acordos de 1929 e 1959, entre Sudão e Egito, e a Doutrina Nyerere também importantes para entender as dinâmicas de cooperação e suas limitações na região historicamente. Assim, a pesquisa utiliza a revisão bibliográfica e faz uso do estudo de caso para compreender quais são as restrições e os incentivos para a cooperação em bacias transfronteiriças, como estabelecido pelo ODS 6.5.



Recursos hídricos, água potável, saneamento, Bacia do Nilo

DESAFIOS DA AGENDA CLIMÁTICA EM MOÇAMBIQUE: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA DIMENSÃO DO CURRÍCULO ESCOLAR

Tomás de Azevedo Júlio, João Francisco Capece

Universidade de Brasília

A agenda climática se tornou numa ação prioritária dos países para o enfrentamento dos desafios decorrente da mudança climática. Em Moçambique, essa agenda vem ganhando especial urgência na sua implementação, pela extrema vulnerabilidade climática a que o país está exposto. A cada ciclo climático, Moçambique é fustigado por eventos climáticos de rápida (ciclones e inundações) e lenta (seca) progressão, causando significativos impactos socioeconômicos e naturais negativos.

Diante desse contexto, a pesquisa, através do método de análise de conteúdo, procurou analisar como Moçambique está se preparando de ponto de vista curricular para melhor se adaptar à nova realidade climática, tendo em vista as projeções de intensificação dos eventos climáticos. O estudo parte do pressuposto que o processo de ensino e aprendizagem na infância (ensino primário) é fundamental para preparar uma nova geração ambientalmente consciente e preparada para enfrentar os desafios climáticos, através das agendas de adaptação e mitigação climática. Essa análise é desenvolvida a partir dos conteúdos programáticos lecionados no Ensino Primário (da 1ª à 6ª classe) em Moçambique. A partir da literatura sobre a agenda climática, três dimensões categoriais foram concebidas, nomeadamente: mudança climática, adaptação e mitigação climática.

Das dimensões categoriais, foram criados os códigos (atributos conceptuais das categorias), nos quais se basearam a análise da relação entre os conteúdos lecionados e as temáticas que constam da estrutura conceptual da literatura sobre a agenda climática. O estudo concluiu que os manuais apresentam maioritariamente conteúdos programáticos orientados para a agenda de mitigação climática, seguido da agenda de adaptação, e do fenômeno da mudança climática. Essa distribuição de conteúdo pelas dimensões analíticas da agenda climática, remete a uma reflexão, no sentido de potenciar mais conteúdos para a agenda de adaptação, tendo em conta a extrema vulnerabilidade climática a que Moçambique está exposto.

Algumas variáveis da adaptação climática foram pouco exploradas, das quais se destacam: ações antes e pós-eventos climáticos, implantação de parques lineares, conservação de mangais, construção resiliente e racionalidade no uso da água. A coleta e tratamento de resíduos sólidos é abordada com alguma disfuncionalidade, evidenciado pela recomendação ao enterro indiscriminado de resíduos e seu depósito em único recipiente. Essa ação pode resultar na contaminação do lençol freático e no encarecimento do processo de gestão de resíduos. Os manuais fazem igualmente referência a um modelo de agricultura com características de sequeiro, destruidor de ecossistemas, contrário a agricultura de conservação que é amplamente recomendado e evidenciado cientificamente como sustentável.



Mudança Climática, Adaptação Climática, Mitigação Climática, Conteúdo Curricular, Ensino Primário

A GOMA-ARÁBICA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: REFLEXÕES SOBRE O COMÉRCIO DA ÁFRICA OCIDENTAL E SUAS IMPLICAÇÕES CONTEMPORÂNEAS (SÉCULOS XVIII–XXI)

Lucas Oliveira Ribeiro

Universidade Federal de Juiz de Fora

Esta comunicação apresentará as consequências econômicas, políticas e sociais do comércio de goma-arábica da África Ocidental. A goma-arábica é a resina extraída de um arbusto oeste-africano, a acácia, cientificamente conhecida como *Acacia senegal*. Ao longo do tempo, tal resina foi utilizada, entre outras coisas, para confeccionar tecidos, preparar alimentos e tratar enfermidades. Entre os séculos XVII e XIX, o comércio de goma-arábica funcionou na África Ocidental. No século XIX, ele tornou-se a principal fonte de enriquecimento das sociedades da região. Esta comunicação chamará atenção a seus impactos para o Vale do Rio Senegal de entre 1785 e 1840 e às complexidades inerentes a seu reavivamento na atualidade.

Nesse sentido, defenderei uma postura econômica que privilegie a relação das comunidades oeste-africanas com seu meio ambiente. Meu argumento é que seu desenvolvimento não deve ser igualado à penetração de interesses estrangeiros na região, que podem, como no passado, contribuir para sua desestabilização. Assim, este tema dialoga com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que entrou em vigor em todos os Estados partícipes das Nações Unidas em 2016. Trata-se de um esforço comum em torno de dezessete objetivos para o desenvolvimento sustentável de todo o mundo até a década de 2030.

Os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas apelam para a ação decisiva em vários setores da sociedade, desde a erradicação da pobreza até a preservação do clima de nosso planeta. Por sua vez, nas últimas décadas, a África Ocidental tem enfrentado um penoso processo de desertificação, que, decorrente da expansão do Deserto do Saara para o Sul, é marcado pela migração forçada de dezenas de comunidades locais. Nesse contexto, o reflorestamento do Sahel, a margem meridional do Grande Deserto, é compreendido por certas instituições internacionais — como o Banco Mundial e a Organização Educacional, Científica e Cultural do Mundo Islâmico (ICESCO) — como uma solução para o desenvolvimento econômico e social sustentável de alguns dos países da região, como a Mauritânia.

Em especial, o Banco Mundial e a ICESCO defendem o plantio massivo da goma-arábica. Embora as acácias abundassem no Sahel até o início do século XX, sua exploração secular, objetivando atender às demandas dos comerciantes europeus, ocasionou a diminuição de seus números. O gradual desmatamento da flora nativa da África Ocidental tem como consequência, hoje, o ressecamento de toda a região. Portanto, o conhecimento histórico sobre o comércio gomeiro oeste-africano pode contribuir para a tomada de decisões políticas no presente.



Goma-arábica, comercialização, África Ocidental, plantio massivo

A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE (ODS 4): ANÁLISE DO PROGRAMA DECORRENTE DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL BRASIL-BENIM

Taíssa Francini Ohse Lima Salaberry

Faculdades Integradas de Taquara

A pesquisa compreende como temática a Cooperação e Educação Profissional e Tecnológica para o atendimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na África, para tanto, delimita-se o tema em comento voltando a análise ao Acordo de Cooperação Técnica Internacional Brasil-Benim, realizado com o intuito de fortalecimento institucional da Educação Profissional e Tecnológica do Benim nas áreas de Agroecologia e Cooperativismo.

Diante disso, busca-se responder o seguinte problema de pesquisa: Qual a importância da cooperação internacional entre o Brasil e a África para o atendimento do ODS 4 na África? Nessa perspectiva, tem-se como objetivo geral: analisar a importância da cooperação internacional entre o Brasil e a África, para o atendimento do ODS 04 (educação de qualidade), a partir da análise do Acordo de Cooperação Técnica Internacional estabelecido entre o Brasil e a África, com base na execução de programa educacional realizado no Benim. Buscar-se-á identificar os principais resultados oriundos da execução do acordo; identificar os objetivos de desenvolvimento sustentável e as respectivas metas contempladas pelo programa educacional; analisar-se-á a importância da cooperação internacional entre os países a fim de compreender a relevância da manutenção de ações similares voltadas às necessidades apresentadas pela comunidade a ser alcançada.

Trata-se de pesquisa bibliográfica, pois realizar-se-á a utilização de artigos científicos que abordam a temática da pesquisa, e documental, uma vez que analisar-se-á os relatórios disponibilizados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e demais documentos institucionais e legais vinculados. O Benim é um país localizado na África, cuja economia é fortemente impulsionada pela agricultura, diante disso, o acordo firmado buscou aprimorar políticas vinculadas à agricultura, a fim de expandir a potencialidade econômica do ramo no país, através de um projeto voltado ao fortalecimento Institucional da Educação Profissional e Tecnológica do Benim nas áreas de Agroecologia e Cooperativismo, com enfoque no fortalecimento das instituições de educação profissional em Benim, mediante investimento na qualificação de integrantes do corpo docente e na infraestrutura.

O Instituto Federal da Bahia, o Instituto Federal de Brasília e a escola agrícola Lycée Agricole Médji, localizada próximo (45 km) de Cotonou(Benim), foram parceiros na realização do projeto. Ao analisar o projeto é possível identificar o alinhamento com o ODS 4 (educação de qualidade) principalmente no tocante à qualificação docente através de cooperação internacional, prevista como a meta 4.c do ODS 4. Os resultados obtidos são parciais e a pesquisa possui previsão de continuidade para 2024.



Cooperação e Educação Profissional e Tecnológica; Agroecologia, Brasil-África, Benim

LITERACIA EM SAÚDE EM MULHERES DE ANGOLA, MOÇAMBIQUE E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Neida Ramos

Instituto de Higiene e Medicina Tropical

A baixa literacia em saúde é um problema significativo que põe em risco a saúde dos indivíduos, impõe custos substanciais aos indivíduos e aos sistemas de saúde e prejudica o desenvolvimento social e económico dos países, especialmente em África. Diversos estudos na região africana apresentam níveis inadequados de literacia em saúde para o gênero feminino.

Este estudo teve como objetivo determinar o nível de literacia em saúde de mulheres de Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, e as características sociais e demográficas associadas a literacia em saúde destas mulheres.

Como metodologia foi desenvolvido um estudo descritivo de base populacional. Os dados foram obtidos a partir de Inquéritos Demográficos e de Saúde realizados entre 2009 a 2018 em 3 países africanos de expressão portuguesa. Foram identificadas oito questões no questionário dos IDS que correspondiam à definição de literacia em saúde da Academia Nacional de Medicina (NAM).

Foram analisados dados de cerca de trinta mil mulheres que responderam aos inquéritos demográficos. A consistência interna foi considerada muito boa. A prevalência global de elevada literacia em saúde foi inferior a 50% nas mulheres estudadas. Os fatores preditores de alta literacia em saúde foram escolaridade primária concluída ou nível de escolaridade acima, residência em meio urbano, índice de riqueza acima da média, acesso aos meios de comunicação massiva.

Este estudo permitiu analisar um determinante da saúde muito importante como a literacia em saúde em mulheres de três países africanos como Angola, Moçambique e São Tomé. Foi possível conhecer o estado deste determinante atualmente na região e os fatores preditores. Sendo por isso possível, futuramente atuar sobre eles na esfera política e social.

Este foi um estudo que embora limitado por ter usado dados secundários, é importante por ter sido o primeiro a documentar o estado da literacia em saúde de três países africanos de língua e expressão portuguesa.



Literacia, Saúde, Mulheres, África

